

**Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Educação
Mestrado Profissional em Educação e Docência**

ANDERSON CUNHA SANTOS

PATRIMÔNIO CULTURAL E HISTÓRIA LOCAL:

**A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO ESTRATÉGIA DE RECONHECIMENTO E
FORTALECIMENTO DO SENTIMENTO DE PERTENÇA À CIDADE DE CONTAGEM**

Belo Horizonte

2017

ANDERSON CUNHA SANTOS

PATRIMÔNIO CULTURAL E HISTÓRIA LOCAL:

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO ESTRATÉGIA DE RECONHECIMENTO E FORTALECIMENTO DO SENTIMENTO DE PERTENÇA À CIDADE DE CONTAGEM

Dissertação apresentada ao PROMESTRE – Programa de Mestrado Profissional em Educação e Docência da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito à obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Educação em Museus e Centros de Ciências.

Orientador: Bernardo Jefferson de Oliveira

Belo Horizonte

2017

S237p

Santos, Anderson Cunha, 1976-

Patrimônio cultural e história local : a educação patrimonial como estratégia de reconhecimento e fortalecimento do sentimento de pertença à cidade de Contagem / Anderson Cunha Santos. - Belo Horizonte, 2017.

116 f., enc, il.

Dissertação - (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

Orientador : Bernardo Jefferson de Oliveira.

Bibliografia : f. 114-116.

1. Educação -- Teses. 2. Museus e escolas -- Teses. 3. Museus -- Aspectos educacionais -- Teses. 4. Patrimônio cultural -- Educação -- Teses. 5. Patrimônio cultural -- Estudo e ensino -- Teses. 6. Patrimônio cultural -- Aspectos educacionais -- Teses. 7. História local -- Teses. 8. História local -- Estudo e ensino -- Teses. 9. História -- Estudo e ensino -- Teses. 10. Ensino -- Meios auxiliares -- Teses. . 11. Contagem (MG) -- Educação -- Teses

I. Título. II. Oliveira, Bernardo Jefferson de. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 069

Catálogo da Fonte: Biblioteca da FaE/UFMG



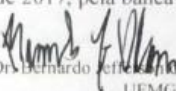
FOLHA DE APROVAÇÃO

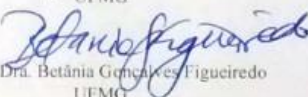
**Patrimônio Cultural e História Local: a educação patrimonial
como estratégia de reconhecimento e fortalecimento do
sentimento de pertença à cidade de Contagem**

ANDERSON CUNHA SANTOS

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA/MP, como requisito para obtenção do grau de Mestre em EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA, área de concentração ENSINO E APRENDIZAGEM.

Aprovada em 09 de fevereiro de 2017, pela banca constituída pelos membros:


Prof. Dr. Bernardo Jefferson de Oliveira - Orientador
UFMG


Prof(a). Dra. Betânia Gonçalves Figueiredo
UFMG


Prof(a). Dra. Rita Lages Rodrigues
UFMG (Escola de Belas Artes)

Belo Horizonte, 09 de fevereiro de 2017.

À Dona Cristina, minha mãe, educadora de toda uma vida...

AGRADECIMENTOS

Construir uma lista de agradecimentos é uma tarefa árdua. Possui, em alguma medida, a dimensão das listas do patrimônio cultural. Quais os sentidos e significados elegemos para “consagrar” algo que deva permanecer? É na memória que buscamos os elementos para justificar uma homenagem. A lembrança seletiva, como própria da condição humana, traz à tona momentos que, por algum motivo, continuam habitando nossa alma. Agradecer, é, também, uma tarefa arriscada. Assim como lembrar, rememorar é a ação de esquecer, um ato de presenças e ausências. Ainda assim, me arrisco a apresentar a lista do meu patrimônio afetivo.

Primeiramente às minhas irmãs: Suzana, Marli, Geralda, Lourdinha, Gláucia, Berenice e Vilma. Sem vocês, a ausência de nossa mãe tornaria a minha vida sem sentido. Aos amigos do Água Branca, meu território de pertencimento: Jairo, Marilí, Renato, Ricardo, Reginaldo, T´sé e Toinha. Pessoas que ampliaram o significado de família e contribuíram para minha identidade política. Aos meus colegas da Casa da Cultura: Carol, Adebald, Noêmia, Juliana, Cristina, Júlia, Rozilda e Alexandra. Vocês fizeram do trabalho um lugar de realização de sonhos. Aos queridos Ivan e Marciano, amigos de toda hora e em especial da militância LGBT. Às meninas do Poent-Barreiro: Érika, Karine, Michelle, Simone, Sandra e Nícia. Vocês são prova de que o comprometimento profissional combina perfeitamente com um ambiente alegre.

Às amigas Maria Célia, Gláucia e Adalgisa, pelo carinho e ensinamento na experiência dos “territórios e memórias”. Aos professores do Caic-Laguna: Getúlio, Jussara e Rita. Sem vocês os meus retornos à escola não teriam graça. Às amigas Luciana e Renata que, mesmo de longe, em terras baianas, estão sempre presentes na minha vida. Às queridas amigas Margô e Eni, sempre proporcionando encontros memoráveis do coletivo “gente boa”. Ao Fabrício, Neília e Aline, que compartilharam angústias e alegrias no percurso do mestrado. Ao David, pelos momentos de carinho e contribuição fundamental no projeto de pesquisa. À Shirlei, parceira de tantos anos na aventura de pensar a educação como ato humano emancipatório.

À Cristina e Engrácia, mulheres revolucionárias “*pero sin perder la ternura jamás*”. Ao Sr. Inácio e Eclair, companheiros de luta política e responsáveis pela minha ida para a Casa da Cultura. Ao Lindomar e Elisa, pelo incentivo e engajamento na construção do Programa “Por Dentro da História”. À Rosane, minha ex-professora, que, um dia, ainda adolescente, me provocou o sentido da defesa dos Direitos Humanos. Ao Dimas e Wanderlei, companheiros de muitas “estações”. Aos meus grandes amigos Ramuth, Érico e Carlos Magno, irmãos de coração. A Dona Rosália, Rejaine e Rubiane, que me adotaram com filho e irmão. Elis Regina

e Dalcira, pela convivência profissional e afetiva. À Silvana, por todos os momentos que tornaram minha vida mais leve. Ao Bernardo, meu orientador, pela paciência, confiança e autonomia na condução do trabalho.

À UFMG, que possibilitou a minha trajetória acadêmica no curso superior, desde os tempos da graduação no curso de História. Em tempos de retorno do ideário neoliberal, a defesa do ensino público e de qualidade social torna-se uma tarefa permanente para todos os estudantes egressos que compreendem a defesa da universidade pública e gratuita como um importante instrumento de combate às desigualdades sociais.

Por fim, agradeço à companheira Marília Campos, que confiou a mim a responsabilidade de realizar o sonho de uma “cidade educadora”. À querida amiga Claudia Ocelli, referência da minha concepção de educação. Agradeço as contribuições no projeto de pesquisa, na definição metodológica e por criar a expressão da minha campanha para vereador: “com a memória na alma, o sonho e a esperança de justiça no coração”. À Sandra Regina, minha primeira professora de História, que me inspira até hoje na gratificante tarefa de educar. À Regina Helena, minha professora do curso de História da UFMG, pelas oportunidades, pelos ensinamentos e pela firme coerência política. E à Dona Cristina, minha mãe, educadora de toda uma vida, a quem dedico este trabalho.

*O sonho é meu e eu sonho que
Deve ter alamedas verdes
A cidade dos meus amores
E, quem dera, os moradores
E o prefeito e os varredores
E os pintores e os vendedores
Fossem somente crianças*

(ENRIQUEZ, Luís, BARDOTTI, Sérgio.

A cidade ideal. In: *Os Saltimbancos (LP)*.

Chico Buarque de Holanda. Philips, 1997)

RESUMO

O trabalho buscou compreender como a ação educativa da Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem, por meio do Programa de Educação Patrimonial “Por Dentro da História”, e como a experiência de professores no desenvolvimento de projetos de educação patrimonial motivaram estudantes das escolas do município de Contagem a conhecer a história local pelo viés do patrimônio cultural e a ressignificarem a relação de identidade com a cidade. Como resultado do processo de pesquisa, foi concebido o produto educativo: *Decifrar a cidade: vivências em Educação Patrimonial*: uma proposta de formação continuada para educadores interessados no uso da metodologia da educação patrimonial para estudo da história local. O texto apresenta reflexões sobre as narrativas e versões sobre a origem do município de Contagem, descreve o processo histórico de crescimento da cidade e os impactos na mudança do seu tecido urbano a partir da industrialização, constituindo uma cidade complexa e multifacetada. Faz ainda o relato da trajetória de construção do Programa de Educação Patrimonial “Por dentro da História”, apresentando as metas e objetivos da ação educativa da instituição museal. Ao conceber o uso do museu histórico e dos territórios do município como recursos educativos para o conhecimento da cidade, a pesquisa desperta a atenção para o alargamento das estratégias pedagógicas de professores; propõe a ampliação da noção de espaço educativo para além da escola; sugere agregar o potencial das manifestações culturais dos territórios do próprio município na construção do conhecimento; destaca a importância do debate sobre a gestão do patrimônio cultural e alerta para os riscos da “espetacularização” nas ações de preservação dos bens culturais das cidades; apresenta a “sequência didática” como opção de planejamento da prática docente e, por fim, faz a defesa da metodologia da educação patrimonial como processo de continuidade da ação educativa e de construção de outras vivências que potencializam o conhecimento da história das cidades.

PLAVRAS-CHAVE: Patrimônio Cultural, História Local, Identidade Cultural, Educação Patrimonial, Museu Histórico.

ABSTRACT

The article aimed to understand how the educational action of the House of Culture Nair Mendes Moreira – Historical Museum of Contagem, through the Heritage Education Program "Por Dentro da História", and how the experience of teachers in the development of projects of patrimonial education motivated students from schools in the municipality of Contagem to know the local history by a bias of cultural heritage and to resignify the relation of identity with the city. As a result of the research process, was designed the educational product: Deciphering the city: life experiences in Heritage Education: a proposal for continuing education for educators interested in the use of the methodology of local history. The text presents reflections about the narratives and versions about the origin of the municipality of Contagem, describes the historical process of growth of the city and the impacts on the change of its urban fabric starting from industrialization, forming a complex and multifaceted city. It still makes the story of the trajectory of construction of the Heritage Education Program "Por Dentro da História", presenting the goals and objectives of the educational action of the museum institution. When designing the use of historical museum and the territories of the municipality as educational resources for the knowledge of the city, the research command the attention for the expansion of pedagogical strategies of teachers; proposes the enlargement of notion about the educational space beyond the school; suggests adding the potential of cultural manifestations of the territories of the city itself in the construction of knowledge; highlights the importance of the debate about the management of cultural heritage and alert to the risks of the "spectacularization" in the actions of the preservation of cultural assets of cities; presents the "didactic sequence" as an option for planning of teaching practice and, finally, it defends the methodology of heritage education as a process of continuity of educational action and construction of others life experiences that enhance the knowledge of the history of cities.

KEYWORDS: Cultural Heritage, Local History, Cultural Identity, Heritage Education, Historical Museum.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Planta original da Cidade Industrial.....	21
FIGURA 2 – Área Central de Camberra – Capital da Austrália.....	21
FIGURA 3 – Ocupação operária da Empresa Belgo-Mineira (Greve de 1968)	24
FIGURA 4 – Ocupação da Cidade Industrial pela Polícia Militar (Greve de 1968)	24
FIGURA 5 – Vista panorâmica da Cidade industrial (Década de 50)	27
FIGURA 6 – Vista aérea da Sede do Município.....	30
FIGURA 7 – Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem.	35
FIGURA 8 – Centro Cultural Prefeito Francisco Firmo de Mattos Filho.....	36
FIGURA 9 – Biblioteca Pública Municipal Dr. Edson Diniz.....	36
FIGURA 10 – Vista parcial da Sede (Década de 20)	37
FUGURA 11 – Antiga Igreja do Rosário (Demolida em 1974)	38
FIGURA 12 – Antigo Cine Teatro Municipal de Contagem.....	40
FIGURA 13 – Cine Teatro Municipal Tony Vieira.....	40
FIGURA 14 – Guarda de Moçambique da Comunidade dos Arturos.....	42
FIGURA 15 – Vista aérea da Comunidade dos Arturos.....	42
FIGURA 16 – Área de instalação do Cinco - Centro Industrial de Contagem (Década de 70)	54
FIGURA 17 – Ruínas da antiga Siderúrgica Lafersa (2011)	55
FIGURA 18 – Chaminés da antiga Fábrica de Cimento Portland Itaú.....	57
FIGURA 19 – Protótipo do Centro de Memória do Trabalhador da Indústria.....	58
FIGURA 20 – Bonecos da Turma do Contagito.....	68
FIGURA 21 – Desenhos vencedores do concurso da mascote da cidade.....	69
FIGURA 22 – Desenho original do concurso da mascote da cidade (Contagito)	70
FIGURA 23 – Ilustração do livro <i>Conhecendo Contagem com a Turma do Contagito</i> (Contagito)	70
FIGURA 24 – Desenho original do concurso da mascote da cidade (Chami)	71
FIGURA 25 – Ilustração do livro <i>Conhecendo Contagem com a Turma do Contagito</i> (Chami)	71
FIGURA 26 – Desenho original do concurso da mascote da cidade (Faluca)	72
FIGURA 27 – Ilustração do livro <i>Conhecendo Contagem com a Turma do Contagito</i> (Faluca)	72

FIGURA 28 – Desenho original do concurso da mascote da cidade (Zé Gonçalo)	73
FIGURA 29 – Ilustração do livro <i>Conhecendo Contagem com a Turma do Contagito</i> (Zé Gonçalo)	73
FIGURA 30 – Desenho original do concurso da mascote da cidade (Arturinho)	74
FIGURA 31 – Ilustração do livro <i>Conhecendo Contagem com a Turma de Contagito</i> (Artutinho)	74
FIGURA 32 – Capa do livro <i>Conhecendo Contagem com a Turma do Contagito</i>	75
FIGURA 33 – Estudantes recebendo o Atlas Escolar de Contagem.....	76
FIGURA 34 – Capas da Revista de Educação Patrimonial <i>Por Dentro da História</i>	77
FIGURA 35 – Represa Vargem das Flores.....	81
FIGURA 36 – Parque Municipal Gentil Diniz.....	82
FIGURA 37 – Turma do Contagito em visita escolar.....	86
FIGURA 38 – Casa de Cacos de Louça.....	87
FIGURA 39 – Casa da Cultura Nair Mendes Moreira (conhecida da Sede do município como “Casa do Registro” e considerada a edificação mais antiga de Contagem)	109
FIGURA 40 – Praça da CEMIG (Centro do hexágono da Cidade Industrial)	111
FIGURA 41 – Praça da CEMIG (2007)	111
FIGURA 42 – Capa do produto educativo.....	112
FIGURA 43 – Visita escolar na Casa da Cultura Nair Mendes Moreira.....	113

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Bens culturais protegidos do Município de Contagem.....	39
--	----

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Atividades dos roteiros educativos organizados em sequência didática.	101
QUADRO 2 – Etapas de aplicação do produto educativo.....	104

LISTA DE SIGLAS

Arena	Aliança Renovadora Nacional
BNCC	Base Nacional Curricular Comum
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CECAD	Coordenadoria de Educação Continuada, Alfabetização de Adultos e Diversidade
Cedoc	Centro de Documentação
Centec	Centro Técnico de Contagem
CICI	Centro das Indústrias da Cidade Industrial
Cinco	Centro Industrial de Contagem
CMPC	Conselho Municipal de Política Cultural
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Colina	Comando de Libertação Nacional
Compac	Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Contagem
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EJA	Educação de Jovens e Adultos
Fafich	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Fumpac	Fundo Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural
Fundac	Fundação Municipal de Cultura de Contagem
Funec	Fundação de Ensino de Contagem
GETEC	Grupo de Estudos e Trabalhos em Educação Comunitária
Gris	Grupo de estudos e pesquisa em imagem e sociabilidade
ICMS	Imposto sobre circulação de mercadoria e prestação de serviços
Icom	Conselho Internacional de Museus
IEPHA	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério da Educação
MinC	Ministério da Cultura
ONU	Organização das Nações Unidas
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PES	Planejamento Estratégico Situacional
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAIC	Programa Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
Poeint	Polo de Educação Integrada
Polop	Política operária
Projovem	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
Seduc	Secretaria Municipal de Educação de Contagem
Smed	Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte
SMM	Sistema Municipal de Museus
SMPC	Sistema Municipal do Patrimônio Cultural
SNC	Sistema Nacional de Cultura
SNPC	Sistema Nacional do Patrimônio Cultural
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1 – CONTAGEM: HISTÓRIA, NARRATIVAS E O DILEMA DA IDENTIDADE LOCAL.....	17
1 O mito da origem e o período agropastoril.....	17
2 Da cidade ideal à cidade real: o processo de industrialização.....	20
3 A fragmentação territorial e o dilema da identidade local.....	27
CAPÍTULO 2 – DESAFIOS DA GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NAS CIDADES.....	31
1 O princípio colaborativo: as atribuições do IPHAN e do IEPHA/MG.....	31
2 A gestão do patrimônio cultural em Contagem.....	34
3 Conceitos e sentidos da gestão do patrimônio cultural.....	46
CAPÍTULO 3 – A HISTÓRIA LOCAL PELO VIÉS DO PATRIMÔNIO CULTURAL.....	61
1 O Museu Histórico como recurso educativo.....	62
2 O Programa de Educação Patrimonial “Por Dentro da História”.....	64
3 Análises e considerações sobre a prática docente.....	77
CAPÍTULO 4 – O PRODUTO EDUCATIVO: “DECIFRAR A CIDADE: VIVÊNCIAS EM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL”.....	94
1 O produto educativo como síntese da experiência profissional.....	95
2 A Educação Patrimonial como estratégia da ação educativa.....	99
3 A vivência do produto educativo: um processo em permanente construção.....	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
REFERÊNCIAS.....	114

INTRODUÇÃO

O presente trabalho contempla quatro capítulos em sua organização. Desde o primeiro capítulo existe uma preocupação de contextualizar o processo de escolha do tema, as indagações de pesquisa e a opção pelo produto educativo. No decorrer do texto, o autor não é invisível. Procuo fazer a reflexão com o equilíbrio do olhar de pesquisador, mas também como sujeito ativo e participante do processo pesquisado. A vivência profissional é o eixo condutor das análises e posições do relato.

No primeiro capítulo, “*Contagem: história, narrativas e o dilema da identidade local*”, apresento reflexões sobre as narrativas e versões sobre a origem do município e descrevo o processo histórico de crescimento da cidade, a partir da industrialização, e os impactos na mudança do seu tecido urbano constituindo uma cidade complexa e multifacetada. Debato o dilema da identidade local a partir da caracterização da cidade como território fragmentado que, no seu processo histórico, constituiu inúmeras formas de apropriação do tecido urbano e construiu variados discursos sobre sua história.

No segundo capítulo, “*Os desafios da gestão do patrimônio cultural nas cidades*”, faço uma breve análise das atribuições do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA) e dos desafios para a consolidação do princípio colaborativo entre os entes federados na gestão do patrimônio cultural. Descrevo a trajetória histórica da gestão do patrimônio cultural em Contagem e alerto para os riscos das políticas de preservação nas cidades por meio do debate de conceitos e sentidos das ações de proteção patrimonial.

No terceiro capítulo, “*A educação pelo viés do patrimônio cultural*”, proponho ampliação da noção de espaço educativo agregando o museu histórico a o potencial dos territórios da própria cidade na construção do conhecimento. Faço ainda o relato do processo de construção do Programa de Educação Patrimonial “Por dentro da História” da Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem, apresentando as metas e objetivos da ação educativa da instituição. Termino o capítulo com a análise da prática docente dos educadores de Contagem buscando compreender as estratégias construídas no desenvolvimento de ações e projetos de educação patrimonial nas escolas da cidade.

No último capítulo, “*O produto educativo: Decifrar a cidade: vivências em educação patrimonial*”, relato a importância dos caminhos da minha atuação profissional para a escolha do meu tema de pesquisa e das estratégias educativas para a construção de um produto educativo. Apresento como proposta um percurso formativo para educadores interessados em

conhecer a metodologia da educação patrimonial para potencializar o estudo da história das cidades. Explicito os motivos da sequência didática como opção de planejamento da ação pedagógica, descrevo os passos para a elaboração de roteiros de trabalho com os estudantes e proponho a continuidade do processo de concepção de novas vivências educativas em educação patrimonial; compreendendo o produto educativo como meio, e não fim; do trabalho de pesquisa e conhecimento da história das cidades.

Por fim, apresento algumas reflexões conclusivas sobre o processo de pesquisa e construção do produto educativo. Busco responder algumas das indagações que provocaram o desenvolvimento do trabalho e explico outras questões que surgiram no percurso da análise documental e da produção textual sem a pretensão de conferir à todas elas uma resposta definitiva.

CAPÍTULO 1 – CONTAGEM: HISTÓRIA, NARRATIVAS E O DILEMA DA IDENTIDADE LOCAL

1. O mito da origem e o período agropastoril

A origem de Contagem possui versões controversas. Relatos da tradição oral fazem referência a uma suposta família “Abóboras” que teria fundado a cidade no início do século XVIII. Não há, entretanto, nenhuma confirmação da existência desta família na produção historiográfica sobre município ou mesmo vestígios em documentos de arquivos cartoriais da antiga Comarca do Rio das Velhas. Segundo outra versão, esta família usava a identificação “Abóboras” como codinome, daí a ausência dos registros oficiais do período colonial. Todavia, sabe-se da fragilidade da narrativa, uma vez que as famílias tradicionais possuem um grande apreço pelo sobrenome e se esforçam para perpetuá-lo tal como no registro oficial. Parte dos moradores da cidade, principalmente as famílias mais antigas da sede do município, rejeita de forma contundente a versão, pois considera a cucurbitácea um alimento de pouca valia: “comida de porcos”.

Outros relatos, baseados em esparsos documentos escritos, atribuem a fundação da cidade como o ato de um determinado nome, criando o imaginário de um “pai fundador”: o bandeirante Betim Paes Leme, o dono de sesmaria Sebastião Pereira de Aguiar ou o capitão João de Souza Souto Maior. No livro *Contagem – Origens*¹, as historiadoras Adalgisa Arantes Campos e Carla Maria Junho Anastasia, relatam que originalmente existiram duas “Contagens”: uma primeira povoação no entorno do Posto Fiscal (Registro)² da Coroa Portuguesa, instalado em 1716, e uma segunda nos arredores da Capela de São Gonçalo do Amarante construída por tropeiros que por ali passavam periodicamente. O primeiro povoado, “oficial”, desapareceu depois do fechamento do Posto Fiscal em 1759, durante o tempo coincidente com a existência do Registro. Vingou o outro povoado, “*Sam Gonçallo da Contagem das Abóboras*”, região da atual sede do município, criado de forma espontânea e por vontade própria de pessoas que, por algum motivo ali decidiram fixar moradia:

¹ O livro *Contagem – Origens*, das historiadoras Adalgisa Arantes Campos e Carla Maria Junho Anastasia, foi lançado em 1991 em comemoração aos oitenta anos da emancipação político-administrativa do Município de Contagem e marcou a inauguração da restauração da antiga “Casa do Registro”, de propriedade particular, como Casa da Cultura Nair Mendes Moreira que passou a propriedade pública e gestão da Prefeitura de Contagem.

² Os Registros (Postos Fiscais da Coroa Portuguesa) também conhecidos como “contagens” foram estabelecidos nas “saídas” das minas e nos portos para fiscalizar a cobrança do “quinto” e para combater o contrabando de gado logo nos primeiros anos da corrida do ouro. As “contagens” eram registros especializados na cobrança do tributo sobre os animais levados de uma capitania para outra.

Sua origem e organização ocorreram como a maioria dos núcleos setecentistas, isto é, entorno de uma pracinha, onde se localizava a capela do santo padroeiro. Com a expansão urbana. Motivada pela posição estratégica “de caminho”, da função agro-pastoril/comercial, passou a ter, no século XIX, uma outra praça – a do Rosário. Entorno desses dois largos, casas na maioria de um só pavimento, em lotes profundos e profundamente arborizados, davam uma feição aprazível à povoação. (CAMPOS; ANASTASIA, 1990, p. 66).

A origem do nome da cidade “Contagem” decorre das atividades do “Registro das Abóboras”, ou seja, da contagem das mercadorias no posto fiscal. A “região das abóboras” ficou conhecida por esse nome pela proximidade do ribeirão das “Abóboras”. Existe, também, em relatos orais, a versão do plantio do legume nesta região para demarcar o caminho de circulação das tropas com mercadorias. Os tropeiros utilizavam desta técnica no vai e vem da atividade comercial, pois a abóbora era um fruto que crescia com relativa rapidez e auxiliava no reconhecimento dos lugares por onde antes estiveram.

Não há também um consenso sobre a data de surgimento do antigo arraial. Neste caso existem algumas evidências históricas: 1711 (data de concessão de sesmarias), 1716 (data provável do início das atividades do Posto Fiscal) e 1725 (data gravada no cajado de prata do santo padroeiro da Matriz de São Gonçalo do Amarante). A preocupação com a data de origem e com o “fundador” da cidade figura entre as perguntas mais frequentes entre estudantes que procuram a Casa da Cultura para pesquisas escolares. O que demonstra a persistência entre alguns educadores de uma visão tradicional da história e da necessidade de uma pretensa versão final que confere à cidade algum sentido de identidade original.

No contexto da descoberta do ouro nas “Minas Gerais”, a escolha para instalação de um posto fiscal na “Região das Abóboras” considerou provavelmente a posição geográfica estratégica onde se cruzavam rotas de circulação de mercadorias que ligavam a antiga Comarca do Rio das Velhas (Sabará) a São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia. A existência do “Registro das Abóboras” fica evidente na documentação pesquisada no Arquivo Público Mineiro por Geraldo Fonseca publicada no livro *Contagem Perante a História*³ e também no livro *Belo Horizonte – Memória Histórica e Descritiva – História Antiga*⁴ de Abílio Barreto. Neste último, encontramos a seguinte guia para pagamento de tributos de entrada de gados:

³ O livro *Contagem Perante a História* de 1978, do historiador Geraldo Fonseca, foi editado pela Prefeitura de Contagem em comemoração aos trinta anos de reemancipação do município. Em 1938, Contagem perdeu sua autonomia a passou a pertencer ao município de Betim. Reconquistou a emancipação em 1948. A obra é uma importante referência para o estudo da história da cidade com numerosos documentos pesquisados em arquivos cartoriais.

⁴ A obra do jornalista Abílio Barreto *Belo Horizonte – Memória Histórica e Descritiva* organizada em dois volumes, *História Antiga e História Média*, centra-se na história da capital mineira mas apresenta importantes referências documentais da história de Contagem.

Aos dez dias do mês de janeiro de mil setecentos e dezessete, neste registro das Abóboras perante o provedor dele registrou Antonio Ribeiro de Barros trinta cabeças de gado das quais irá dar fiança a Casa do escrivão da Câmara e o novo imposto dos quintos reais e como sua carta de guia o diz e vi entrar pra dentro. E eu João Nunes Asedo, escrivão do Registro o escrevi e por comissão que tenho do provedor me assinei. (p. 115)

Contagem pertenceu à Comarca do Rio das Velhas, como sede no atual município de Sabará, por aproximadamente 200 anos, do início do século XVIII ao início do século XX. De 1901 a 1911, esteve vinculada à Santa Quitéria, atual município de Esmeraldas. Em 30 de agosto de 1911 foi emancipada. Em 1938, perde sua autonomia administrativa por dez anos quando passou a distrito de Betim. Em 1948 é novamente emancipada. Neste longo período, até o início da década de 40 do século XX, manteve o seu perfil agropastoril caracterizado pela presença de grandes fazendas na extensão de seu território e por um pequeno e pacato núcleo urbano na sede do município:

[...] a Contagem colonial persistiu praticamente inalterada até meados do século atual (século XX), quando foi sacudida pelo progresso que passou a pressioná-la. O convívio com a irmã mais moça (a Cidade Industrial) alterou-lhe essencialmente a feição antiga, a tal ponto que até a população conhece pouco do seu passado e das origens longínquas. (CAMPOS; ANASTASIA, 1991, p.133)

Desde a sua primeira emancipação político-administrativa até o início dos anos 70 do século XX, foi governada por oligarquias locais. Os mandatários do poder municipal pertenciam às famílias tradicionais da cidade: Cunha, Diniz, Mattos, Macedo, Camargos e Belém. A influência política destes sobrenomes é perceptível na identificação de uma parte considerável dos logradouros públicos e das escolas do município. Em menor intensidade de épocas anteriores, alguns representantes destes núcleos familiares ainda atuam na política local.

As marcas culturais de quase dois séculos e meio de certa estabilidade no seu perfil econômico e social foram fortemente modificadas a partir da industrialização na década de 40 do século XX com os novos atores sociais da intensa migração populacional. Resistiram algumas edificações, em antigas fazendas e na sede do município, e tradições de caráter religioso. As comemorações do Jubileu de Nossa Senhora das Dores, padroeira da cidade, organizadas pela Paróquia da Igreja Matriz de São Gonçalo e o Calendário Festivo da Comunidade dos Arturos organizado pela Irmandade Nossa Senhora do Rosário de Contagem, são importantes exemplos. Perdurou também o imaginário sobre a origem e o nome da cidade. As múltiplas narrativas sobre os primeiros tempos de Contagem são importantes elementos para a compreensão da complexidade do seu processo histórico como veremos mais adiante.

2. Da cidade ideal à cidade real: o processo de industrialização

A instalação da Cidade Industrial nas proximidades com Belo Horizonte em 1941, criou novamente duas “Contagens”. O Distrito Sede que, em grande medida, carregava as características dos antigos moradores e hábitos interioranos. E o Distrito do Parque Industrial⁵, uma outra “cidade” que surgiu como continuidade da malha urbana da capital, agregando outras identidades coletivas, especialmente de famílias de migrantes do interior de Minas e outros Estados, que constituíram o operariado das novas fábricas da região industrializada.

Os estudos para a efetivação da Cidade Industrial “Coronel Juventino Dias” iniciaram-se na década de 30 do século XX. O governo e as elites mineiras almejavam diversificar a economia do Estado superando uma visão marcadamente agrária e “atrasada” de Minas Gerais. A implantação do projeto do Parque Industrial ocorreu no governo de Benedito Valladares conforme Decreto-Lei nº 778 de 20 de março de 1941.

A concepção urbana, com traçados em forma hexagonal, foi inspirada na cidade de Camberra⁶, capital da Austrália. De acordo com Lucas Lopes, Secretário de Agricultura de Minas Gerais entre 1943 e 1945, a escolha da planta arquitetônica foi por obra do acaso. Segundo ele, em entrevista concedida em 1995 na publicação *CICI – Centro das Indústrias da Cidade Industrial de Minas Gerais – Memória Histórica*, seu antecessor na Secretaria de Agricultura⁷, Israel Pinheiro, assim decidiu como seria o projeto do Parque Industrial de Contagem:

“A Cidade Industrial foi planeja da forma mais interessante, típica de Israel. Parece anedota, mas não é. Ele não tinha a menor ideia do traçado de uma cidade industrial. Abriu uma enciclopédia qualquer e viu um mapinha da cidade de Camberra, nova capital da Austrália, onde havia um lugar com um pentágono e um eixo no centro, dizendo Cidade Industrial. Mandou copiar aquele desenho, sem ter ideia da conformação do sítio disponível, e simplesmente o plantou em cima do terreno. Ele precisava de algo que ninguém discutisse e conseguiu: está aqui, ó, Cidade Industrial de Camberra. Não vamos discutir e pronto”. (p. 22)

⁵ Com o crescimento populacional e a fragmentação territorial, a atual organização administrativa da cidade superou a divisão em dois Distritos, Sede e Parque Industrial. As Regionais Administrativas foram adotadas como política de descentralização da gestão municipal totalizando oito regiões: Sede, Industrial, Ressaca, Nacional, Riacho, Eldorado, Vargem das Flores e Petrolândia.

⁶ A cidade de Camberra, capital da Austrália, foi planejada pelos arquitetos Walter Berley Griffin e Marion Mahony após ganharem um concurso internacional. A cidade foi escolhida como capital do país para pacificar uma antiga rivalidade entre Sydney e Melbourne. A construção iniciou em 1913 e a inauguração oficial foi em 1927. Sua área central possui um traçado hexagonal.

⁷ A Secretaria de Agricultura, tal como era chamada, foi responsável por amplos setores da economia mineira. Ates da década de 40 era denominada Secretaria de Agricultura, Comércio, Indústria, Viação e Obras Públicas. Nos anos 40 incorporou também a pasta do trabalho e passou a Secretaria da Agricultura, do Comércio, da Indústria e do Trabalho.

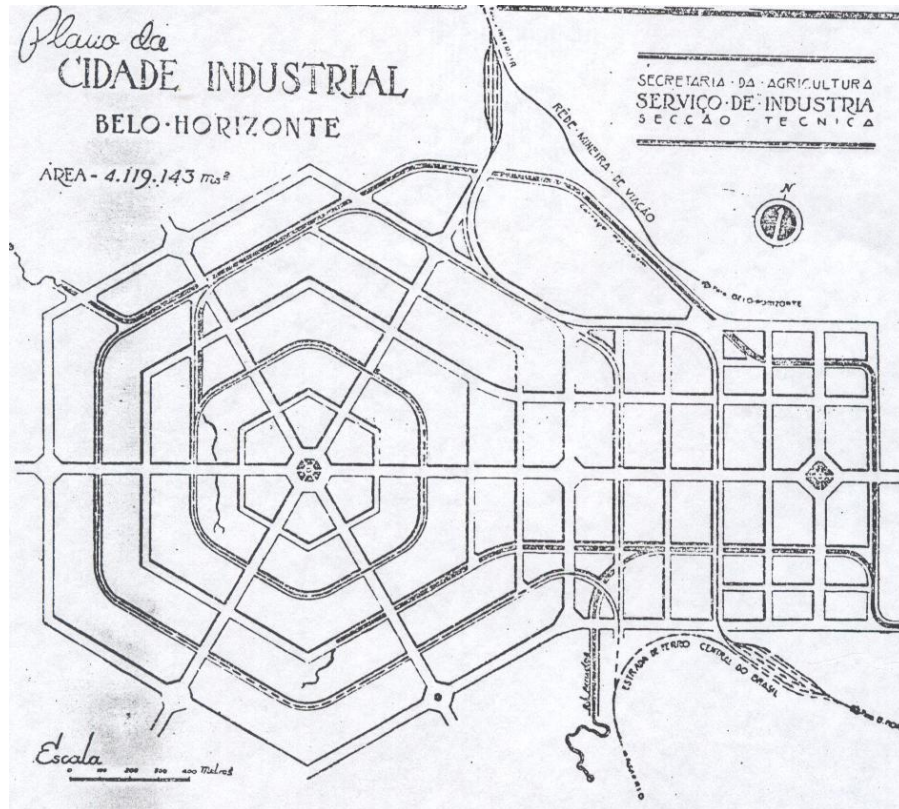


FIGURA 1: Planta original da Cidade Industrial

Fonte: Acervo da Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem



FIGURA 2 – Área Central de Camberra – Capital da Austrália

Fonte: <<http://cidadesemfotos.blogspot.com.br/2015/06/fotos-de-camberra-australia.html>>

Em uma década as áreas destinadas às novas indústrias foram pouco ocupadas ganhando vigor somente a partir da década de 50. Após 1955, um rápido processo de industrialização modificaria o perfil da cidade, significando uma maior diversificação estrutural e social como aponta Magda de Almeida Neves⁸ (1994) em *Trabalho e Cidadania: as Trabalhadoras de Contagem*:

[...] no decorrer dos anos 50 que Contagem recebe o impulso que vai acelerar seu desenvolvimento. Começa a transformar-se no Parque Industrial diversificado e economicamente significativo – verdadeiro espaço da moderna produção industrial – sonhado por governos e empresários mineiros desde a década de 30[...] E uma nova experiência de vida começa nesse espaço urbano-industrial onde trabalhadores vão construir sua trajetória pessoal e social e também uma identidade individual e coletiva. (p. 75)

Em 1966, a Cidade Industrial tem praticamente esgotada a área do hexágono, limitando a possibilidade de novas instalações. O ideário das elites econômicas e políticas se concretizava naquela nova paisagem próxima da capital e dava uma aparente forma material ao impulso do processo de industrialização de uma cidade ao que Magda Neves (1994) chama de “mito do progresso” e que fica evidente no discurso do empresário Euvaldo Lodi, presidente da Confederação Nacional da Indústria, proferido em 1949:

“Indústria é trabalho árduo todos os dias e muitas vezes à noite, anos a fio. Nada mais estranho do que conceber-se e associar-se o panorama de uma fábrica com o fazer das cidades quietas ou com as coletividades de vida contemplativa. E, por isso mesmo, a indústria deve implicar em saúde, por exigir homens que amanheçam para o trabalho quando ainda é noite e encerrem seu dia quando as luzes da cidade estão acesas. Não é a oficina lugar próprio para vagares e repouso, mas para o dispêndio de energia física capaz de resistir aos grandes esforços musculares, aos ruídos contínuos, a temperaturas elevadas, à monotonia das operações e talvez, pior ainda, aos embates próprios das grandes massas que ali se juntam(...) Indústria é disciplina e ordem que possibilitam o trabalho das grandes equipes, e a entrosagem dos fatores materiais e humanos, contados aos milhares. Indústria é técnica. É com esta palavra mágica que se dá o milagre da transformação da natureza em utilidades, para o uso do homem. É por ela que se faz a utilização dos imensos recursos científicos da hora em que vivemos, em métodos racionais de trabalho” (NEVES, p. 121)

Por outro lado, os trabalhadores e trabalhadoras das novas fábricas daquele mesmo espaço constroem suas experiências e buscam também realizar sonhos na expectativa de reconhecimento e da melhoria de vida e enfrentam os desafios ocultos nos discursos dos

⁸ NEVES, Magda de Almeida. *Trabalho e cidadania: as trabalhadoras da Cidade Industrial*. Belo Horizonte, Vozes, 1994.

industriais. O ideal de progresso e a vida concreta na cidade transformada pela industrialização, possui olhares e significados distintos para a divisão social clássica entre capital e trabalho:

Um visitante que chegasse ao local, 15 anos depois do início das construções, ficaria espantado com as mudanças ocorridas. A paisagem que agora se descortinava era a de um novo espaço urbano-industrial, onde as fumaças das chaminés e o barulho das máquinas denunciavam a presença de inúmeras fábricas em funcionamento. Ali então se confundiam e se interpretavam a construção das indústrias e as pequenas casas dos trabalhadores, pois a delimitação das áreas separadas para as manufaturas e residências não fora mantida conforme se planejara. É nesse tempo que cresce o número de migrantes, de famílias inteiras chegando de toda parte nesse novo “Eldorado”, nesse espaço que simbolizava para eles a promessa de melhores dias e, mais ainda, a possibilidade de concretizar o desejo de reconhecimento. (NEVES, 1994, p. 33-34)

De um lado a cidade ideal, planejada e organizada. A cidade que materializava o progresso da indústria na visão empresarial:

A cidade oficial é marcada pelo imaginário do governo e dos empresários, que procuram organizar seu espaço com base em novas formas de dominação, na racionalidade e no fetiche da mercadoria, elementos impulsionadores do progresso e da construção de uma nova ordem. (NEVES, 1994, p. 43)

De outro lado a cidade real, desordenada e precária. A cidade concreta do operariado que nela trabalhava e vivia:

A outra cidade, ilegal e clandestina, vai aos poucos se formando, construída pelos trabalhadores, seus espaços sendo ocupados de forma desordenada, sem obras de infra-estrutura – como rede de esgoto, água, calçamento, luz elétrica para beneficiar os habitantes. (NEVES, 1994, p. 93)

Os novos sujeitos sociais que passam a ocupar a cidade criam também novas identidades políticas. No contexto da Ditadura Militar, a Cidade Industrial ocupa um lugar de efervescente atuação de militantes de esquerda em oposição ao governo. Várias correntes atuavam nas fábricas, na produção de publicações clandestinas e em encontros de formação política. Ação Popular, Política Operária (Polop), Colina (Comando de Libertação Nacional), Corrente Revolucionária e PCB (Partido Comunista Brasileiro) eram grupos presentes na atuação política em Contagem.

Um episódio de repercussão nacional coloca os trabalhadores de Contagem na cena política brasileira. A Greve da Cidade Industrial, iniciada em abril de 1968, ao lado da Greve em Osasco em São Paulo no mesmo ano, são consideradas o principal movimento do operariado brasileiro nos anos iniciais da Ditadura Militar. A greve de Contagem teve seu início na Companhia Belgo-Mineira e, mesmo com forte ameaça de repressão, acabou se alastrando para

outras fábricas e atingindo 16 mil dos 22 mil trabalhadores da Cidade Industrial. A situação de tensão obrigou o então Ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, a comparecer na cidade numa negociação truculenta com os trabalhadores. A proposta de 10% de aumento salarial, inicialmente rejeitado pelos trabalhadores de Contagem, acabou incorporada para todos os trabalhadores brasileiros pelo General Costa e Silva na véspera do 1º de maio daquele ano.



FIGURA 3: Ocupação operária da empresa Belgo-Mineira (Greve de 1968)

Fonte: Acervo da Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem



FIGURA 4 – Ocupação da Cidade Industrial pela Polícia Militar (Greve de 1968)

Fonte: Acervo da Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem

A Greve de 1968 traz importantes reflexões sobre as formas de organização de classe. Além de seu significado como primeiro grande movimento operário no Regime Militar, colocou em prática, como estratégia de luta, as “ocupações de fábrica” e a organização de comissões no local de trabalho. Uma das estratégias do movimento era bater o cartão e não produzir.

Mas outra questão desperta fortes debates sobre o caráter e significado da greve de 1968. Num cenário de arrocho salarial como fruto da política econômica do governo militar, os trabalhadores da Cidade Industrial deflagraram uma greve, sem o conhecimento do Sindicato dos Metalúrgicos, denunciando as condições de trabalho e reivindicando aumento salarial. Segundo o cientista político Francisco Weffort, um pioneiro no estudo sobre movimento de Contagem, no seu trabalho *Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco-1968*⁹, a greve foi espontânea e teve uma pauta de reivindicação meramente econômica, e por isso teria um caráter não político. Segundo Weffort (1972), os órgãos de imprensa ficaram surpresos com a deflagração do movimento e por isso “[...] passaram a noticiar com detalhe o andamento dos acontecimentos, mas não ofereceram informações que permitiam reconstruir a origem da greve no interior da empresa.”.

Para Yonne Grossi, no trabalho *As Greves de Contagem, 1968: notas para uma revisão crítica*¹⁰, o Sindicato dos Metalúrgicos não participou da deflagração do movimento mas assumiu posteriormente a condução política da greve, o que significou maior apoio e a saída do isolamento inicial.

Em 2008, num encontro de comemoração dos 40 anos do movimento¹¹, Imaculada Conceição, uma das lideranças de 1968, assim descreveu a greve da Cidade Industrial em parte de seu depoimento:

“Dizer que a greve foi espontânea é um erro. Existia toda a problemática dos trabalhadores e por outro lado, a conjuntura política pós-1964. Havia um movimento operário em ascensão que foi cortado, mas as lideranças continuavam lá. Ninguém pode afirmar, nem eu mesma, que o dia e a hora da greve não tenham sido marcados por alguma corrente. Eu creio que não, mas todos já trabalhavam para eclodir o movimento grevista.” (Revista Teoria & Debate, Edição Especial – ano 21, maio de 2008)

⁹ WEFFORT, Francisco C. *Participação e Conflito Social: Contagem e Osasco – 1968*. In: Cadernos CEBRAP, São Paulo, n.º 5, 1972. p. 37.

¹⁰ GROSSI, Yonne de Souza. *As greves de Contagem, 1968: notas para uma revisão crítica*. In: Cadernos Movimentos Populares. Belo Horizonte. DCP-UFMG, outubro de 1979, p. 48-60.

¹¹ O encontro foi realizado no mês de abril de 2008 no Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte, Contagem e Região e organizado pela Fundação Perseu Abramo e Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem. O presidente do sindicato em 1968, Ênio Seabra, e outros sindicalistas da época compartilharam suas versões sobre os acontecimentos. Nos depoimentos, os participantes do evento fizeram uma caracterização da greve como uma ação coletiva, com forte atuação do sindicato e a consciência da luta contra a exploração da classe trabalhadora influenciada por intensa atuação política de grupos de esquerda.

No início dos anos 70 veio o período de chumbo da Ditadura Militar e as perseguições intensificaram. Em meados desta década, com a crise econômica mundial, Contagem sofre forte impacto nos ramos mais tradicionais da indústria, principalmente de minerais não-metálicos e metalurgia. Ocorreu significativa diminuição do número de trabalhadores ocupados e várias empresas da Cidade Industrial cessaram suas atividades. O medo da prisão e do desemprego tomam conta dos trabalhadores como relata o ex-padre operário Ignácio Hernandez:

“Nos anos 70, fala-se em voz baixa nas fábricas, nas ruas e até nas casas, olhando primeiro para os lados antes de pronunciar uma palavra sobre salários e política, uma sirene ao longe sobressalta as pessoas. Desconfia-se de qualquer desconhecido. O medo paira sobre a Cidade Industrial. Rumores de prisões de operários que realmente aconteceram [...] enquanto isso, o controle patronal se torna mais rígido. Comenta-se que existe uma lista negra dos companheiros que não devem ser admitidos em nenhuma companhia. E muitos não conseguem emprego durante anos. As ameaças de demissão nas fábricas são constantes, tanto quando existe desemprego, como quando existe a expansão das indústrias nos ‘anos do milagre’. Muitos encarregados se especializam em amedrontar com o desemprego, fantasma da realidade. Estas são levadas a efeito inúmeras vezes, ante a menor exigência de aumento salarial individual ou coletivo”. (NEVES, 1994, p. 168)

Mesmo diante dos tempos sombrios do regime militar, outros atores entram em cena na atuação política e uma militância cristã exerce uma forte influência na região industrial de Contagem. As CEBs - Comunidades Eclesiais de Base e as pastorais sociais da Igreja Católica se multiplicam e impactam também na organização de outros movimentos populares nas lutas por infraestrutura urbana. O *Jornal dos Bairros*¹², fundado por militantes de esquerda, torna-se um porta voz dos trabalhadores e dos movimentos urbanos, inclusive na região do Barreiro em Belo Horizonte. A mística do movimento de 1968 permanece e continua inspirando velhas e novas lideranças engajadas na luta pela Anistia, na militância sindical, influenciada pelo novo sindicalismo, e posteriormente na construção do PT – Partido dos Trabalhadores e da CUT – Central Única dos Trabalhadores.

A Cidade Industrial significou o surgimento de outra cidade no território de Contagem. Novas configurações espaciais, novos atores sociais e políticos e profundas mudanças culturais no perfil da cidade que durante décadas parecia estagnada na sede do município.

¹² O *Jornal dos Bairros* foi criado em 1976 e circulou até 1983. Idealizado por jornalistas e outros profissionais militantes, oriundos de diversas organizações de esquerda, buscou dar “voz” aos movimentos sociais emergentes e aos moradores da chamada *região industrial* da Região Metropolitana de Belo Horizonte que incluía, além de Contagem, os municípios de Betim e Ibirité e a regional Barreiro na capital. Transformou-se em referência de imprensa alternativa de resistência no período da Ditadura Militar.

3. A fragmentação territorial e o dilema da identidade local

O esgotamento da Cidade Industrial ainda na década de 60 apontou para a necessidade de expansão do setor industrial para outra região da cidade. Após estudos da Prefeitura, uma nova área entre a Cidade Industrial e a sede do Município foi escolhida para abrigar o *Cinco* (Centro Industrial de Contagem). Sua concepção foi pensada em moldes mais modernos que a primeira área industrial e buscou a integração com o tecido urbano e preocupação com questões ambientais. O *Cinco* também chegou ao esgotamento nos anos 70 e novos distritos foram planejados ao longo das décadas seguintes até os anos 2000: Cincão, Cinquinho, Distrito Industrial Hélio Pentagna Guimarães e Polo Moveleiro da Ressaca.



FIGURA 5 - Vista aérea da Cidade Industrial (década de 70)

Fonte: Acervo da Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem

Ao longo das décadas de 50 e 60, além do rápido crescimento da região industrial na divisa com o Barreiro na capital, Contagem viveu um movimento de expansão da periferia para o centro. Antigas fazendas transformaram-se em loteamentos legais e ilegais, e os limites do

município são “ocupados” pelo avanço populacional de outras regiões de Belo Horizonte, em especial a região do Nacional (limite com a regional Pampulha) e a região da Ressaca (limite com a regional Noroeste). Outra região, o Petrolândia, cresceu e misturou-se com os limites da cidade de Betim. Na década de 80, na divisa com o município de Esmeraldas, foi construído um grande conjunto de moradias populares: o bairro de Nova Contagem. Uma região distante de outras da cidade, separada da sede por uma extensa área rural, localizada nas proximidades da represa Vargem das Flores que acomodou populações de outras regiões periféricas da cidade.

Ainda na década de 80, a cidade diversifica substancialmente sua atividade econômica com a ampliação do setor de serviços. Ganha força o comércio atacadista e a indústria de alimentação. Algumas fábricas, por anos abandonadas na Cidade Industrial, são transformadas em novos empreendimentos a partir da década de 90. Um símbolo da reconfiguração territorial foi a instalação de um grande complexo comercial, Shopping e Hipermercado, onde antes funcionava a primeira indústria do Parque Industrial: a Cia de Cimento Portland Itaú. Outro exemplo mais recente é um arrojado projeto imobiliário no local que abrigava a antiga Lafersa-Fábrica de Laminados de Ferro. Um grande conjunto de prédios de alto padrão que altera profundamente a paisagem da região. Como contrapartida do investimento privado, o único galpão preservado e restaurado da antiga Lafersa será o Centro de Memória do Trabalhador da Indústria gerido pelo poder público municipal.

O centro da cidade, nomeado como “sede” do município, também vive uma expressiva expansão populacional e passa por um gradual processo de verticalização, mas não agregou as características geralmente comuns aos centros das cidades. É reconhecido como o centro político e histórico do município, abrigando a Prefeitura, a Câmara Municipal e o Fórum, além de reunir a maior parte dos bens tombados, mas não exerce a função de polo do comércio e de serviços da cidade. O bairro Eldorado cumpre esse papel como maior e mais dinâmico centro comercial de Contagem, sendo efetivamente o espaço aglutinador de boa parte dos moradores. É habitual conhecer moradores que vivem há décadas nas regionais Ressaca e Nacional, regiões separadas do restante da cidade pela BR 040 (sentido Brasília), que nunca foram à sede do município. Estes mesmos moradores possuem como referência o centro de Belo Horizonte, uma vez que a malha viária, o transporte público e as oportunidades de trabalho convergem para a capital. Movimentos de emancipação destas duas regiões buscaram adesão popular nas últimas décadas, mas não avançaram.

Uma característica marcante dos moradores de algumas partes da cidade, como Eldorado, Água Branca, Industrial e Riacho, está na forma de informar quando pretendem ir ao centro (sede) do município: “vou à Contagem”. Ainda que todos os bairros pertençam à mesma

cidade, a identificação do nome “Contagem” refere-se apenas à sede do município. Quando informam que pretendem ir ao centro de Belo Horizonte dizem: “vou ao centro”. Para os moradores destas regiões o “centro” é a região central da capital, e não a sede de Contagem.

O poder político local, desde a primeira emancipação até os primeiros anos da década de 70, era disputado e alternado entre as famílias tradicionais da cidade. A partir de 1973, com a eleição de Newton Cardoso, até o início dos anos 80, a disputa espelhou a configuração política do regime militar e se deslocou para o binarismo partidário entre MDB e ARENA. De meados dos anos 80 até o início dos anos 2000, a disputa girou em torno dos grupos de duas lideranças políticas: Ademir Lucas (PSDB) e Newton Cardoso (PMDB). Em 2004, essa hegemonia foi quebrada com a eleição da primeira mulher prefeita: Marília Campos (PT). Reeleita para um segundo mandato em 2008. Seu sucessor foi o prefeito Calin Moura (PC do B). Em 2016 venceu Alex de Freitas, marcando o retorno do PSDB ao governo municipal.

As eleições municipais representam um momento de unidade do discurso sobre a cidade, considerando as diferenças programáticas. O pleito municipal acaba provocando a necessidade de construir uma narrativa sobre a cidade (como totalidade) por partidos e candidatos. Mesmo na concorrência para a Câmara dos Vereadores, com disputas de bases eleitorais difusas e localizadas, percebe-se a tentativa de um debate de proposições mais amplas, uma vez que os representantes eleitos serão legisladores do todo o município.

Ao contrário de outras cidades mineiras, com origem no século XVIII, Contagem cresceu de fora para dentro e constituiu um tecido urbano disperso espacialmente, recortado e fragmentado por linhas férreas e rodovias. Como cidade da Grande BH, tem seus limites confundidos com a capital e outros municípios da região metropolitana. Por vezes, é caracterizada somente como uma grande periferia de Belo Horizonte. Essa fragmentação espacial criou dinâmicas próprias em diferentes localidades da cidade. No processo histórico de ocupação urbana do município surgiram inúmeras “Contagens”.

O debate sobre a identidade local passa pelo sentimento de pertença dos sujeitos ao lugar onde vivem considerando as variantes de como significam esse lugar. Qual a compreensão dos moradores da sua própria cidade (como totalidade) a partir da localidade ou da parte que nela habitam? Qual a relação de trabalhadores quando sua cidade de residência é uma “cidade dormitório”? Qual o significado de identidade local para sujeitos que, no cotidiano da vida, (trabalho, estudo, lazer, descanso, militância, etc) circulam em diferentes cidades? A cidade não possui uma única identidade e é espaço permanente de construção de múltiplas identidades ou ainda de negação de uma identidade local.

Na perspectiva da construção de um relato mais dinâmico que incorpore a complexidade da origem e formação de uma cidade, é necessário, por meio de uma postura questionadora, além da análise da sua ocupação espacial, buscar os variados acontecimentos e narrativas que contribuem para sua história. Contagem é uma prova deste desafio na tarefa de compreender as marcas de seus personagens desde o período colonial. Neste sentido, para reconhecer as identidades de um lugar, o trabalho de interpretação deve considerar as versões presentes no imaginário da população, suas memórias e mitos, e os múltiplos olhares e leituras de diferentes sujeitos para um mesmo evento ou processo histórico. As contradições e conflitos são elementos que também fazem parte da constituição territorial e cultural de uma cidade e impactam decisivamente na noção de identidade.



FIGURA 6 – Vista aérea da Sede do Município

Fonte: Acervo da Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem

CAPÍTULO 2 – DESAFIOS DA GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NAS CIDADES

Em janeiro de 2005, início de uma nova administração na Prefeitura de Contagem, fui convidado a fazer parte da equipe da Coordenadoria da Cultura e assumi a direção da Casa da Cultura Nair Mendes Moreira, onde passou a funcionar a Diretoria de Memória e Patrimônio Cultural. À época, a pasta da cultura estava vinculada à SEDUC – Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Acompanhei de perto algumas mudanças significativas na gestão do setor cultural da cidade e percebi alguns avanços e entraves que persistem até hoje. Busquei fazer, neste capítulo, um relato descritivo e crítico do período que atuei como gestor da cultura na cidade. O texto contempla um duplo olhar: do gestor que vivenciou as possibilidades e inquietações na ação da política pública e do pesquisador que analisou e interpretou criticamente os processos de gestão depois de um tempo de distanciamento da máquina pública.

1. O princípio colaborativo: as atribuições do IPHAN e do IEPHA/MG

A política nacional de proteção do patrimônio cultural tem como marcos legais no Brasil o Decreto-Lei nº 25 de 13 de janeiro de 1937 e a Constituição Federal de 1988 que responsabilizou os três níveis de governo (União, Estados e Municípios) pela gestão dos bens culturais no território brasileiro. Ainda em 1936, no governo de Getúlio Vargas, o então ministro de Educação e Saúde, Gustavo Capanema, preocupado com a proteção do patrimônio cultural brasileiro, pediu a Rodrigo de Melo Franco de Andrade a elaboração de um anteprojeto de lei que contou com a colaboração de Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Afonso Arinos, Lúcio Costa e Carlos Drummond de Andrade. Com a efetivação do decreto em 1937 é criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) vinculado ao MinC (Ministério da Cultura).

O IPHAN é responsável pelo cumprimento dos marcos legais, efetivando a gestão do patrimônio cultural brasileiro e dos bens reconhecidos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) como Patrimônio da Humanidade. Neste contexto, o IPHAN constrói em parceria com os governos estaduais e municipais o Sistema Nacional do Patrimônio Cultural, quinta meta do PNC - Plano Nacional de Cultura, com uma proposta articulada em três eixos: coordenação (definição de instâncias coordenadoras para garantir ações articuladas e mais efetivas); regulação (conceituações comuns, princípios e

regras gerais de ação); e fomento (incentivos direcionados principalmente para o fortalecimento institucional, estruturação de sistema de informação de âmbito nacional, fortalecer ações coordenadas em projetos específicos).

Ao longo de 80 anos, o IPHAN procurou definir legislações específicas, preparou técnicos e realizou tombamentos e restaurações de bens patrimoniais do Brasil. Em Minas Gerais, exerceu um relevante papel e atuou no tombamento de importantes núcleos históricos como Ouro Preto, Diamantina, Tiradentes, São João Del Rei, Mariana, Serro, Cataguases e recentemente o Conjunto Arquitetônico da Pampulha em Belo Horizonte. A ação do IPHAN no Estado é feita por meio da 13ª Superintendência Regional e de quatro sub-regionais.

No âmbito estadual a responsabilidade de proteção do patrimônio cultural é do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG) criado em 1971 e vinculado à Secretaria de Estado da Cultura. O instituto teve importante atuação em Contagem na década de 80 na identificação e inventário de edificações históricas no centro (sede) do município. Ressalto que o IPHAN e o IEPHA/MG foram criados no contexto do conceito de “patrimônio histórico e artístico” ampliado para “patrimônio cultural” na Constituição Federal de 1988 em seus artigos 215, 216 e 217. Essa mudança incorpora a ideia antropológica de cultura. Antes o patrimônio era compreendido como as formas organizadas de produção artística e preservação da memória. A dimensão antropológica reconhece toda produção humana, simbólica e material, e inclui como bens patrimoniais os “modos de criar, fazer e viver” (inciso II do art. 216): o patrimônio imaterial.

Um marco da atuação do IEPHA/MG foi a Lei n. 13.803/00 (conhecida como Lei *Robin Hood*), substituída posteriormente pela Lei 18.030/09, que dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços (ICMS), pertencente aos municípios mineiros e adota como um dos critérios a avaliação da política de proteção do patrimônio cultural por meio de uma tabela de pontuação. As deliberações normativas do IEPHA/MG, publicadas anualmente com os critérios do ICMS cultural, estabelecem diretrizes para os municípios dentre elas:

- Base legal para proteção do patrimônio cultural, que inclui uma lei municipal correlata, um Conselho Municipal do Patrimônio Cultural e legislações complementares, como as leis de incentivo à cultura;
- A indicação institucional do gestor oficial do patrimônio cultural do município (se junto à Secretaria/ Departamento de Cultura ou similar) e do profissional / grupo de assistência técnica ao setor;

- A identificação de bens culturais e a eleição dos seus respectivos instrumentos de proteção;

Os gestores de cultura nos municípios mineiros devem atuar de acordo com estas diretrizes e realizar os seguintes procedimentos:

- Realizar os trabalhos exigidos pela Deliberação do Conselho Curador do IEPHA/MG;
- Apresentar os relatórios no IEPHA/MG no prazo estabelecido a cada ano;
- Após a análise desses trabalhos, cabe ao município uma pontuação conferida a partir de cálculos feitos em obediência à tabela do ICMS cultural;
- O município pontuado passa a receber, em todo o ano seguinte ao da entrega dos trabalhos, recursos financeiros proporcionais à média ponderada da pontuação de todos os municípios que atuam com esse critério.

A distribuição do ICMS a partir do critério *patrimônio cultural* para os municípios representou algumas mudanças importantes para as cidades de Minas Gerais. Ocorreu uma ampliação dos conceitos ligados à política de proteção do patrimônio cultural além de impulsionar a profissionalização de equipes de gestão na área da cultura. Por outro lado, multiplicaram-se consultorias contratadas para confecção de relatórios em cidades sem equipes especializadas na gestão do patrimônio cultural. As consultorias significam uma oportunidade de atuação profissional para arquitetos, restauradores, historiadores, entre outros. Muitas delas prestam serviços qualificados e contribuem decisivamente para aumentar o repasse de recursos para as cidades. Entretanto, em boa parte dos municípios mineiros, não existe uma política de profissionalização de equipes próprias, e as consultorias acabam contribuindo para a precarização do trabalho na gestão cultural. Algumas prefeituras preferem investir em profissionais sem vínculo com as cidades que aparecem nos municípios somente no período de elaboração dos relatórios, comprometendo um trabalho contínuo e perene da política pública de proteção do patrimônio cultural.

Considero mais produtivo, ampliar as formações realizadas pelo IEPHA/MG no sentido de capacitar os servidores municipais na gestão do patrimônio cultural e incentivar a constituição de equipes com formação específica por meio de concursos públicos e assim criar carreiras para a profissionalização da área da cultura. A valorização do trabalho dos profissionais da cultura no serviço público amplia as oportunidades de atuação para além das

consultorias e evita uma espécie de “terceirização” de uma política pública essencial para as cidades.

O IPHAN e o IEPHA/MG exercem papel crucial na formulação de diretrizes, normativas e legislações que orientam a gestão do patrimônio cultural nos municípios. Um desafio dos três níveis de poder é consolidar um sistema colaborativo na proteção do patrimônio cultural brasileiro, tal como indicado na Constituição Federal de 1988. O intenso debate nos anos 2000, em âmbito nacional, por meio de instrumentos como as Conferências Nacionais de Cultura, com suas respectivas etapas municipais e estaduais, propiciou avançar no debate de construção do Sistema Nacional de Cultura (SNC) e do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural (SNPC) contribuindo na implementação de um conjunto de ações locais que garantam instrumentos, processos e recursos para efetivar uma política pública de cultura. Mesmo com um amplo repertório de conceitos, saberes e divulgação de mecanismos de gestão, os municípios ainda encontram dificuldade na concretização dos planos de cultura incluindo a gestão do patrimônio cultural. Em parte, pelos escassos orçamentos, em outro sentido, pela pouca atenção à profissionalização da gestão pública.

Contagem não foge deste contexto. Mesmo com significativos avanços nas últimas três décadas, ainda prevalece, em grande medida, um tratamento da cultura como política pública secundária, vista como a “cereja do bolo” ou apenas como “*marketing* político”. A seguir, faço uma reflexão sobre os caminhos da política pública de cultura em Contagem, desde a década de 90, com ênfase na gestão do patrimônio cultural.

2. A gestão do patrimônio cultural em Contagem

Em Contagem, a política de proteção do patrimônio cultural teve início nos anos 90 do século XX. A fundação da Casa da Cultura “Nair Mendes Moreira” como equipamento público ocorreu em 1991. Inicialmente, concentrava toda as atribuições das ações culturais da cidade, inclusive no incentivo às artes. A equipe original era composta, além de cargos comissionados, por professores efetivos cedidos da Rede Municipal de Ensino e da Fundação de Ensino de Contagem (FUNEC), situação que prevaleceu nos anos vindouros. Professores de história, geografia, arte e língua portuguesa compuseram a equipe precursora da gestão cultural da cidade. A pasta da cultura era uma responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEDUC).

A Lei Orgânica do Município de Contagem, de 1990, na Seção V (artigos 154, 155, 156, 157 e 158) definiu os princípios da política cultural na cidade. Ainda na década de 90, outros

marcos legais inauguram as legislações específicas da gestão pública do patrimônio cultural em Contagem: Lei nº 2842/96 (Lei de Proteção do Patrimônio) e em seguida a Lei nº 2961/97 que cria o Conselho Municipal de Cultura e do Patrimônio Ambiental e Cultural de Contagem (COMPAC) que dispunha sobre as diretrizes de proteção e estabelecia o inventário e o tombamento como instrumentos legais de acautelamento. A redundância nos termos “cultura” e “cultural” no nome do conselho explica-se pela intenção inicial de exercer duas finalidades: ser um colegiado de discussão da política geral da cultura na cidade e também das especificidades de questões relacionadas ao patrimônio cultural. No entanto, desde as suas primeiras reuniões, o COMPAC dedicou-se exclusivamente aos debates e deliberações sobre a política do patrimônio cultural.



FIGURA 7 - Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem

Fonte: Acervo da Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem

Em 1998, é inaugurado o Centro Cultural “Prefeito Francisco Firmo de Mattos Filho”¹³, um conjunto arquitetônico formado por dois casarões de tipologia colonial (Casa Rosa e Casa Amarela) remanescentes do século XIX, e um casarão em estilo eclético (Casa Azul) construído

¹³O conjunto arquitetônico Prefeito Francisco Firmo de Mattos Filho é um complexo cultural composto por uma galeria de arte (Casa Amarela), um pequeno teatro (Casa Azul), a Biblioteca Pública Municipal (Casa Rosa) e salas administrativas. No seu entorno encontra-se a Praça das Jabuticabas com um teatro de arena.

no início do século XX. Os três casarões restaurados foram transformados na sede da Superintendência de Cultura subordinada à SEDUC.



FIGURA 8 - Centro Cultural Prefeito Francisco Firmo de Mattos Filho

Fonte: Acervo da Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem



FIGURA 9 - Biblioteca Pública Municipal Dr. Edson Diniz

Fonte: Acervo da Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem

A inauguração do Centro Cultural “Prefeito Francisco Firmo de Mattos Filho” significou uma divisão de competências na gestão cultural na cidade. Na Casa da Cultura “Nair Mendes Moreira” concentraram-se as ações de preservação da memória e proteção do patrimônio cultural. No Centro Cultural as ações culturais mais amplas com foco na divulgação e formação artística. O intenso trabalho da equipe técnica da Casa da Cultura na identificação, pesquisa e produção de dossiês resultou, entre 1998 e 2001, no tombamento de dez bens culturais, dos quatorze protegidos até hoje. Dos dez tombamentos, dos primeiros anos de atuação do COMPAC, oito são de bens da sede do município.

A preocupação em proteger as antigas edificações da sede, nos primeiros tempos de atuação do conselho, decorre do avanço das demolições no final do século passado. A característica do núcleo original, com casas alinhadas às margens dos logradouros e sem garagem, começa a ser substituída por construções modernas e pelos primeiros edifícios.

Na arquitetura residencial as demolições foram igualmente violentas. Da Contagem colonial denominada Contagem-Sede, segundo o “Levantamento das Edificações de interesse Histórico-PLAMBEL/1976” restavam 27 monumentos, entre residências e fazendas, provenientes dos séculos XVIII e XIX. Em 1984, o “Inventário de Proteção do Acervo Cultural/IEPHA” constava 7 demolições ali ocorridas. Em vistoria realizada em abril de 1991, acrescentávamos mais 6, restando, portanto, apenas 14 daquelas edificações. (CAMPOS; ANASTASIA, 1991, p. 127)



FIGURA 10 – Vista parcial da Sede (Década de 20)

Fonte: Acervo da Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem

Episódios como a demolição da Igreja do Rosário, em 1974, quando ainda não existiam instrumentos legais de proteção no âmbito municipal, causaram um trauma em parte dos moradores da sede e impulsionaram um olhar de urgência para a preservação do patrimônio edificado na região central. O acontecido ainda hoje provoca enorme comoção entre os membros da Comunidade dos Arturos que são devotos de Nossa Senhora do Rosário e organizam em outubro de cada ano a comemoração em homenagem à santa. Uma outra Igreja do Rosário foi construída no bairro Alvorada, também na sede, próxima à localização onde vivem os Arturos. A praça onde localizava-se a antiga Igreja é conhecida como Largo do Rosário. Veja o relato de Ruth Walter no *Jornal da Indústria* em 1969, sobre o significado da Igreja do Rosário, presente na memória de muitos antigos moradores da sede:

Quase no centro da cidade, no inconfundível Largo do Rosário, na dinâmica, mas tradicionalista cidade de Contagem, se ergue airosa, a barrôca-rococó igreja da veneranda Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, ora centenária, em meio a pictório fundo de jaboticabais garbosos e, também cheios de lendas e amôres! (p.08)



FIGURA 11 – Antiga Igreja do Rosário (Demolida em 1974)

Fonte: Acervo da Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem

TABELA 1 - Bens culturais protegidos do Município de Contagem

NOME DO BEM CULTURAL	DECRETO E ANO	LOCALIZAÇÃO
Centro Cultural Prefeito Francisco Firmo de Mattos Filho	9.987 – 31/03/1998	Sede
Parque Municipal Gentil Diniz	9.886 – 31/03/1998	Sede
Casa da Cultura Nair Mendes Moreira	10.060 – 14/12/1998	Sede
Chaminés e Prédio Administrativo da Itaú	10.186 – 17/06/1999	Cidade Industrial
Casa de Cacos de Louça	10.445 – 14/04/2000	Bernardo Monteiro
Capela Imaculada Conceição e Santa Edwigens	10.446 – 14/04/2000	Bela Vista
Igreja Matriz de São Gonçalo	10.446 – 02/05/2000	Sede
Ruínas da Fazenda Vista Alegre	10.460 – 02/05/2000	Sede
Espaço Popular	10.695 – 06/12/2000	Sede
Cine Teatro Municipal Tony Vieira	10.806 – 31/05/2001	Sede
Capela São Domingos de Gusmão	11.323 – 14/07/2004	Retiro das Esperanças
Conjunto Arquitetônico da Prefeitura Municipal	190 – 22/09/2005	Sede
Capela Santo Antônio do Morro Redondo	Deliberação 001/2014 COMPAC	Morro Redondo
Comunidade dos Arturos	Reconhecimento como Patrimônio Imaterial de Minas Gerais pelo IEPHA/MG - 2014	Jardim Vera Cruz (Sede)

Desde 2001, com o tombamento do Cine Teatro Municipal Tony Vieira¹⁴, somente três bens materiais foram protegidos legalmente, além do registro da Comunidade dos Arturos como patrimônio imaterial do município e do Estado de Minas Gerais, um trabalho realizado por meio de uma parceria da Casa da Cultura com o IEPHA/MG. Entretanto, foi justamente neste período que mudanças importantes aconteceram na gestão do patrimônio cultural no município. Novas legislação e novas concepções de gestão significaram marcos importantes nas ações da política pública de cultura.

¹⁴ Tony Vieira foi um cineasta do grupo “boca do lixo” que atuava em São Paulo na década de 70. Viveu em Contagem durante anos e parte da filmografia teve locação na cidade. O acréscimo do nome do produtor ao Cine Teatro Municipal, para homenageá-lo, causou polêmica pela sua atuação em produções de filmes de pornochanchada. Parte de seu acervo, documentos, rolos de filmes e figurinos, está sob a guarda da Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem.



FIGURA 12 - Antigo Cine Teatro Municipal de Contagem

Fonte: Acervo da Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem



FIGURA 13 - Cine Teatro Municipal Tony Vieira

Fonte: Acervo da Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem

A partir de 2005, a Superintendência de Cultura transforma-se na Coordenadoria de Cultura, ainda ligada à Secretaria de Educação, com duas diretorias: Diretoria de Memória e

Patrimônio Cultural, sediada na Casa da Cultura Nair Mendes Moreira, e Diretoria de Ação Cultural, sediada no Centro Cultural Prefeito Francisco Firmo de Mattos Filho. A equipe técnica da Casa da Cultura foi dividida em três núcleos de atuação: núcleo de educação patrimonial, núcleo de proteção patrimonial e núcleo do patrimônio imaterial. O primeiro núcleo era responsável pelas ações educativas: elaboração de materiais educativos, visitas monitoradas, assessoria de projetos nas escolas. O segundo era responsável pela fiscalização dos bens tombados, identificação e inventário de bens materiais e elaboração de dossiês de tombamento. O último responsável pelo trabalho de pesquisa das manifestações culturais da cidade (bens imateriais), incentivo e valorização dos grupos tradicionais e produção de registros de proteção do patrimônio imaterial. Além destas atribuições, a equipe convocava e coordenava as reuniões ordinárias do COMPAC. A elaboração do relatório anual encaminhado ao IEPHA/MG era responsabilidade dos três núcleos.

Ainda em 2005, foi aprovada a Lei nº 3960/05 que instituiu o registro de bens imateriais na cidade. A nova legislação permitiu avançar na discussão da identificação e reconhecimento legal das manifestações culturais do município e deu impulso ao trabalho de registro da Comunidade dos Arturos como bem cultural de Contagem e Minas Gerais em 2014. Desta forma, o IEPHA apresenta a comunidade dos Arturos:

[...] são uma comunidade familiar, tradicional, de ascendência negra, formada pelos descendentes e agregados de Arthur Camilo Silvério e Carmelinda Maria da Silva. Em sua vivência diária detêm diversas expressões culturais. Os sons e os ritmos ditados pelas batidas dos tambores são constantes em todos os momentos e estão presentes no Batuque, na Folia de Reis, no Candombe, no Reinado de Nossa Senhora do Rosário, na Festa da Abolição e na Festa do João do Mato. Nos quintais e nas matas da Comunidade permanecem as antigas práticas dos conhecimentos relacionados às raízes e plantas. Nos Arturos também estão presentes o ofício e o rito da benzeção, a construção de tambores, as guardas do congado, a culinária e tantos outros. Um lugar de referência cultural, onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas, e que mantem preservada uma herança cultural já desaparecida em outros contextos, herança cultural essa que confere identidade e pertencimento e que representa a diversidade cultural de Minas Gerais e do Brasil. (Cadernos do Patrimônio Imaterial, volume 2, p. 12)

A declaração dos *Arturos* como patrimônio imaterial pelo IEPHA, o terceiro bem cultural de natureza imaterial protegido pelo Estado de Minas Gerais e o primeiro do Brasil e em Minas de uma comunidade, é fruto de um longo processo de pesquisa e teve decisiva contribuição dos profissionais da Casa da Cultura que procuraram, durante anos de trabalho, produzir registros (inventários, textos e entrevistas) e fazer leitura das diversas produções existentes referentes à comunidade: livros, teses, dissertações, monografias, vídeos, jornais e revistas.



FIGURA 14 - Guarda de Moçambique – Comunidade dos Arturos

Fonte: Acervo da Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem



FIGURA 15 - Vista aérea da Comunidade dos Arturos

Fonte: Acervo da Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem

A introdução da metodologia de educação patrimonial em Contagem ocorreu em 2002 com o lançamento do projeto “Por Dentro da História” pela Superintendência de Cultura. A

partir de 2005, o projeto foi reformulado e transformou-se no Programa de Educação Patrimonial “Por Dentro da História” vinculado à Casa da Cultura. A ação educativa ganhou enorme visibilidade e intensificou a demanda do setor educativo da instituição. Farei um relato e análise detalhada do “Programa Por Dentro da História” mais adiante.

O trabalho de proteção patrimonial teve como tarefa nestes anos a construção, aprovação (pelo IEPHA/MG) e implantação do *Plano de Inventário de Contagem*. Se por um lado, foram poucos os bens protegidos pelo instrumento do tombamento e registro de bens imateriais a partir de 2001, por outro lado, o número de bens inventariados teve uma expansão substancial. Cabe ressaltar que o instrumento do “inventário” é um procedimento administrativo pelo qual o poder público identifica, cadastra e protege os bens culturais e pela legislação vigente no município, ainda que o bem não seja indicado para o tombamento ou registro como patrimônio imaterial, ele é o início do processo de proteção legal e qualquer pedido de demolição, construção, reforma, restauração e modificação deve passar por parecer do COMPAC.

A construção do Plano de Inventário em 2006 contou com a participação efetiva da população. Por meio das regionais administrativas da cidade, foram realizadas várias reuniões da equipe da Casa da Cultura com organizações da sociedade civil, grupos culturais e associações de bairro para a indicação de bens culturais da cidade com potencial de proteção legal. Centros religiosos de matriz africana, grupos de capoeira, feiras, pedreiras, fábricas abandonadas, postes de um antigo teleférico, praças, antigas sedes de fazendas, casas, capelas, igrejas, nascentes, matas, parques e reservas ambientais são alguns bens que figuram na lista apresentada pelos moradores. O *Plano de Inventário de Contagem* prevê ações até 2024.

Uma situação delicada ainda persiste. Mesmo com todo esforço das equipes que trabalham nas ações de proteção patrimonial, o poder público municipal negligenciou o cuidado com os bens públicos tombados desde a década de 90. A Casa de Cacos e o Cine Teatro Municipal Tony Vieira estão interditadas aguardando restauração, as ruínas da fazenda Vista Alegre praticamente desapareceram, a Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem está fechada e o projeto de restauro embargado. Ou seja, a consolidação de uma política de proteção do patrimônio cultural da cidade necessita de investimento público no setor. Os donos de bem privados questionam sobre as cobranças de preservação de seus imóveis uma vez que o poder público não conserva e protege os seus próprios bens.

Novas legislações, na última e nesta década, significaram mudanças importantes nas diretrizes de gestão da cultural em Contagem. Em 2009, foi criado o Fundo Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural (FUMPAC) pela Lei nº 4313/09. Dentre outras fontes, garantiu o repasse integral dos valores recebidos a título do ICMS cultural em conta específica, sendo

antes depositada na conta do tesouro municipal. A lei atribuiu ao COMPAC a responsabilidade de movimentação e aplicação dos recursos e representou mais autonomia na gestão do patrimônio cultural da cidade.

Em 2012, por meio da Lei Complementar nº 138, é criada a Fundação Municipal de Cultura de Contagem (Fundac), uma antiga reivindicação do setor cultural da cidade que pleiteava a efetivação de um órgão gestor da política cultural separado da Secretaria de Educação. Na estrutura da Fundac, é criada a Coordenadoria de Políticas de Memória e Patrimônio Cultural. A Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem continuou abrigando o setor de gestão do patrimônio cultural do município além de permanecer com as atribuições de uma instituição museológica (o cadastro como museu pelo IPHAN e a alteração da denominação da instituição como Museu Histórico de Contagem, ocorreu em 2007 por meio da Lei nº 4116/07).

Em resposta às exigências de adesão ao Sistema Nacional de Cultura (SNC) para a consolidação do Plano Nacional de Cultura (PNC), coordenado pelo Ministério da Cultura (MinC), e pelo acúmulo da realização de duas conferências (2005 e 2013), foi criado em 2013 o Sistema Municipal de Cultura (SMC) pela Lei nº 4647/13. Todas as leis concernentes à gestão cultural, desde a década de 90, foram revogadas e unificadas no novo texto legislativo. Uma importante mudança foi a reformulação do COMPAC, que passou a denominar Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, e a criação do Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC), separando formalmente as atribuições da discussão geral da política cultural daquelas relacionadas especificamente à gestão do patrimônio cultural. Foi criado dois sistemas setoriais de relevância para a gestão do patrimônio: Sistema Municipal de Patrimônio Cultural (SMPC) e Sistema Municipal de Museus (SMM) que inclui a Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem, Casa de Cacos de Louça e o Centro de Memória do Trabalhador da Indústria.

Em 2015 foi aprovada a Lei nº 4762/15, que instituiu o Plano Municipal de Cultura para o período de dez anos, até 2025, concluindo a efetivação dos instrumentos legais para a gestão local da cultura, em sintonia com os ditames do sistema nacional. Junto com o *Plano de Inventário do Município* (até 2024), configuram importantes documentos com parâmetros de gestão do patrimônio para os próximos anos na cidade.

Os desafios para a política pública de cultura em Contagem permanecem. Reconheço avanços como a criação de um órgão gestor específico (a Fundac), com mecanismos legais de incentivo e fomento e com a nova legislação que instituiu o Sistema Municipal de Cultura e o Plano Municipal de Cultura que garantem formas de controle social (conselhos e conferência);

mas percebo ainda uma fragilidade da concepção da cultura vista tradicionalmente pelo poder público municipal como “política de eventos” e política de um determinado governo. É preciso compreender a cultura como política de Estado.

A sociedade civil, mesmo com iniciativas importantes, como o Fórum Popular de Cultura e o F5 (Festival de Cultura Independente de Contagem), coletivos de produtores culturais que buscam pautar o debate da política cultural na cidade, precisa se articular com mais força e vigor. Isso decorre, em grande medida, pela forma de como a Prefeitura historicamente se relaciona com parte do setor cultural do município. O apoio financeiro a grupos culturais, por meio de convênios diretos (o que considero legítimo com as manifestações tradicionais) ou por edital público; cria em muitos momentos uma relação de “balcão” caracterizada como “favor” e não como direito. Uma parte dos beneficiados pelos recursos públicos acabam se sentindo pressionados a retribuírem o “favor” aos gestores municipais com apoio político, principalmente nos períodos eleitorais.

Outra questão em aberto é a reivindicação da profissionalização da gestão pública. Mesmo com a indicação legal, a partir da lei de criação da Fundac, dos cargos de carreira que deveriam ser implementados, a cidade nunca realizou um concurso público para a área da cultura. O quadro de funcionários é composto por servidores cedidos de outros setores da Prefeitura, principalmente da educação, e por cargos comissionados. Os principais cargos de gestão da estrutura nem sempre são ocupados com perfil técnico e distribuídos para atender a interesses políticos comprometendo a qualidade da gestão. Isso cria no período de mudanças da administração municipal instabilidade nos funcionários que precisam justificar a permanência, o que reforça a relação caracterizada pelo favor político. A alternância de profissionais compromete a continuidade de ações exitosas.

Para a consolidação da cultura como direito da população e política pública de Estado, Contagem necessita assimilar os avanços dos últimos anos e superar importantes entraves. Esse processo passa pelo fortalecimento da sociedade civil, ampliação das instâncias de participação popular, profissionalização da gestão e maior investimento público. A política pública de cultura e de proteção do patrimônio cultural precisa ser contínua e perene, mantendo a educação como eixo estratégico para romper com o modelo de ações passageiras, conjunturais, que se caracterizam pela descontinuidade.

3. Conceitos e sentidos da gestão do patrimônio cultural

Duas situações foram emblemáticas para a formulação da gestão do patrimônio em Contagem e possibilitou um intenso debate sobre o conceito de identidade cultural. A Secretaria de Educação e Cultura (SEDUC), em janeiro de 2005, início de um novo governo municipal, criou um colegiado de gestão com reuniões periódicas para planejar e avaliar as ações da educação e da cultura no município. Uma das tarefas deste colegiado foi construir um plano de ação por meio da metodologia do *PES - Planejamento Estratégico Situacional*¹⁵. Nas primeiras reuniões do colegiado de gestão, algumas questões causaram polêmicas no debate de quais seriam os objetivos do poder público na condução da política pública de cultura na cidade. O novo governo defendia que a tarefa central dos gestores da cultura para os próximos anos seria a criação de uma “identidade cultural” de Contagem. Como um dos representantes do setor cultural no colegiado, e junto com outros gestores da cultura e da educação, questionei fortemente essa atribuição. Nosso argumento acabou prevalecendo com muito debate e tensões no processo de discussão.

Na nossa defesa, contestamos a ideia de construir “uma identidade” como tarefa do poder público e que a intenção de “construção” de uma identidade partia de uma visão superficial e verticalizada da leitura sobre cidade. O pressuposto presente nos argumentos dos defensores dessa ideia era que Contagem não possuía uma identidade cultural pela proximidade com Belo Horizonte e pela real fragilidade ou mesmo ausência, do sentimento de pertencimento de parte dos moradores. No contra-argumento, defendemos que não era possível, e nem da nossa competência, construir uma única identidade de uma cidade tão diversa. Argumentamos, também, que a cidade possuía ricas manifestações culturais vividas em diferentes lugares de seu território com diversas formas de apropriação do espaço urbano. Ou seja, Contagem não possuía uma única identidade, mas era um espaço, físico e simbólico, de produção e fruição de múltiplas identidades. O papel do poder público seria conhecer, incentivar, fomentar, preservar e divulgar a memória, o patrimônio e a produção cultural da cidade. Caberia aos cidadãos, não

¹⁵ O Planejamento Estratégico Situacional (PES) foi concebido por Carlos Matus, economista e ministro do governo de Salvador Allende no Chile no início da década de 1970. O método inova ao buscar influir e não controlar a realidade, almejando aumentar a capacidade de “ciar um futuro” sabendo das limitações de uma previsão. No Brasil, foi muito utilizado em prefeituras administradas pelo Partido dos Trabalhadores e configurou-se numa das características do chamado “modo petista de governar”. Em Contagem o PT ganhou sua primeira eleição em 2004 e iniciou uma nova gestão na cidade com a prefeita Marília Campos em 2005.

ao poder público, significar e estabelecer livremente os laços de identificação com a cidade com suas expressões, signos e símbolos culturais.

Vencida a etapa de formulação das concepções e objetivos gerais sobre a gestão da cultura encontramos uma outra tensão no detalhamento das ações do *Planejamento Estratégico*. Apresentamos como metodologia da ação educativa da Casa da Cultura a educação patrimonial. A proposta, inspirada no projeto “Por Dentro da História” iniciado em 2002, apresentava um conjunto de atividades com foco na relação com os educadores e estudantes e teria como mascote o “Abobrito”, um personagem criado pela educadora da Casa da Cultura, Noêmia Rosana de Andrade no ano 2000, divulgado numa revista em quadrinhos com o tema da história e patrimônio cultural de Contagem que havia circulado nas escolas municipais em administrações anteriores da prefeitura.

A iniciativa foi rejeitada pelo colegiado de gestão. A polêmica foi justamente o “Abobrito”, um menino com cabeça de abóbora que fazia referência ao nome original da cidade: “Contagem das Abóboras”. Foram dois os argumentos na recusa da proposta. Parte dos gestores argumentaram sobre necessidade de inovar radicalmente. Consideravam a proposta muito parecida com a ação educativa de outra administração e apontaram a necessidade de construir novas marcas da gestão do novo governo. Uma outra parte se sentiu incomodada com a ideia de ter uma “cabeça de abóbora” como símbolo de um personagem que representava a cidade. Tentei argumentar que, mesmo iniciado em outro governo, era uma boa iniciativa e teve uma boa repercussão nas escolas e que não via problema em dar continuidade numa ação exitosa. Enfatizei, também, que a “abóbora”, fazia parte da narrativa e do imaginário sobre a cidade, recusar o legume como um dos seus símbolos era negar a própria história da cidade. Ressalto que até hoje, quando fora do município alguém pergunta da onde sou e respondo que moro em Contagem, muitas vezes pessoas de Belo Horizonte ou outras cidades logo completam: “Contagem das Abóboras! ”. De alguma forma, o nome original da cidade confere alguma identificação no olhar de quem é de fora, ainda que parte dos moradores rejeite fortemente essa relação.

Diante da recusa, a equipe da Casa da Cultura resolveu apresentar uma contraproposta: realizar um concurso nas escolas municipais de desenhos e nomes para escolher a mascote da cidade. O personagem seria criado pelos próprios estudantes. A ideia foi aprovada e buscou incentivar a representação dos símbolos da história da cidade. A primeira etapa do concurso aconteceu nas escolas e cada instituição escolheu um desenho para participar da segunda etapa na Casa da Cultura. Mais de quarenta desenhos foram encaminhados (mais da metade desenhos de abóboras) e uma comissão julgadora escolheu cinco desenhos como finalistas. A última etapa

do concurso foi por júri popular. Dezenas de urnas, emprestadas pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE), circularam pela cidade com os desenhos reproduzidos em cédulas. Feiras, shoppings, praças e repartições públicas foram locais onde a população participou da votação. Na apuração, venceu o desenho de um menino com cabeça de abóbora: o “Contagito”. Apresentarei, no decorrer deste trabalho, todos os cinco personagens finalistas de forma mais detalhada.

A experiência do concurso teve importantes significados. Reafirmou que a “abóbora” estava presente nas narrativas da população sobre a origem da história da cidade, como já abordei anteriormente, e também no imaginário simbólico de educadores e estudantes. Mostrou que o debate sobre identidade cultural, para quem ocupa o lugar de gestor, precisa ser guiado por um olhar atento sobre a diversidade cultural da cidade e deve respeitar as formas e maneiras como os moradores expressam suas “identidades”. Rejeitar a “abóbora”, ou não se sentir representado por ela, não pode ser premissa para impor uma leitura sobre o que pensam diferentes sujeitos que vivem na cidade: os que gostam e os que não gostam. Neste sentido, o trabalho do gestor é procurar compreender essa polifonia sobre a cidade e respeitar todas as vozes e olhares que constituem as “identidades” de um lugar.

Retomo a discussão sobre do conceito de identidade cultural como um dos elementos fundantes do debate sobre o patrimônio cultural. Como as identidades são formadas? Ela é individual ou coletiva? São importantes indagações para buscar compreender a relação dos sujeitos com a sociedade e com o meio onde vivem. Para o sociólogo Norbert Elias, em *A sociedade dos indivíduos*¹⁶, o indivíduo e a sociedade não existem separadamente, ainda que estes indivíduos sejam distintos. Somente no convívio social, os indivíduos aprendem a agir, falar e sentir: se humanizam. Neste sentido, não é possível pensar uma sociedade sem indivíduo ou um indivíduo sem sociedade. Na rede de relações tecidas entre os indivíduos e a sociedade Elias (1994) aponta:

Para termos uma visão mais detalhada desse tipo de inter-relações, podemos pensar no objeto de que deriva o conceito de rede: a rede de tecido. Nessa rede, muitos fios isolados ligam-se uns aos outros. No entanto, nem a totalidade da rede nem a forma assumida por cada um de seus fios podem ser compreendidos em termos de um único fio, ou mesmo de todos eles isoladamente considerados; a rede só é compreensível em termos da maneira como eles se ligam, de sua relação recíproca. (p. 35)

Os indivíduos possuem uma historicidade tal como a sociedade. Ambos mudam nem sempre de forma linear e progressiva em constantes fluxos. Com o tempo os indivíduos mudam

¹⁶ ELIAS, Norbet. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

e as sociedades também se transformam diante de tensões e contradições próprias do processo histórico. Diante destes pressupostos Elias define os conceitos “eu” e “nós”, para ele indissociáveis:

Cada pessoa só é capaz de dizer ‘eu’ se e porque pode, ao mesmo tempo, dizer ‘nós’ [...]. A sociedade não é externa aos indivíduos; tampouco é simplesmente um ‘objeto’ ‘oposto’ ao indivíduo; ela é aquilo que todo indivíduo quer dizer quando diz ‘nós’ [...] E esse fato, o de cada ‘eu’ estar irrevogavelmente inserido num ‘nós’, deixa claro por que a entremeação dos atos, planos e propósitos de muitos ‘eus’ origina constantemente algo que não foi planejado, pretendido ou criado por nenhum indivíduo. (p. 57)

A identidade tende para um polo ou outro ao longo da história. Se nas sociedades primitivas a dependência de sobrevivência dependia da coletividade: “nós”, o renascimento europeu inclina-se para a identidade “eu” firmando uma tendência à individualização. No processo de construção do sentimento de nação e de constituição dos Estados Nacionais, a identidade “nós” passa novamente a adquirir uma importância vital. Tanto para o indivíduo, como num grupo tribal ou no sentido mais amplo com a ideia de nação, a identidade é um sistema de significados fundado na memória e está relacionada à criatividade: a capacidade (individual ou coletiva) de dar sentidos às experiências. Nesta perspectiva, podemos entender o patrimônio cultural como os bens, materiais e imateriais, que fazem referência e representam as identidades. Sem memória, não existe identidade.

No debate do conceito de identidade cultural, Stuart Hall em *A identidade cultural na pós-modernidade*¹⁷, nos alerta para uma possível crise de identidade na modernidade tardia e na pós-modernidade. A velhas identidades e a noção de sujeito, que outrora conferiam alguma estabilidade social estariam em declínio. Para Hall (2006, p.46) “[...] o ‘sujeito’ do Iluminismo, visto como tendo uma identidade fixa e estável, foi descentrado, resultando nas identidades abertas, contraditórias, inacabadas, fragmentadas, do sujeito pós-moderno.”

No contexto da globalização, a noção de nacionalidade na sua forma metafórica perdeu força. Todo um conjunto de representações, não só da ideia de nação, mas de outras formas de coesão social estão fragilizadas. O conceito de “supermercado cultural” global abre possibilidades de acessar uma variedade de “identidades”. Teria sentido pensar em identidades locais como o pertencimento à cidade? Talvez os jovens que participam dos grupos de Hip Hop de Contagem, que possuem uma ampla rede de trocas de experiências e circulam em espaços da Grande BH, atribuam mais sentido de identidade à sua “tribo” cultural do que em relação à

¹⁷ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

cidade. Ainda assim, o trabalho com a memória e o patrimônio cultural pode provocar novos significados nos sujeitos em relação ao lugar onde moram. O processo de identificação, caso aconteça, deve ser de autonomia dos próprios sujeitos.

No intenso debate sobre a memória social, encontramos as referências para a compreensão do processo de construção do sentimento de pertencimento (identidade) dos sujeitos a lugares ou a grupos sociais. A memória desperta discussões acaloradas sobre os seus usos e sentidos. Diferente de como são produzidas as narrativas pelas comunidades tradicionais que não separam memória de história, o conhecimento histórico sistematizado e objetivo, suspeita da validade da memória como fonte de pesquisa pelo seu caráter subjetivo. Paul Thompson (1988), em *A voz do passado*¹⁸, na defesa do método da história oral, define o trabalho com a memória como possibilidade de tornar a história mais democrática e como instrumento de transformação na produção de seu conteúdo:

Pode ser usada para mudar o próprio foco da história e abrir novas áreas de investigação; quebrar barreiras entre professores e estudantes, entre gerações, entre classes sociais, entre instituições educacionais e o mundo exterior; na escrita da história – sem em livros, museus, rádio ou filmes – e pode devolver às pessoas que fizeram e experimentaram a história, ouvindo suas palavras, um lugar central. (p. 3)

O uso da memória é uma fonte de conhecimento do passado a partir do presente. Toda lembrança pertence a dois tempos: passado e presente. Seja individual e/ou coletiva, a memória constitui fator decisivo na construção das identidades, ou como herança geracional ou como processo contínuo de criação de novos fatos e eventos da vida privada ou social. Como elemento imprescindível da identidade, é um importante processo de valorização e reconhecimento de indivíduos ou grupos. Sobre isso, afirmou Michael Pollak (1989)¹⁹:

A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e instituições que compõe uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irredutíveis. Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território (no caso de Estados), eis as duas funções essenciais da memória comum. (p. 9)

Os sentidos da memória trazem as dimensões da lembrança e do esquecimento e ecoam em relatos como reminiscências de caráter seletivo e fragmentado: próprios do processo humano de lembrar. A memória é também um campo de disputa política. Aquilo que alguns

¹⁸ THOMPSON, Paul. *A voz do passado – História Oral*. 2. edição. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

¹⁹ POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 1989.

querem lembrar pode ser o que outros querem esquecer. Vejamos o exemplo da *Comissão Nacional da Verdade*²⁰ no Brasil que apurou as violações dos Direitos Humanos cometidas pelo Estado brasileiro durante períodos ditatoriais. O silenciamento, uma outra dimensão da memória, pode ser entendido como processo de esquecimento forçado. A tentativa de ocultar o que alguém ou um grupo social não quer outrem lembre. São memórias que nem sempre são reveladas, mas continuam lá, presentes na lembrança. Recordamos de forma diferente os mesmos eventos ao longo da vida. A memória é também um processo em permanente construção:

Por definição reconstrução a posteriori, a história de vida ordena acontecimentos que balizaram uma existência. Além disso, ao contarmos nossa vida, em geral, tentamos estabelecer uma certa coerência por meio de laços lógicos entre acontecimentos-chaves (que aparecem então de uma forma cada vez mais solidificada e estereotipada), e de uma continuidade, resultante da ordenação cronológica. Através desse trabalho de reconstrução de si mesmo o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros. (POLLAK, 1989, p. 13)

Não existe identidade sem memória. Preservar o patrimônio significa, portanto, uma ação de continuidade das marcas de identidade de um grupo social, uma nação, um lugar, uma cidade. Por isso, a gestão do patrimônio cultural requer atenção à discussão sobre os conceitos, sentidos e significados que fundamentam as ações de preservação.

Françoise Choay (2006), em *Alegoria do patrimônio*²¹, alerta para os perigos da gestão das políticas urbanas e versa sobre o processo de falseamento ou de figuração do valor do patrimônio. Chama a atenção também para as transformações no entendimento da ideia de preservação que compromete o seu significado simbólico tornando-se uma alegoria. No caso das cidades, o impulso inicial de reconhecimento do valor histórico das suas edificações antigas ocorreu como resposta às transformações do espaço urbano no contexto do processo de industrialização.

A conversão da cidade material em objeto de conhecimento histórico foi motivada pela transformação do espaço urbano que se seguiu à revolução industrial: perturbação traumática do meio tradicional, emergência de outras escalas viárias e parcelares. (p. 179)

Para Choay, o surgimento do urbanismo como disciplina significou interpretar as cidades antigas na perspectiva histórica não com uma intenção preservacionista, mas como

²⁰ Órgão implementado pelo governo brasileiro para examinar e esclarecer violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988, período que abarca a Ditadura Militar (1964-1985). Sua criação foi aprovada após muita polêmica na Câmara dos Deputados no dia 21 de setembro de 2011 e teve sua primeira reunião no dia 16 de maio de 2012.

²¹ CHOAY, Françoise. *Alegoria do patrimônio*. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2006.

forma de conhecimento para avançar nos projetos modernizantes. Esse processo deu forma (identidade) conceitual às formações antigas:

Contrapor as cidades do passado à cidade do presente não significa, no entanto, querer conservar as primeiras. A história das doutrinas do urbanismo e de suas aplicações concretas não se confunde, de modo algum, com a invenção do patrimônio urbano histórico e de sua proteção. As duas aventuras são, todavia, solidárias. Quer o urbanismo se empenhasse em destruir os conjuntos urbanos antigos, quer procurasse preservá-los, foi justamente tornando-se um obstáculo ao livre desdobramento de novas modalidades de organização do espaço urbano que as formações antigas adquiriram sua identidade conceitual. A noção de patrimônio histórico constituiu-se na contramão de urbanização dominante. (p. 179)

Mas no decorrer do século XX, principalmente a partir da década de 60, o acúmulo do conhecimento e das técnicas de preservação do patrimônio edificado das cidades, em grande medida, redundaram em produto de consumo e espetáculo. No processo de acúmulo de bens patrimoniais, a palavra “valorização”, além da distinção entre valor simbólico e valor econômico, aponta para um antagonismo no próprio sentido de conservação e restauração. Reconstituições fantasiosas, restaurações inventivas e acréscimos inqualificáveis mostram a ambivalência do conceito e colocam em risco o sentido do respeito e da continuidade do bem cultural. As profundas transformações do século passado, como reflexo das novas tecnologias, trouxeram fortes impactos na dinâmica social global com importantes repercussões na organização espacial contribuindo para a desestabilização das identidades locais:

O impacto das “novas tecnologias” sobre o âmbito das edificações das sociedades da segunda metade do século XX pode ser resumida pela generalização e consagração de um “urbanismo de redes”, isto é, pela extensão, na escala dos territórios e do planeta, de redes de telecomunicações. Esse processo de reticulação dos espaços físicos naturais e não naturais tem seu funcionamento baseado numa nova lógica. Essa lógica “de conexão” distingue-se e opõe-se às lógicas tradicionais locais de articulação do espaço construído entre si e com seu contexto natural e cultural. As redes (fluidos, energias, transporte, informação, etc.) constituem um dispositivo sobre o qual basta qualquer estabelecimento humano – minúsculo ou gigantesco, singular ou formado por um agregado de inúmeras unidades – conectar-se para poder funcionar. (CHOAY, 2006, p. 243)

Na contundente crítica aos excessos patrimoniais como resultado das mudanças da segunda metade do século XX, Choay usa como metáfora o “espelho”. O patrimônio acumulado seria o recurso, das sociedades humanas, de contemplação da sua própria imagem, ou seja, o reflexo de uma pretensa identidade humana por meio de uma autocontemplação passiva e genérica. Por fim, a autora sugere uma atitude radical: abandonar a contemplação e atravessar o espelho:

Com essa metáfora do espelho transposto, quero ressaltar a força subversiva de uma abordagem do patrimônio que volte as costas aos procedimentos dominantes: para começar, transposição reflexiva e crítica que opta, em plena e perfeita consciência, por uma mudança radical de orientação, com suas implicações e seus riscos; em seguida, transposição concreta e prática que abre, no mercado patrimonial, o caminho árduo rumo a esse novo norte. (p.253)

Henri-Pierre Jeudy (2005) em *Espelho da Cidades*²², também traz profundas inquietações sobre a gestão do patrimônio cultural. Suas reflexões provocam necessariamente uma autocrítica para quem ocupa o lugar de gestor. Em determinado momento desencadeou, nos técnicos da Casa da Cultura, um sentimento de interrupção imediata dos processos de gestão até reavaliar e buscar novos sentidos no trabalho de preservação do patrimônio. Assim como Choay, também utiliza do espelho como metáfora para tratar dos cuidados patrimoniais nas cidades e assim define o processo de reflexibilidade:

As estratégias da conservação caracterizam-se por um processo de reflexibilidade que lhes dá sentido e finalidade. A significação contemporânea do conceito de patrimônio cultural vem de uma reduplicação museográfica do mundo. Para que exista patrimônio cultural reconhecível, é preciso que ela possa ser gerado, que uma sociedade se veja o espelho de si mesma, que considere seus locais, seus objetos, seus monumentos reflexos inteligíveis de sua história, de sua cultura. É preciso que uma sociedade opere uma reduplicação espetacular que lhe permita fazer seus objetos e de seus territórios um meio permanente de especulação sobre o futuro. (p.19)

Jeudy critica o excesso de “cuidados patrimoniais” com as cidades e retrata a obsessão pela conservação patrimonial. As revitalizações e intervenções nos centros urbanos como propósitos de preservação vem criando estéticas engessadas significando uma “espetacularização”. O processo de petrificação e estetização fazem das cidades espaços cada vez mais homogêneos e menos singulares. Nesse sentido, respondem mais aos apelos turísticos e econômicos que seu valor simbólico no sentido de representação das identidades locais. A ideia do espelho reforça a constante necessidade de exposição e visibilidade dos bens culturais como produtos de *marketing* comprometendo o valor simbólico.

Além de uma análise no sentido mais amplo sobre as cidades, o texto provoca algumas reflexões sobre questões específicas sobre a gestão do patrimônio cultural em Contagem. Separei duas passagens para elucidar minha inquietação. A primeira faz referência ao patrimônio industrial:

²² JEUDY, Henri-Pierre. *Espelho das Cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

Quem não sente ainda grande emoção ao passear por áreas industriais abandonadas, fábricas desocupadas, ou portos onde gruas enferrujam, ou por estações desativadas? Uma emoção estranha, uma vez que não necessariamente relacionada, como frequentemente se acredita, à nostalgia de uma outra época. Nossa “boa” consciência, por outro lado, nos coloca em estado de alerta: como podemos sentir saudade de um tempo em que nossos antepassados eram condenados a horas de trabalho intensivo, em condições sanitárias difíceis? O silêncio desses territórios abandonados, dessas construções desmoronadas, nos coloca, contudo, em um estado de alucinação, uma vez que podemos ver os corpos, escutar vozes e gritos, ter a sensação de uma atmosfera de vida comum que a literatura e o cinema nos sugerem o tempo todo. Um estado visionário, retrospectivo, que nos incomoda. Nenhuma sombra de inquietação, apenas a irrupção de imagens de uma infância sempre sonhada, em meio à doçura de seus sofrimentos. (p. 25)

A narrativa de Jeudy me remete à Cidade Industrial. Desde a sua fundação, no início da década de 40, viveu momentos bem distintos. Na primeira década um processo lento de ocupação do espaço planejado. Entra as décadas de 50 e 60 uma intensa expansão até chegar ao esgotamento territorial para a instalação de novas indústrias. No final dos anos 60 e início dos anos 70, o município começa a planejar e implementar outras áreas industriais na cidade a exemplo do Cinco (Centro Industrial de Contagem).



FIGURA 16 – Área de instalação do CINCO - Centro Industrial de Contagem (Década de 70)

Fonte: Acervo da Casa da Cultura Nair Mendes Moreira - Museu Histórico de Contagem

A partir dos anos 80, com a intensificação do fechamento de inúmeras fábricas, o abandono e ociosidade de grandes terrenos com seus imóveis, passam a fazer parte da paisagem da Cidade Industrial. Galpões, prédios, chaminés, máquinas, a estrutura do antigo teleférico da fábrica de cimento (postes, torres, cabos de aço) transformam-se, boa parte, em ruínas.



FIGURA 17 - Ruínas da antiga Siderúrgica Lafersa (2011)

Foto: Acervo Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem

A década de 90 é marcada pelo início das adaptações, demolições e reconstruções de alguns imóveis. Nas avenidas que cortam o hexágono percebemos novas e antigas edificações (adaptadas) que abrigam bancos, grandes lojas de materiais de construção e móveis, centros comerciais de roupas, concessionária de carros, novos shoppings, faculdades, hospital, entre outros. Esse novo cenário divide espaço com as indústrias ativas, ainda em grande número, e locais abandonados com destino incerto. Dificilmente um forasteiro, sem conhecimento prévio, dependendo do trecho que circula; não identifica ali um centro industrial. Voltando ao debate do patrimônio industrial, Jeudy continua sua narrativa:

Prosseguindo nossa caminhada, vemos erguer-se um edifício inteiramente reconstituído, bem limpo, bem distinto dos terrenos vazios, porque parece ocupado. É o museu. Sabemos que, ao entrar nele, não experimentaremos as mesmas emoções. Aprenderemos coisas, veremos que ali tudo está correto, em ordem, que as máquinas

parecem prontas para funcionar, e que nenhum detalhe escapou à reconstituição do que foi o local de trabalho. Terminaremos até sabendo “como tudo se passou”. Se nossas imagens eram algumas vezes confusas enquanto caminhávamos pelos terrenos abandonados, no museu elas recuperam a aparência da ordem. Como não apreciar essa ordem do museu? Ele preenche bem sua função: é a evocação maquinal do que foi. Os últimos operários ainda vivos na ocasião de sua criação talvez tenham se revoltado, dizendo que foram tratados como mortos, e sobretudo alegando o tratamento “excessivamente cor-de-rosa” dispensando às suas “memórias operárias”. Terminaram cedendo. Era o museu ou o esquecimento. Então cumpriram a tarefa de transmissão, comunicando aos encarregados da “etnologia de urgência” tudo que sabiam, tudo que pensavam ter vivido. Fizeram a apologia desse tempo de suas memórias que muita gente iria visitar. Também pensaram que nem todas essas pessoas seriam turistas ignorantes, que muitas delas compreenderiam, e que crianças não podiam ignorar como tinham trabalhado em um tempo que, para elas, já era tão longínquo que dele não mais existia nenhuma representação. (p. 25)

Contagem está prestes a inaugurar mais um museu: o Centro de Memória do Trabalhador da Indústria. A nova instituição fará parte do Sistema Municipal de Museus e é uma contrapartida de um empreendimento imobiliário privado. Logo na entrada da Cidade Industrial, para quem chega pela Via Expressa (sentido Belo Horizonte / Contagem), a paisagem urbana mudou radicalmente. No lugar de grandes galpões com chaminés despejando poluição (imagem típica até os anos 80), percebemos uma outra configuração espacial. No início de uma das principais avenidas que cortam a região industrial, notamos de um lado um grande centro de consumo (redes de grandes lojas, shopping e hipermercado); e do outro lado (bem em frente), um conjunto de grandes edifícios de um novo condomínio habitacional que não passa imperceptível aos olhos pela imponência. No primeiro espaço, no meio do estacionamento rodeadas por um mar de carros, figuram as quatro chaminés preservadas da primeira indústria instalada na Cidade Industrial: a Companhia de Cimento Portland Itaú. No segundo espaço, num olhar mais profundo e buscando desviar a atenção das novas edificações, percebemos um antigo galpão restaurado, resquício de uma siderúrgica desativada: a Lafersa – Fábrica de Laminados de Ferro.

As quatro chaminés foram construídas entre as décadas de 40 e 60 do século XX. O prédio administrativo abrigava os escritórios da antiga fábrica e apresenta estilo eclético em *Art Deco* e *Neo Clássico*. A indústria de cimento e o teleférico que transportava calcário em caçambas e atravessava uma parte da cidade foi desativada na década de 80 e a maior parte demolida (implodida) em 1998. O Conselho do Patrimônio Cultural da cidade (COMPAC) atuou à época para preservar uma parte da antiga indústria, restaram as chaminés e o prédio administrativo.



FIGURA 18 - Chaminés da antiga Fábrica de Cimento Portland Itaú

Fonte: Acervo da Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem

O Centro de Memória do Trabalhador da Indústria funcionará em um galpão revitalizado da antiga Siderúrgica Lafersa. Foram preservadas a fachada, a estrutura arquitetônica e a maquinaria. Além do espaço para o acervo contará com salas multiuso e uma biblioteca. O terreno, que abriga o condomínio habitacional e o museu, ficou abandonado por mais de quinze anos. O COMPAC- Conselho Municipal do Patrimônio Cultura de Contagem também atuou para a preservação e restauração de parte da antiga indústria.

Desde os primeiros debates sobre a implantação do novo museu da cidade, uma questão crucial permanece: qual será a narrativa sobre a memória dos trabalhadores da indústria na cidade? Quais as vozes estarão presentes e como vão ecoar? A cidade do “mito do progresso” ou a cidade das lutas sociais? É possível conciliar as duas? Mesmo no caso das chaminés uma outra pergunta persiste. Qual o sentido de preservar uma parte de uma antiga indústria no meio de um centro de consumo? No impulso de não ver ruir os vestígios das indústrias dos primeiros tempos da Cidade Industrial, gestores do patrimônio e conselheiros resistiram para fazer sobreviver uma parte da memória edificada da cidade.



FIGURA 19 - Protótipo do Centro de Memória do Trabalhador da Indústria

Fonte: Direcional Engenharia

Choay e Jeudy, são perturbadores sobre as leituras das ações de preservação nas cidades. Confesso que durante um bom tempo vive uma crise sobre qual seria o papel de gestão e do poder público em situações como as que descrevi. Estaríamos contribuindo para a construção de uma imagem de contemplação? Teria sentido o engajamento na defesa de parte das edificações da Cidade Industrial? Muitas perguntas, muitas dúvidas e a cidade continua sua dinâmica e demandando de gestores, conselheiros e dos moradores respostas para tensões dos interesses em ocupar e reocupar seus espaços. Neste sentido, não mais na condição de gestor, mas com a experiência de ter sido, entendo a política de preservação com um processo permanente de diálogo com a população. Na incerteza de uma determinada ação, a busca pelas diversas vozes que constroem efetivamente a cidade será sempre um caminho menos desestabilizador. O acúmulo de saberes e instrumentos legais de proteção constituem importantes marcos orientadores da ação de proteção do patrimônio. Mas o desafio de atravessar ou dar as costas para o espelho permanece. Como atravessar? Só na vivência concreta das contradições e na busca por sentidos é que poderemos encontrar respostas.

Outra passagem de Jeudy (2005) contribui para o debate da gestão do patrimônio sobre questões que já abordei no trabalho e novamente recupero: a fragmentação espacial e a identidade cultural:

Você mora em uma cidade, você gosta ou não gosta dela, você imagina às vezes outras soluções que não as que têm sido adotadas, e está assistindo agora, em uma sala pública, à apresentação da “sua” cidade realizada por profissionais da imagem que nunca confessarão que detestam a sua cidade. Mas pode-se verdadeiramente detestar uma cidade? Sua ausência de centro? Seu aspecto desordenado? A feiura de suas construções? Sua violência cotidiana? Todas as razões para detestá-la terminam por lhe conferir um atrativo. Assim é feita a natureza humana, que se deixa estranhamente atrair pelo que crê abominar. Mesmo que o percurso da cidade seja determinado por hábitos dependentes da vida profissional ou das necessidades cotidianas, a incongruência do surgimento de cenas cotidianas continua sempre possível. Umas imagens vão chamando outras, e sua livre associação une as representações mais pessoais, repetidamente ou segundo a emergência casual dos signos. (p. 100)

A proposta de conferir à Contagem uma identidade cultural, como uma pretensa tarefa do governo municipal, talvez revele um olhar determinista daquilo que os olhos não enxergam de imediato. Ou revele um desejo “oculto” de dar à cidade uma feição a partir de uma estética pré-definida, como modelo de imagem que negue exatamente aquilo que ela é. Integrar, ordenar e embelezar talvez sejam verbos dessa vontade de transformar o espaço urbano em algo que agrade ao olhar homogeneizador. Olhar e enxergar a cidade da forma diversa como ela e se apresenta, é processo fundamental para compreender seus sentidos próprios constituídos pelo imponderável:

Porque a história de uma vida na cidade, a história mais significativa, mais marcante da existência de um indivíduo, encontra-se inscrita na morfologia urbana como o porvir de um destino. Quando se fala dos territórios sem nome dessas aglomerações sem alma e sem identidade, comete-se o erro de pensar que somente a cidade tradicional, com seu passado histórico, estaria em condições de oferecer um poder simbólico às imagens, uma vez que os signos repartidos são eles mesmo já símbolos. A cidade resiste ao que se espera dela, sobretudo quando não se espera mais nada, e ao que vão fazer com ela, sobretudo quando se crê poder decidir o que ela se tornará. (p. 25)

São nas estruturas do tecido urbano, no processo de formação fragmentado e descontínuo e nos múltiplos territórios que encontramos a essência da história da cidade como resultado da ação humana. Por isso a “identidade cultural” não pode ser tratada no singular: são identidades. Tampouco pode ser um projeto futuro de uniformização ou do ideal de uma ordenação rígida e estática. Vejamos o exemplo, mais uma vez, da Cidade Industrial e o antagonismo da “cidade ideal” e da “cidade real”. Imaginem se seus projetistas pudessem olhar para o que aquele espaço se transformou hoje?

Se é possível usar metáforas para traduzir Contagem, escolheria um mosaico, uma mandala ou um caleidoscópio. O último objeto produz infinitas imagens pelo impulso de um

movimento giratório. O caleidoscópio é um tubo cujo fundo possui pedaços de pedras ou vidros coloridos com três espelhos dispostos de tal maneira que ao se realizar um movimento com a mão visualizam-se figuras coloridas em imagens multiplicadas. Ao colocar o objeto diante da luz e observarmos por meio de um furo feito na tampa, perceberemos variadas combinações de desenhos simétricos e sempre diferentes. Isso ocorre por conta da luz que penetra e reflete nos espelhos inclinados que mudam de lugar a cada movimento. Etimologicamente, a palavra caleidoscópio se originou a partir da junção dos termos gregos *kallós* (belo, bonito); *eidos* (imagem); e *skopeo* (olhar para, observar). Assim, o significado original da palavra grega seria “ver belas imagens”. A beleza não está nas partes. Só é possível enxergar a beleza no olhar para o todo complexo. Uma outra forma de olhar e um outro tipo de flexibilidade. Novas imagens dependem de novos movimentos da ação humana. Não seria o movimento da própria história?

O desafio para as cidades é serem reinventadas no presente ao mesmo tempo em que carregam os significados dos tempos vividos. Os espaços das cidades serão constantemente significados pelas intervenções urbanas ou pelas formas e maneiras pelas quais a população se apropria e cria novos sentidos dos velhos e novos lugares do seu território. A cidade precisa encontrar o equilíbrio entre as marcas das gerações antecessoras e o direto das gerações do presente em imprimirem também suas marcas. Creio que a busca deste equilíbrio passa pela Educação Patrimonial.

CAPÍTULO 3 – A HISTÓRIA LOCAL PELO VIÉS DO PATRIMÔNIO CULTURAL

A temática da História Local está presente nas proposições dos PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais e também nos Referenciais Curriculares das Redes Estadual e Municipal de Ensino. Certamente estará na Base Nacional Curricular Comum (BNCC) em processo de construção pelo Ministério da Educação (MEC). A valorização da memória das cidades e da cultura local nos currículos escolares é um movimento que vem ganhando força desde a década de 1980 com a redemocratização do Brasil. Encontra-se ainda muito identificada com o ensino de História, mas amplia cada vez mais seu horizonte de articulação com outras áreas de conhecimento.

O reconhecimento institucional da necessidade e importância de desenvolver os aspectos culturais e históricos locais não garante que de fato este processo aconteça. A escassez ou ausência de materiais pedagógicos específicos que tratam das realidades locais compromete um trabalho efetivo acerca destas temáticas. Nesta perspectiva, a própria cidade por meio de seus bens culturais, passa a ser uma importante fonte de conhecimento e aquelas que possuem Museus Históricos, como Contagem, devem compreendê-los como poderosos instrumentos educativos.

A definição do tema da presente pesquisa e de um produto educativo partiu de algumas inquietações da minha prática docente atuando como professor de História na Rede Municipal e posteriormente como gestor da Casa da Cultura Nair Mendes Moreira - Museu Histórico de Contagem. Ao trabalhar com temas sobre a História do Município percebi a escassez de publicações e materiais que abordassem a discussão sobre a cidade. Também constatei, em alguns momentos, uma frágil relação de pertencimento dos estudantes e educadores à cidade.

A proximidade com a capital e a realidade de cidade conurbada com outros municípios da Região Metropolitana possibilitou observar que o sentimento de pertença variava bastante dependendo da região da cidade e do efetivo vínculo dos sujeitos, dentro eles os próprios educadores. Boa parte dos professores da Rede Municipal de Contagem residem em outros municípios da Grande BH, segundo cadastramento da Secretaria de Administração da Prefeitura de Contagem.

O dilema da atuação como professor apareceu mais uma vez quando assumi a direção da Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem. Os educadores solicitavam materiais e processos formativos para conhecer mais sobre a história da cidade. A estratégia foi conceber um amplo programa que pensasse o município e sua história pelo viés de seu patrimônio cultural.

A educação patrimonial foi eleita como uma política cultural articuladora dos conceitos de memória, patrimônio e identidade para compreender a cidade. Por meio deste programa um amplo repertório de materiais pedagógicos foi produzido, cursos de formação continuada foram ofertados e vários projetos de educação patrimonial foram desenvolvidos por educadores nas escolas. Busquei compreender as repercussões da ação educativa do Museu Histórico e do Programa de Educação Patrimonial na prática de professores e analisei quais as estratégias pedagógicas dos educadores no desenvolvimento de projetos com a temática do Patrimônio Cultural e História Local.

1. O Museu Histórico como recurso educativo

Em 30 de agosto de 1991, data de comemoração dos oitenta anos da primeira emancipação política do município, a Casa da Cultura Nair Mendes Moreira²³ foi inaugurada como equipamento público de cultura com objetivo de desenvolver atividades artístico-culturais e ser o marco inicial dos processos de identificação, restauração e preservação dos bens culturais que representam a história do município. No dia 14 de dezembro de 1998 foi tombada como Patrimônio Cultural de Contagem.

A partir de 30 de janeiro de 2007, o IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – confirmou o cadastramento da Casa da Cultura no Sistema Nacional de Museus, uma vez que, segundo o próprio Instituto, são considerados museus, independentemente de sua denominação, as instituições que apresentam funções museológicas. As atividades voltadas para a preservação da memória, proteção e divulgação do patrimônio cultural de Contagem credenciaram a Casa da Cultura Nair Mendel Moreira como primeira instituição museal da cidade. Ainda em 2007, posterior ao processo de cadastro pelo IPHAN, a Câmara Municipal aprovou projeto de lei que acrescentou ao nome oficial a designação: “Museu Histórico de Contagem”.

Desde a década de 90 é o equipamento cultural referência para a pesquisa sobre o Patrimônio Cultural e a História de Contagem e o único museu da cidade em funcionamento.

²³ A Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem é uma edificação remanescente do século XVIII, exemplar típico da arquitetura colonial mineira, feita em pau-a-pique, e considerada a casa mais antiga de Contagem. É tradicionalmente conhecida como “Casa do Registro” por ser relacionada ao Registro Fiscal instalado na Região das Abóboras, atual sede do município, em 1716 pela Coroa Portuguesa. Versão que não se sustenta, pois, o casarão apresenta as características, em sua planta, de uma construção residencial, além da localização ser no traçado original da povoação do entorno da Matriz de São Gonçalo e não do Posto Fiscal.

Ao longo destes anos, fez um grande esforço para estimular as visitas orientadas e também difundir seu acervo composto, além do próprio casarão, de alguns artefatos, documentos e de fotografias antigas do município. Na perspectiva do conceito de cidade educadora, procurou divulgar e existência de outros bens tombados e registrados como patrimônio cultural e incentivou o reconhecimento de outros bens culturais legitimados pelas comunidades que ainda não figuram na lista oficial protegida legalmente.

Um desafio atual da Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem é constituir equipes e espaços que separem as funções museais, com plano museológico específico, das funções de gestão do patrimônio cultural do município. O acúmulo de atribuições da instituição, atuando em duas frentes de trabalho, ainda que sejam complementares, compromete a consolidação da casa como Museu Histórico da cidade.

O Conselho Internacional de Museus (ICOM) define o museu como “uma instituição a serviço da sociedade, que adquire, conserva, comunica e expõe com finalidade de aumentar o saber, salvaguardar e desenvolver o patrimônio, a educação, e a cultura, bens representativos da natureza e do homem”. Neste sentido ele pode ser compreendido como um espaço impulsionador da conexão dos tempos vividos com o presente e do diálogo entre diferentes formas de produzir saberes e conhecimentos:

Nos museus (por mais específicos que sejam) e em todo o conjunto do patrimônio cultural e ambiental encontram-se os argumentos capazes de facilitar o trabalho da educação. As possibilidades são ricas e variadas. O fundamental é não perder de vista o fato de que o objeto cultural assemelha-se a um caleidoscópio de constante mudança. O objeto cultural flui permanentemente e como tal está em metamorfose. Ele não é um texto acabado, é um pretexto. (CHAGAS, 1996, p. 86.)

O estudo da história local por meio do conhecimento do patrimônio cultural da cidade pode ser um recurso que provoque nos educadores o desenvolvimento de ações que valorizem e reconheçam a diversidade cultural da cidade e identifiquem o Museu Histórico como mais uma possibilidade de aprendizagem da sua história, não o único. Pensar o museu não somente como espaço para atividades extracurriculares. Mas também como ação “intra” curricular, incorporada à proposta curricular da escola. Desta forma, o Museu Histórico²⁴:

Tanto por meio de seu acervo institucional ou tomando a própria cidade como objeto de estudo, os museus podem ser grandes aliados na promoção de estudos da História Local, estimulando o cidadão a refletir historicamente sobre o local onde vive, ampliando as possibilidades de construção identitária e contribuindo para a reflexão crítica da realidade social. (Revista de Educação Patrimonial por Dentro da História, ano 2, n. 3, Contagem, 2010, p. 6)

²⁴ ARAÚJO, Vanessa Barboza. *As contribuições do Museu Histórico para o ensino da História Local*. Revista de Educação Patrimonial por Dentro da História, ano 2, n. 3, Contagem, 2010, p. 6 – 8.

Como nos alerta Dutra (2012) em *A Educação na Fronteira Entre Museus e Escolas: Um Estudo Sobre as Visitas Escolares ao Museu Histórico Abílio Barreto*²⁵. É necessário compreender a relação escola-museu e de como estes dois universos interagem. Perceber o movimento de articulação entre a cultura escolar e a cultura museal. A relação entre museu e escola, segundo Aída Ferrari (*apud* SEE, 2002)²⁶, precisa ser repensada na forma usual como se estabelece:

Muitas vezes, as escolas buscam nos museus apenas uma ilustração para os conteúdos de suas disciplinas, tornando-se apenas um espaço de complementação do ensino formal, e as já conhecidas “visitas guiadas” acabam gerando situações de aprendizagem passivas e pouco produtivas. Os acervos museológicos artísticos, históricos, científicos e outros não são devidamente utilizados por grande parte dos professores. Fato que se justifica tanto pela pouca vivência do professor com esse tipo de conhecimento, como pelo fato de sua formação acadêmica ser falha com relação às possibilidades da utilização dos museus na educação. (p. 122)

A escola vai ao museu, mas é necessário que o ideário do museu também chegue à escola. Na perspectiva de um currículo mais integrado com o potencial cultural da cidade e do conceito de território educativo é preciso ousar em processos não escolarizados. O bairro e a cidade possuem possibilidades educativas para além das salas de aula e do espaço escolar. O museu e outros equipamentos culturais, comunitários e as manifestações do patrimônio imaterial devem compor um repertório de saberes articulados em redes educativas que dialoguem com o currículo escolar.

2 – O Programa de Educação Patrimonial “Por Dentro da História”

O conceito de patrimônio é geralmente relacionado à herança de bens deixados pelos nossos antepassados. Etimologicamente, *pater*, significa o chefe da família, e reforça o entendimento de patrimônio como “herança paterna”. Ainda na palavra patrimônio temos o vocábulo, *nomos*. Em grego seriam os costumes originários de uma família ou cidade. Neste sentido mais genérico, seriam os bens deixados como herança pelos nossos antepassados e

²⁵ DUTRA, S.F. *A educação na fronteira entre museus e escolas: um estudo sobre as visitas escolares ao Museu Histórico Abílio Barreto*. 468 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

²⁶ FERRARI, Aída. *O museu e a educação patrimonial*. In: Reflexões e contribuições para Educação Patrimonial, SEE/MG, 2002, p.122.

podem ser compreendidos como de natureza material ou imaterial. A Constituição Federal de 1988 assim definiu o conceito sobre o Patrimônio Cultural:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

(Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988).

A introdução da expressão Educação Patrimonial no Brasil ocorreu em 1983 no *1º Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos*, realizado no Museu Imperial de Petrópolis no Rio de Janeiro. O uso da metodologia foi inspirado no modelo da *Heritage Education*, desenvolvido na Inglaterra. Em 1996, Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriana Queiroz Monteiro lançaram a primeira edição do *Guia Básico de Educação Patrimonial*²⁷, tornando-se o material de referência para o desenvolvimento de projetos e capacitações em Educação Patrimonial. A Educação Patrimonial, segundo os pioneiros do modelo no Brasil foi assim definida:

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações culturais, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho de Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto desses bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. (HORTA; GRUMBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6.)

Em Contagem, a Educação Patrimonial foi eleita como um princípio da política pública de preservação do patrimônio cultural com o desafio de conhecer e reconhecer nas múltiplas identidades dos habitantes o sentido de cidade que atribuem ao território onde moram. Como fazer isso sem cair num processo de padronização ou homogeneização? Como despertar ou fortalecer nos moradores um elo com o lugar onde vivem, respeitando as relações identitárias construídas e reconstruídas por indivíduos, grupos ou comunidades? Como incentivar que moradores de bairros e regiões tão diversas se sintam de uma mesma cidade sem desconsiderar

²⁷ HORTA, M. de Lourdes Parreiras et al. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999.

suas especificidades? Ao procurar perceber qual a relação dos sujeitos com o território vivido é necessária a consciência dos limites e possibilidades neste processo de entendimento, pois:

[...] cada pessoa nasceu em algum lugar, possui um ou vários lugares ao que se refere como “lar”, um lugar onde trabalha, e talvez lugares onde vá regularmente para descansar ou de divertir. Qualquer um desses locais pode ser a comunidade com a qual a pessoa se relaciona”. (GOODEY, 2002, P. 48)

Ao colocar em prática estratégias de Educação Patrimonial, gestores e principalmente professores podem se deparar com variadas situações. Poderá cumprir com o objetivo de despertar ou fortalecer o sentimento de pertencimento dos sujeitos à cidade ou enfrentar tensões como a recusa ou o estranhamento de outros sujeitos que rejeitam a ideia de fazerem parte da cidade. Partindo deste pressuposto, o material pedagógico foi construído buscando compreender o dilema do pertencimento e da identidade local por meio da vivência efetiva de educadores em ações e projetos desenvolvidos nas escolas que dialogam com os objetivos do Programa de Educação Patrimonial “Por Dentro da História”.

As ações e atividades educativas da Casa da Cultura foram iniciadas ainda nos anos 90 como parte das diretrizes da política cultural do município. Estavam voltadas para o atendimento de professores, estudantes e pessoas da comunidade que buscavam informações sobre a história de Contagem. A crescente demanda pelo conhecimento do processo histórico do município mostrou a importância de se estabelecer um diálogo efetivo com a população. A equipe técnica da instituição, composta historicamente por professores da Rede Municipal de Ensino de Contagem, percebeu que era preciso criar novas estratégias de conexão com a população, para além do atendimento pela procura espontânea. Percebeu-se, também, que a preservação e conservação do patrimônio cultural da cidade não garantia a compreensão do seu significado, a valorização e apropriação como algo que fizesse parte da memória da cidade, pois, segundo Chagas²⁸:

A preservação não justifica a si mesma; ela é um meio e não um fim. É necessário que ao lado da preservação se instaure o processo de comunicação. É pela comunicação homem-bem cultural preservado que a condição de documento emerge. A comunicação confere sentido ao documento. (CHAGAS, 1996, p. 46).

No início dos anos 2000, constatou-se a necessidade de uma ação educativa mais estruturada resultando na criação no Projeto de Educação Patrimonial “Por Dentro da História”. O projeto previa visitas monitoradas, principalmente de estudantes do ensino fundamental, à Casa da Cultura e ao Centro Cultural Prefeito Francisco Firmo de Mattos Filho. O primeiro

²⁸ CHAGAS, M. *Museália*. Rio de Janeiro: JC Editora, 1996.

material educativo de divulgação do patrimônio cultural da cidade, produzido como um recurso pedagógico do projeto foi uma revista em quadrinhos onde o personagem principal e imaginário, o “Abobrito”, era uma referência à “Contagem das Abóboras” do período colonial.

O projeto “Por Dentro da História”, em 2005, ampliou-se para um Programa de Educação Patrimonial. A perspectiva era atingir um público maior potencializando as atividades educativas existentes. O Programa de Educação Patrimonial “Por Dentro da História” previa o atendimento às pesquisas, realização do concurso para eleger a mascote da cidade, produção de um livro paradidático sobre a história de Contagem, criação de novos roteiros de visita aos bens tombados e oferta de curso de formação continuada para educadores em educação patrimonial. Em sua concepção, o Programa trabalhou com os seguintes objetivos:

- Desenvolver ações que permitam o acesso dos educadores, educandos e comunidade aos conceitos importantes sobre Patrimônio Cultural e sua preservação;
 - Promover o reconhecimento e valorização por parte dos educandos, educadores e comunidade, de seu Patrimônio Cultural;
 - Incentivar o trabalho transdisciplinar nas escolas a partir do tema Patrimônio Cultural;
 - Sensibilizar educandos e educadores para a necessidade de preservação do Patrimônio Cultural;
 - Promover o desenvolvimento de projetos de leitura e interpretação de texto e imagens para educandos já alfabetizados ou em processo de alfabetização;
 - Possibilitar que os educandos conheçam e reconheçam os referenciais simbólicos do patrimônio material e imaterial de Contagem;
 - Fortalecer o sentimento de pertencimento à cidade por meio do conhecimento da História de Contagem;
 - Valorizar e divulgar os bens e manifestações culturais da cidade.
- (Revista de Educação Patrimonial Por Dentro da História, ano1, n. 1, 2009, p. 11.)

Ainda em 2005, foi realizado o concurso que elegeu a mascote da cidade com divulgação de edital nas escolas municipais. Os participantes, estudantes do ensino fundamental, inscreveram desenhos e nomes para os personagens que simbolizavam a cidade. Uma pré-seleção por uma comissão julgadora escolheu cinco nomes e desenhos submetidos a júri popular. No escrutínio venceu o *Contagito*, um menino com cabeça de abóbora. Os outros desenhos se transformaram na “Turma do Contagito” que além do personagem principal, o *Contagito*, contava com as seguintes personagens: *Faluca*, *Zé Gonçalo*, *Chami* e *Aturinho*. A criação da *Turma do Contagito* em bonecos gigantes (fantasias) possibilitou a apresentação em escolas e eventos da cidade permitindo grande visibilidade ao programa:



FIGURA 20: Bonecos da Turma do Contagito

Fonte: Acervo da Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem

Os personagens faziam referência ao imaginário popular sobre a história do município. O *Contagito*, um menino com cabeça de abóbora, representava o mito da origem, do nome do arraial ser ligado à “abóbora legume” ou a suposta família com sobrenome “Abóboras”. A ideia original era trabalhar apenas com um personagem, o vencedor do concurso. Como as outras mascotes também possuíam uma forte relação com elementos culturais da cidade, a equipe da

Casa da Cultura Nair Mendes Moreira decidiu usar os cinco personagens finalistas do concurso formando a *Turma do Contagito*. Os desenhos originais dos estudantes foram adaptados para a publicação posterior do livro *Conhecendo Contagem com a Turma do Contagito* e passou a ilustrar outros materiais do Programa “Por Dentro da História”. Inicialmente, as fantasias foram confeccionadas somente para o lançamento do livro. Os diretores e professores, presentes no evento de apresentação da publicação, começaram a solicitar a presença dos bonecos nas escolas. A procura foi tão grande que a equipe da Casa da Cultura precisou contratar atores para vestir as fantasias e produziu um áudio com músicas temáticas para animar as visitas escolares. Além do público escolar, principalmente infantil, em vários eventos oficiais do município a *Turma do Contagito* era solicitada para apresentações em todas as regiões da cidade.

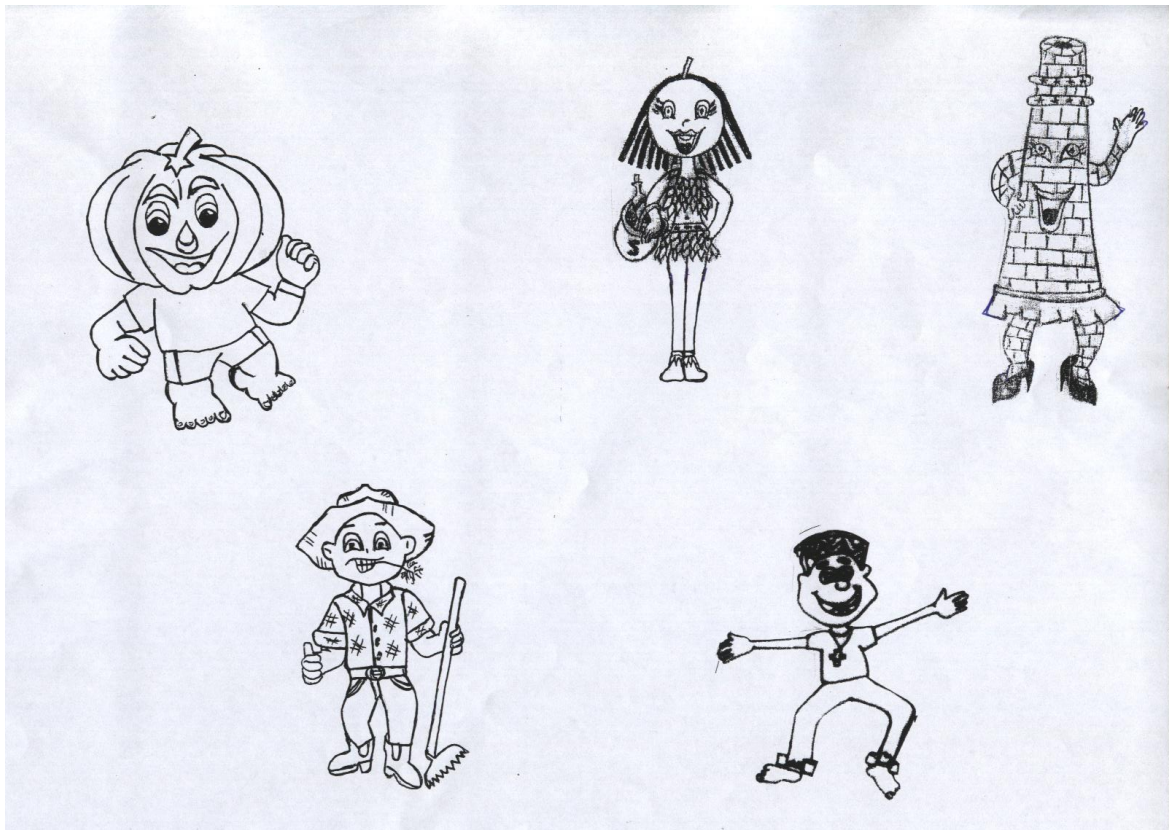


FIGURA 21 - Desenhos vencedores do concurso da mascote de Contagem

Fonte: Acervo da Casa da Cultura Nair Mendes Moreira - Museu Histórico de Contagem

Nos anos seguintes, várias releituras dos desenhos originais foram produzidas para ilustrar variados materiais pedagógicos e impressos oficiais da Prefeitura de Contagem. As escolas fizeram variadas reproduções como materiais diversificados. Muitas festas juninas adotaram a *Turma do Contagito* como tema. Até mesmo na produção de artesanato nas feiras da cidade era possível encontrar artigos usando os personagens como inspiração.



1º Lugar desenho
Leonardo Beloni Rodrigues da Costa
INECAC

FIGURA 22 - Desenho original do concurso da mascote da cidade (Contagito)

Fonte: Acervo da Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem

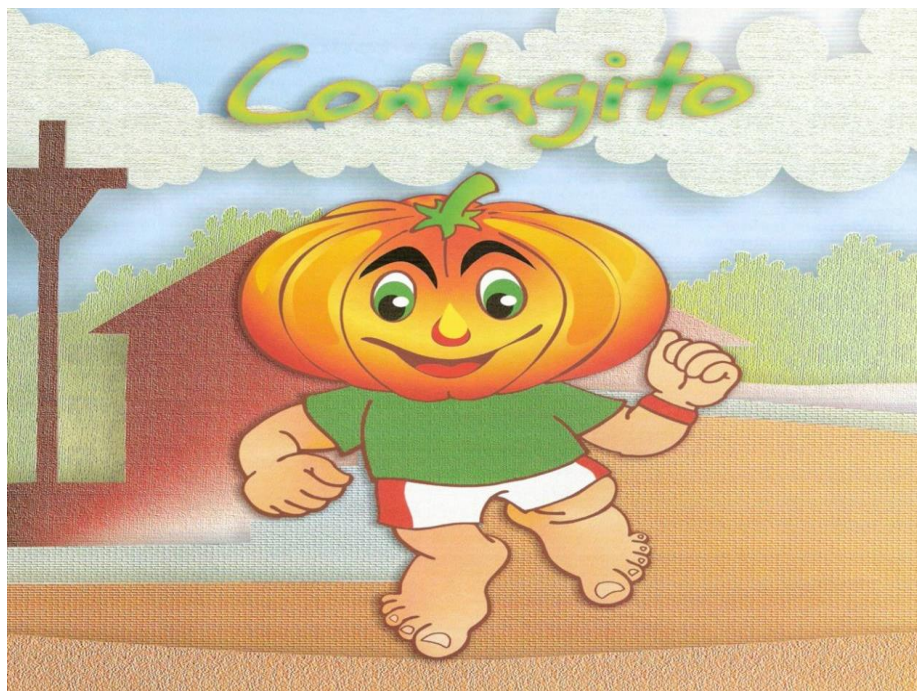
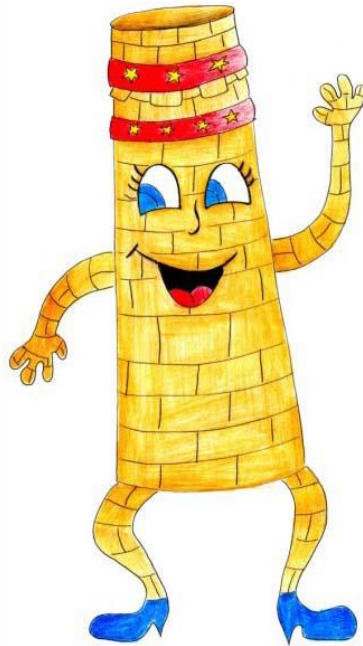


FIGURA 23 - Ilustração do livro *Conhecendo Contagem com a Turma do Contagito*

Fonte: Acervo da Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem

A Chami representava as chaminés da Cidade Industrial e os operários que ajudaram a construir a história da cidade:



2º Lugar desenho
Peterson Hailander Dias Machado
E. M. Professor Domingos Diniz

FIGURA 24 – Desenho original do concurso da mascote da cidade (Chami)

Fonte: Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem

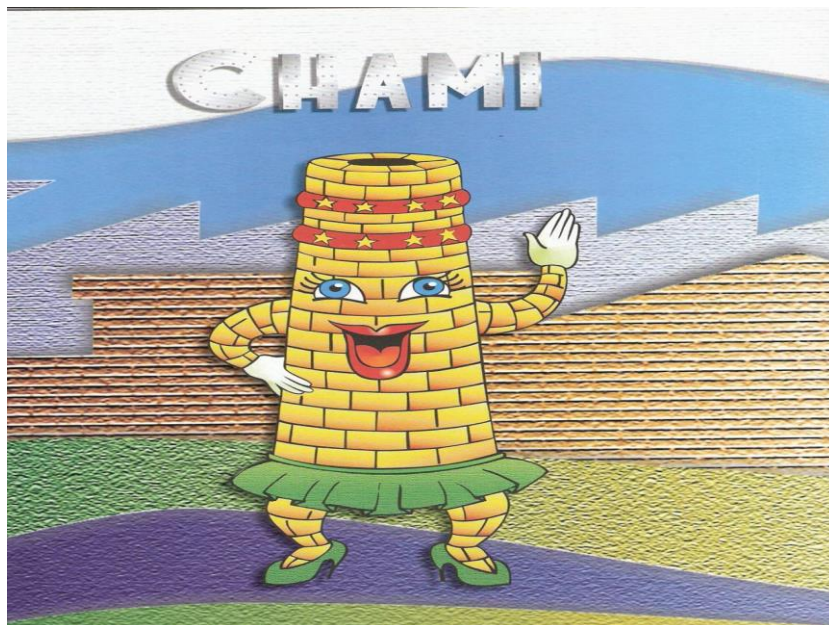


FIGURA 25 - Ilustração do livro *Conhecendo Contagem com a Turma do Contagito* (Chami)

Fonte: Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem

A Faluca, uma simpática jabuticaba cuja a árvore está presente no brasão do município. A jabuticabeira é a árvore símbolo da cidade e ainda está presente em alguns quintais de Contagem:



FIGURA 26 - Desenho original do concurso da mascote da cidade (Faluca)

Fonte: Acervo da Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem

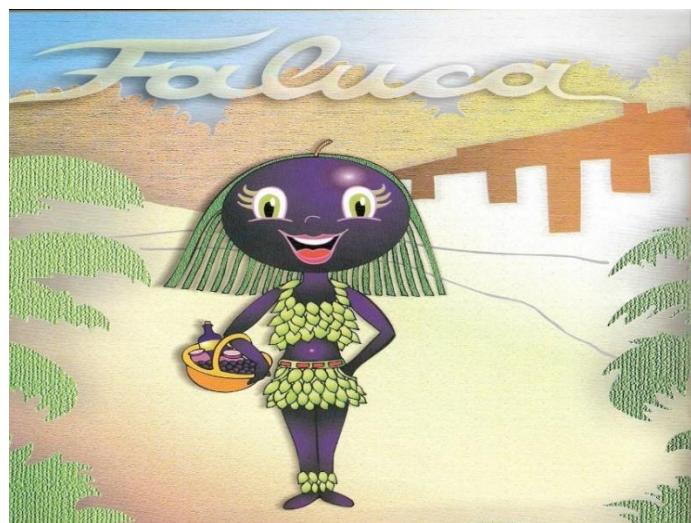


FIGURA 27 - Ilustração do livro *Conhecendo Contagem com a Turma do Contagito (Faluca)*

Fonte: Acervo da Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem

O *Zé Gonçalo* representava os agricultores que trabalhavam nas fazendas e criavam gado e, ao mesmo tempo, o personagem homenageava o santo padroeiro da matriz: São Gonçalo do Amarante:



4º Lugar desenho
Lucas Augusto Bispo Neto da Rocha
E. M. Ver. Jose Ferreirade Aguiar

FIGURA 28: Desenho original do concurso da mascote da cidade (Zé Gonçalo)

Fonte: Acervo Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem

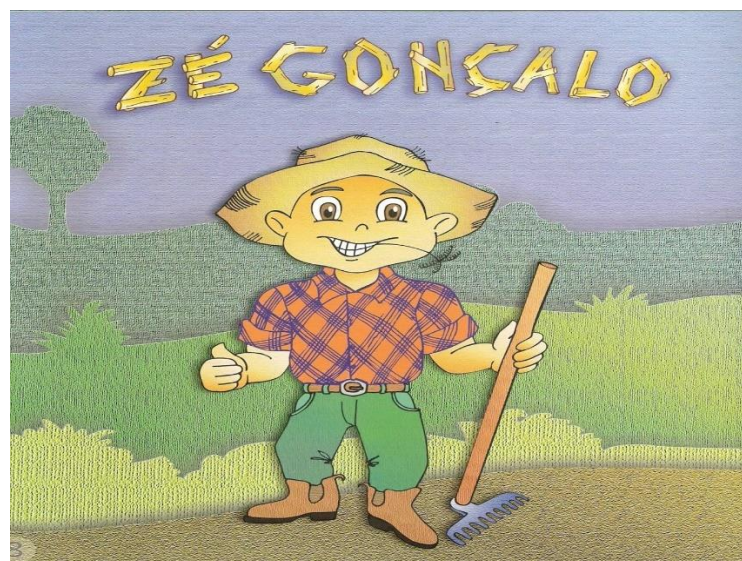


FIGURA 39 - Ilustração do livro *Conhecendo Contagem com a Turma do Contagito*

Fonte: Acervo Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem

O Arturinho, um menino representando a Comunidade Negra dos Arturos e a população de origem africana:



5º Lugar desenho
Karine Stephanie Lacerda Ferreira
E. M. Sonia Braga da Cruz Ribeiro Silva

FIGURA 30 - Desenho original do concurso da mascote da cidade (Arturinho)

Fonte: Acervo Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem

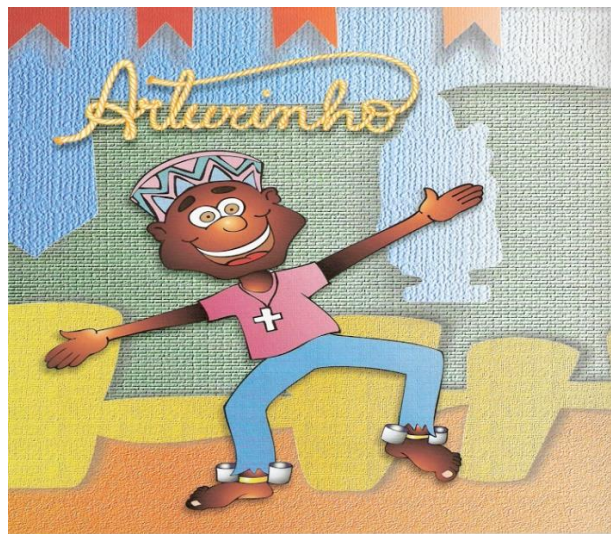


FIGURA 31 - Ilustração do livro *Conhecendo Contagem com a Turma do Contagito*

Fonte: Acervo Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem

Uma das maiores ações do Programa “Por Dentro da História” foi a edição do livro *Conhecendo Contagem com a Turma do Contagito*²⁹. Na publicação os personagens atribuem significados ao imaginário da comunidade sobre a história da cidade.



FIGURA 32 - Capa do livro: *Conhecendo Contagem com a Turma do Contagito*

Fonte: Acervo da Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem

De uma ação educativa limitada às visitas orientadas a alguns bens tombados nos anos 90, a perspectiva da educação pelo viés do patrimonial cultural desenvolvida pela Casa da Cultura “Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem” transformou-se num programa abrangente e com amplo repertório de ações ao longo dos anos 2000. Em 2008, o Programa de Educação Patrimonial “Por Dentro da História” foi o vencedor nacional do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, na categoria educação patrimonial. Nas palavras de Luiz Fernando de Almeida, Presidente do IPHAN:

²⁹ O livro *Conhecendo Contagem com a Turma do Contagito* foi escrito pela professora Noêmia Rosana de Andrade e ilustrado pelo professor Joaquim Montiel. Os dois atuam como educadores da Rede Municipal de Contagem.

A premiação foi um reconhecimento por parte do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) dessa iniciativa, porque a mesma engloba uma série de características que a instituição espera conquistar com as ações educativas voltadas para o patrimônio cultural, enquanto responsável em âmbito nacional pela articulação desse tipo de política pública. Por sua abordagem envolvente, capacidade de aproximação efetiva com a comunidade e as escolas, pela legitimidade de uma ação construída por todos e para todos, o Programa Por Dentro da História é uma prática educativa que pode ser um exemplo para todo país. (Revista de Educação Patrimonial por Dentro da História, ano1, n. 1, 2009, p. 5.)

A Turma do Contagito ilustrou também todos os materiais do kit escolar da rede municipal em 2007 e 2008. Ainda em 2007, foi produzido um vídeo sobre a história de Contagem contada pelos personagens “*Conhecendo Contagem com a Turma do Contagito – O Filme*”, e um CD³⁰ com música dos personagens. O material também foi distribuído a todas as escolas do município. Em maio de 2007, foi lançado um concurso para a seleção dos melhores projetos de Educação Patrimonial desenvolvidos nas escolas. O concurso contou com a participação de escolas das redes pública e privada e de projetos de todos os níveis e modalidades de ensino. Outra edição deste concurso foi realizada em 2012. Também foi editado em 2011, o *Atlas Escolar: Histórico, Geográfico e Cultura de Contagem*, com ampla distribuição para as escolas do município e de grande repercussão no efetivo trabalho de educadores sobre o estudo da cidade. Uma das últimas produções como tema da *Turma do Contagito* foi um espetáculo de teatro de bonecos articulados.



FIGURA 33 – Estudantes recebendo o Atlas Escolar de Contagem

Fonte: E.M. Ana Guedes Vieira

³⁰ As músicas foram compostas e interpretadas por Geraldo Amâncio, educador da Rede Municipal de Contagem. As canções dos personagens foram gravadas com participação do coral de crianças da E.M. Cecília Meireles.

3. Análises e considerações sobre a prática docente

O acúmulo de experiências do Programa resultou no lançamento de um periódico específico: a Revista de Educação Patrimonial “Por Dentro da História”. De janeiro de 2009 a março de 2015 foram publicados seis números. A publicação propiciou o debate sobre questões relativas ao patrimônio cultural e à educação patrimonial além de refletir e divulgar elementos da história e memória de Contagem. Representou também um importante espaço para produção de textos acadêmicos e para relatos de experiências educativas dos professores da cidade.

A revista surgiu para divulgar a experiência do Programa “Por Dentro da História” e divulgar a execução dos projetos de educação patrimonial desenvolvidos nas escolas da cidade. Com tiragem de cinco mil exemplares a cada número, chegava nas mãos de todos os educadores da Rede Municipal de Educação e em todas as bibliotecas das escolas públicas da cidade. Nos seus seis números, o periódico abrigou também de pesquisadores na área do patrimônio cultural, de técnicos e de gestores dos vários níveis de governo. O primeiro número foi financiado com os recursos do prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, recebido pelo município em 2008, e posteriormente foi um investimento direto da Prefeitura de Contagem.



FIGURA 34 - Capas da Revista de Educação Patrimonial Por Dentro da História

Fonte: Acervo Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem

A análise da prática docente foi possível a partir das produções textuais dos professores por meio de relatos de experiências publicados na *Revista Por Dentro da História*. Busquei também artigos de educadores que contribuíram para o debate sobre educação patrimonial. Minha primeira estratégia foi a análise documental dos materiais, legislações, documentos e

fontes que registram a trajetória da política de proteção do patrimônio cultural da cidade e das ações educativas da Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem. A pesquisa documental do acervo da instituição (leis, atas do COMPAC, inventários, dossiês de tombamento, entrevistas, fotografias, relatórios encaminhados ao IEPHA/MG, cartilhas, materiais pedagógicos, entre outros; buscaram identificar as diferentes abordagens da temática do patrimônio cultural da cidade e subsidiou a construção das conclusões da pesquisa e do produto educativo.

Como destaca May (2004), “ [...] as abordagens diferentes dos documentos são fundamentais para o modo como vemos os nossos arredores e a nós mesmos”. Para este autor, o texto (seja ele um documento, um diário ou outro), o público dele e o seu autor tornam-se três componentes essenciais em um processo de construção de significado (pretendido, recebido e conteúdo)³¹. Destaca ainda que a “análise qualitativa do conteúdo começa com a ideia de processo, ou contexto social, e vê o autor como um ator autoconsciente que se dirige a um público em circunstâncias particulares”. Assim, a tarefa do analista torna-se uma “leitura” do texto em termos de seus símbolos.

A memória dos relatos orais de professores que participaram dos processos formativos também foi fundamental. Fizemos muitas discussões sobre o significado dos cursos de formação continuada em educação patrimonial para o desenvolvimento do trabalho na escola. Como um dos formadores da Casa da Cultura sempre indaguei o que motivava os educadores a frequentar a formação continuada e ao final qual era a avaliação da mesma. Quais eram as possíveis contribuições da experiência e dos recursos didáticos do Programa “Por Dentro da História” na mudança e qualificação da prática pedagógica.

Havia um interesse da equipe da Casa da Cultura em saber se o interesse em desenvolver ações de Educação Patrimonial concentrava-se em uma determinada área de conhecimento ou disciplina e quais eram as opiniões e impressões de educadores sobre os materiais produzidos pela Casa da Cultura e se os sujeitos se reconheciam ou se identificam com os recursos didáticos do Programa de Educação Patrimonial. Outra preocupação era perceber, por meio do olhar e registro dos educadores, se a vivência dos educandos nas práticas educativas com ênfase na história e no patrimônio cultural de Contagem ressignificaram o conhecimento e a compreensão sobre a cidade e sobre a localidade onde viviam. Outra questão era saber em que medida os objetivos do Programa de Educação Patrimonial da Casa da Cultura junto às escolas, cumpria

³¹ MAY, Tim. *Pesquisa Social: questões, métodos e processo*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

com seu propósito e quais os diálogos e tensões na relação da proposta educativa do Museu Histórico de Contagem com os projetos pedagógicos das escolas.

Foi por meio do aprofundamento da análise de ações e projetos de Educação Patrimonial executados nas escolas do município que busquei compreender os desafios e as estratégias encontradas pelos professores ao desenvolverem, no ambiente escolar, um dos objetivos norteadores do Programa de Educação Patrimonial “Por Dentro da História”: fortalecer as identidades culturais e o sentimento de pertencimento à cidade. O conhecimento de práticas inovadoras contribuiu decisivamente para a elaboração do produto educativo: *Decifrar a cidade: vivências em Educação Patrimonial*. A seguir faço uma análise detalhada de oito textos publicados por professores, entre 2009 e 2015, na Revista *Por Dentro da História*. Ou seja, do primeiro ao último número da revista totalizando seis edições. O critério foi buscar relatos e reflexões feitas por educadores que atuam na cidade e vivem o desafio de pensar práticas de educação patrimonial nas escolas de Contagem.

Começo pelo projeto *Heranças do Madeira: o resgate da história regional*³². Foi coordenado pelo professor de História Rogério Gonçalves Barros da Escola Municipal José Silvino Guimarães. Concorreu ao *Concurso Por dentro da História* na edição 2007, e contou com a assessoria do Laboratório de Ensino de História da UFMG, com orientação da Professora Lanna Mara de Castro Siman. Foi a experiência vencedora do concurso. Teve como objetivo a pesquisa da memória e história da comunidade do atual bairro Solar do Madeira, uma região da cidade nas proximidades da represa Vargem das Flores³³. O lugar se assemelha às pequenas cidades do interior de Minas Gerais. Fica numa região de exploração mineral, na região rural do município, e além do pequeno aglomerado urbano, onde se localiza a escola, possui no seu entorno várias chácaras e sítios.

A dificuldade do professor com a pesquisa em documentos oficiais escritos justificou a escolha da metodologia da história oral. A estratégia foi a gravação de entrevistas em vídeo dos personagens que narram a história da localidade. Foram entrevistados moradores que viveram na região em meados do século XX. As gravações em formato de reportagens foram mediadas pela estudante Bárbara. Ela exerceu a função de “pesquisadora/repórter” fazendo as perguntas das entrevistas. Assim descreve Bárbara sobre o processo da pesquisa na Revista de Educação Patrimonial *Por Dentro da História*:

³² BARROS, Rogério G. *Heranças do Madeira*. In: Revista de Educação Patrimonial *Por Dentro da História* nº 1, ano 1, Contagem, 2009, p. 21-23

³³ A represa Vargem das Flores fica na divisa dos municípios de Contagem e Betim. Na cidade de Betim é conhecida como “Várzea das Flores”.

“Todos na escola foram trazendo um pouquinho de história; foram na casa de dona Fátima, dona Cândida, dona Laurita, senhor Messias, senhor Edmar e da professora aparecida. Fomos juntando os caquinhos, descobrindo um montão de coisas interessantíssimas, reunimos tudo e começamos a gravar”. (p.21)

A relação direta com a comunidade, segundo o coordenador do projeto, proporcionou momentos de comunhão dos moradores da região e satisfação pela valorização das memórias e das experiências do passado. Os estudantes descobriram que o nome da escola, José Silvino Diniz, era do dono da antiga fazenda Bela Vista que por sua vez havia pertencido à fazenda do Madeira (origem do nome da região).

O projeto representou também o fortalecimento do vínculo dos estudantes com a cidade. Cumprindo um dos objetivos do concurso *Por Dentro da História*. Em 1972, foi inaugurada a represa Vargem das Flores, na divisa de Contagem com Betim, para o abastecimento de água de uma cidade em franco crescimento, mas também de outros municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Ou seja, a história do Solar do Madeira tem relevância para toda cidade.

Existiu uma preocupação no relato do professor em apresentar versões positivas e negativas sobre a história do Solar do Madeira. Se por um lado a construção da represa de Vargem das Flores trouxe benefícios como a garantia do abastecimento de água e o turismo ecológico. A memória de alguns moradores mostrou os prejuízos de pequenos e médios proprietários que tiveram suas terras alagadas e nunca foram indenizados. Ou mesmo a nostalgia das ruínas visitadas da antiga fazenda do Madeira e do Arraial do Batatal, submersas pela represa, mas que durante o projeto puderam ser fotografadas pelo nível baixo da água.

Para Rogério Barros, a realização do projeto propiciou ricos encontros geracionais, por meio da valorização da memória de pessoas mais velhas pelos estudantes, e uma consciência crítica sobre a preservação da história e a luta para melhoria do lugar onde residem. Segundo o autor do relato:

Os objetivos trazidos pelos alunos que documentam um passado já um pouco distante, mas pertencem a inúmero deles, fez com se sentissem co-autores desse trabalho, influentes no processo criativo. A importância da região onde moram para o Município de Contagem ajudou muitos jovens a valorizar o espaço que habitam. A modificação geográfica e natural trazida pela represa e a decisiva tarefa de abastecimento hídrico da região metropolitana surpreendeu alguns estudantes, alterando sua visão quanto a importância e o valor da sua história. Serviu-lhes também como paralelo das dificuldades anteriores (água encanada, energia elétrica, educação, transporte, saúde) com as atuais (violência, divisão desordenada do solo, péssima qualidade do transporte coletivo e da saúde pública). (Revista de Educação Patrimonial Por dentro da História nº 1, ano 1, janeiro de 2009, p. 23)



FIGURA 35 - Represa Vargem das Flores

Fonte: Acervo da Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem

O projeto *(Re) encontro, (re) conhecimentos, realiz(ação): a história de um lugar e o lugar de uma história*³⁴ foi desenvolvido no Centro Técnico de Contagem (CENTEC), uma das unidades da Fundação de Ensino de Contagem. A responsável pela coordenação da ação educativa foi a professora de biologia Daniela Versieux. Envolveu estudantes do 2º ano do ensino médio. O CENTEC localiza-se na sede do município próximo a boa parte dos bens tombados da cidade.

O tema do projeto foi o Parque Municipal Gentil Diniz, tombado em 1998. O parque possui uma área de 24 mil metros quadrados com 80 % do seu terreno coberto por mangueiras, goiabeiras, jambeiros centenários e jabuticabeiras, a árvore símbolo do município. Abriga ao centro, um casarão do século XIX de tipologia colonial. Possui também um Centro de Educação Ambiental, um teatro de arena, trilhas ecológicas e um lago.

³⁴ VERSIEUX, Daniela. *(Re) encontro, (re) conhecimentos, realiz(ação): a história de um lugar e o lugar de uma história* In: Revista de Educação Patrimonial Por dentro da História nº 1, ano 1, Contagem, 2009, p. 24-26.



FIGURA 36 - Parque Municipal Gentil Diniz

Fonte: Acervo Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem

A proposta, segundo lugar no concurso *Por dentro da História* - edição 2007, buscou integrar metodologias de educação patrimonial e ambiental. Destaque para a autonomia dos estudantes no decorrer da pesquisa, um dos princípios da ação pedagógica elucidado pela professora coordenadora. Logo no início do seu relato, Daniela Viersieux, inova fazendo uma narrativa da I Mostra Cultural e Ambiental do CENTEC:

“17 de agosto de 2007. Eram quase 13 horas, e corríamos de um lado para o outro, acertando os últimos detalhes. Aos poucos, começam a chegar os “nossos” convidados: alunos da escola, pais de alunos, amigos, professores, funcionários da escola... Na portaria do Parque, alguns estudantes da comissão organizadora recepcionavam os visitantes, enquanto uma banda formada por alunos da escola, lá na arena, abria a I Mostra Cultural e Ambiental do CENTEC, com muita animação. Alguns visitantes saem pra vivenciar a trilha eco-cultural, na qual os próprios alunos são protagonistas da transmissão e construção do conhecimento. Outros assistem na arena às apresentações de pesquisa que têm o Parque como tema central. Outros ainda percorrem os estandes com maquetes do Parque, microscópios para visualização de microorganismos... Oficinas de origami, de expressão corporal e de reciclagem. Mais trilha eco-cultural e apresentação de pesquisas escolares. Mesa-redonda, com pessoas importantes para o Parque e para educação patrimonial da cidade. Um show encerra a Mostra Cultural e Ambiental, deixando no ar uma saudade bonita de querer mais... saudade da descontração, da liberdade, dos conhecimentos e da alteridade vividos neste dia 17 de agosto de 2007.”. (Revista de Educação Patrimonial Por Dentro da História nº 1, ano 1, janeiro de 2009, p. 24)

Participei da mostra como convidado e percebi a intenção da educadora na apropriação das potencialidades culturais e ambientais por estudantes que estudam próximo ao parque, mas sabem pouco sobre seu significado. Ressalto a utilização dos saberes da metodologia de projetos e a preocupação da autora de justificar no seu relato que isso não comprometeu o ensino de conteúdos e que não há dicotomia entre as duas intenções educativas: pedagogia de projetos e ensino de conteúdo. A autora relata também o esforço de envolver outras instituições do poder público para a execução da proposta e da participação ativa dos estudantes e outros profissionais da escola. Assim define Daniela sobre os resultados do projeto:

Concluimos com a perspectiva de que precisamos avançar na construção de projetos e ações mais coletivas, que levem em conta o contexto local, regional, mas entendendo-o como universal. A história de um lugar, especificamente a do Parque Municipal Gentil Diniz, contribuiu para conectarmos a nossa história com outras histórias, alargando as possibilidades de estabelecermos vínculos com algo maior e mais concreto, com a vida da escola e da cidade. Ou seja, de encontrarmos nosso próprio lugar na história. (Revista de Educação Patrimonial Por Dentro da História nº 1, ano 1, janeiro de 2009, p. 26)

O projeto *Era uma vez... Por dentro da história*³⁵, desenvolvido na Escola Municipal Virgílio de Melo Franco, terceiro lugar no concurso *Por Dentro da História*, edição 2007, contou com a participação de um amplo coletivo de educadoras. A coordenação foi da supervisora da escola, Natália Álvares da Silva e Silva. O texto do relato da experiência foi assinado pela coordenadora e pela professora Cláudia Lopes Pereira. Contou com a participação de estudantes do 3º ano do 2º ciclo (6º ano do ensino fundamental). Para a construção da ação educativa enfatizaram a importância da “Turma do Contagito” para o estudo de Contagem. A Escola Municipal Virgílio de Melo Franco localiza-se na Vila São Paulo na região da Cidade Industrial. A escola está próxima à divisa com o bairro das Indústrias (Regional Barreiro em Belo Horizonte).

A proposta foi construída interdisciplinarmente e foi dividida em quatro etapas. Primeira etapa – *Patrimônio particular: eu e minha família*. Os estudantes se sentiram motivados e interessados em suas próprias histórias (circunstâncias do nascimento, brinquedos, músicas, histórias e comidas preferidas ou não, casos e receitas de família, objetos de estimação). A segunda etapa – *Meu pequeno patrimônio: minha turma favoreceu* a construção e/ou participação da identidade da turma e valorização dos bens pessoais e coletivos, possibilitando relações mais solidárias. Na terceira etapa – *Patrimônio de muita gente: nossa escola* foi

³⁵ PEREIRA, Cláudia Lopes; SILVA, Natália Álvares S. *Era uma vez... Por dentro da história*. In: Revista de Educação Patrimonial Por Dentro da História nº 1, ano 1, Contagem, 2009, p. 27 – 29.

oportunizada a reflexão sobre bens públicos, o conhecimento da organização da escola, compreensão e respeito ao trabalho de cada um. Na quarta e última etapa – *Patrimônio em estudo: Contagem* foi possível aprender sobre a cidade (aspectos físicos, culturais, econômicos, históricos e humanos). O material base nesta etapa foi o livro *Conhecendo Contagem com a Turma do Contagito* e as atividades previstas para todas elas foram: aulas expositivas, sessão comentada de vídeo, entrevistas com pessoas da comunidade, escolas e da cidade, pesquisas com coleta de informações, tabulação, construção, análise de dados gráficos, oficinas, trabalhos de campo, dinâmicas, atividades de leitura, escrita e reescrita.

Ao longo da execução da ação educativa foram produzidos diferentes gêneros textuais: entrevista, poemas, textos narrativos. O projeto caracteriza-se pela criatividade e originalidade de cada etapa da proposta e pelo variado repertório de atividades e de produtos. Na conclusão do relato as autoras constataam:

Finalmente, o Projeto Era Uma Vez constituiu um excelente meio para a construção de conceitos, procedimentos e atitudes de pertencimento do aluno em relação a elementos importantes de sua história: família, sua turma, sua escola e a cidade onde mora. Os conceitos relativos à historicidade e suas relações foram apreendidos e os alunos conseguiram relacioná-los com suas vivências e com os outros anteriormente construídos. Foram desenvolvidas as habilidades para trabalhar em grupo, além do autogerenciamento positivo nas atividades. Os alunos tornaram-se mais solidários, responsáveis e objetivos, favorecendo a melhor interação de cada uma nas atividades de estudo. Hoje, os estudantes relacionam-se com outros de forma mais solidários, responsáveis e objetivos, favorecendo a melhor interação de cada um nas atividades de estudo. Hoje, os estudantes relacionam-se uns com os outros de forma mais amigável e, com relação às atividades de estudo, estão mais interessados e confiantes. Estão construindo assim, uma história pessoal mais feliz. (Revista de Educação Patrimonial Por Dentro da História nº 1, ano 1, janeiro de 2009, p. 29)

No artigo de Mônica Alves Vieira, *Preservando e respeitando a diversidade*³⁶, de pedagoga da Escola Municipal Maria do Carmo Orechio, a autora faz uma análise positiva dos materiais pedagógicos do Programa de Educação Patrimonial “Por dentro da História” e ressalta a relevância das ações educativas da Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem no reconhecimento da diversidade cultural da cidade com ênfase para o patrimônio imaterial e das manifestações de matriz africana. Destaco a referência ao *Atlas Escolar, Histórico, Geográfico e Cultural*, que segundo a autora e nos relatos orais de outros educadores da cidade é o material mais utilizado para tratar do estudo sobre a cidade. Para Mônica, além das variadas publicações sobre Contagem:

³⁶ VIEIRA, Mônica Alves. *Preservando e respeitando a diversidade*. In: Revista de Educação Patrimonial Por Dentro da História nº 4, ano 3, Contagem, 2011, p. 27 – 28.

Outro instrumento valioso é o *Atlas Escolar, Histórico, Geográfico e Cultural do Município de Contagem* que possibilita aos educadores e estudantes uma visão ampla da cidade e, ao mesmo tempo, aponta suas especificidades. A Secretaria de Educação e Cultura investe neste material didático e o distribui a todas as escolas, com isso trata para que a memória do município não seja esquecida. (Revista de Educação Patrimonial Por Dentro da História nº 4, Ano 3, agosto, 2011, p. 28)

Suspeito que o uso em larga escala do *Atlas Escolar*, mesmo com um amplo repertório de outros materiais, inclusive a *Revista Por Dentro da História*, seja pelo seu caráter “enciclopédico”, o fato de condensar num mesmo material uma quantidade expressiva de informação sobre a cidade: os símbolos oficiais, a história geral da cidade e de cada uma das oito regiões administrativas, mapas, lista de bens materiais tombados e inventariados além dos bens de natureza imaterial. Conta ainda com atrativas iconografias (ilustrações e fotografias) da cidade. O texto histórico é uma adaptação, em linguagem mais acessível para estudantes, do Plano de Inventário do Município aprovado pelo IEPHA-MG.

No relato *Elza Fouly e a Turma do Contagito: uma relação de amizade*³⁷ o professor de História, Edmar Alves, apresenta uma série de ações educativas desenvolvidas pela Escola Estadual Elza Mendonça Fouly em articulação com os materiais e atividades externas da Programa de Educação Patrimonial da Casa da Cultura. Como o próprio título indica o educador destaca a forte relação da escola com as visitas da Turma do Contagito:

O que meus alunos não dariam por uma foto da Turma do Contagito sem suas fantasias? Eu mesmo – confesso – matei uma curiosidade persistente: quem eram os atores que faziam aqueles personagens? E o que meus alunos – e demais alunos da Escola Estadual Elza Mendonça Fouly (Bairro Bandeirantes / Contagem) – não dariam para reverem a Turma do Contagito? Essa animada turma visitou nossa escola, no dia 31 de outubro de 2009, na Festa da Família, e posso afirmar que foi um momento muito importante. Os alunos, mesmo os maiores, inclusive os professores, animaram-se ao som das músicas e dançaram com a Turma do Contagito. Todos queriam tocá-los, tiras fotos. Contudo, quero voltar um pouco no tempo, até o ponto em que posso afirmar ter sido o início – ponto zero – de nossa amizade com a Turma do Contagito. Em 2005, no concurso para escolha dos nomes e desenhos das mascotes de nossa cidade, a aluna Jéssica Magda, ainda estudando na Escola Municipal Jenny de Andrade Faria, foi uma das vencedoras e batizou o personagem Contagito. No ano seguinte, Jéssica passou a ser aluna da escola Elza Mendonça, e foi minha aluna. Ficou em silêncio, talvez por timidez, até que eu descobri que se tratava de uma das vencedoras do concurso. Descobri isso ao usar os livros pela primeira vez. Logo depois, a própria escola recebeu os livros, o vídeo e o CD. Esse material passou logo a item obrigatório para introduzir a História no 6º ano e trabalhar a história do município de Contagem, dando suporte ao projeto que chamei, inicialmente, de *História do Bairro*. (Revista de Educação Patrimonial Por Dentro da História nº 3, ano 2, agosto, 2010, p .)

³⁷ ALVES, Edmar. *Elza Fouly e a Turma do Contagito: uma relação de amizade*. In: Revista de Educação Patrimonial Por dentro da História nº 3, ano 2, Contagem, 2010, p. 19 – 21.



FIGURA 37 - Turma do Contagito em visita escolar

Fonte: Acervo da Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem

Em seu artigo, *Casa de Cacos: potencialidades educativas*³⁸ o Educador Gilson Rodrigues Mariano da Silva, licenciado em Artes Visuais, faz uma análise sobre a genialidade da Casa de Cacos de Louça e das possibilidades de leitura da obra para o ensino de arte e sua articulação com a educação patrimonial. Tombada no ano 2000, e edificação foi coberta de cacos de louça pelo geólogo Carlos Luís Almeida durante 20 anos. Recobriu paredes, móveis, objetos, fachadas, muros, formando mosaicos que contam sua história pessoal e simbolizam a diversidade cultural de Contagem. Tornou-se uma atração turística reconhecida internacionalmente pelo seu caráter artístico inusitado. O autor:

Buscou analisar e refletir sobre as potencialidades educativas que a Casa de Cacos oferece para o ensino de arte e para a educação patrimonial, almejando o reconhecimento deste patrimônio, contribuindo para a valorização cultural, social e artística que a Casa traz para a sociedade local. Para tanto, foi necessário o levantamento de informações referentes à biografia do construtor da Casa de Cacos, além de dados sobre a construção e o processo de tombamento da mesma. E, um

³⁸ SILVA, Gilson Rodrigues M. *Casa de Cacos: potencialidades educativas*. In: Revista de Educação Patrimonial Por Dentro da História nº6, ano 6, Contagem, 2015, p. 27 – 28.

segundo momento, salientou-se as características plásticas e históricas das coleções que a Casa possui, para então entender a correlação que existe entre o ensino de arte e a educação patrimonial e, assim traçar um paralelo. Ao final, foram roteiros de mediação para profissionais da educação no espaço da Casa, almejando o contato direto dos alunos do ensino formal e informal com um objetivo artístico, incentivando-os a alcançar uma postura preservacionista dinâmica. (Revista de Educação Patrimonial Por dentro da História nº6, ano 6, março de 2015, p. 5)



FIGURA 38 - Casa de Cacos de Louça

Fonte: Acervo da Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem

O professor Bruno Luciano de Paiva Silva da Escola Municipal Coronel Antônio Augusto Diniz da Costa em seu artigo, *Educação Patrimonial em Contagem: uma abordagem a partir do conceito de inter-poli-transdisciplinaridade de Edgar Morin*³⁹, chama a atenção para o risco da abordagem hiperespecializada da educação patrimonial em Contagem e apresenta como possibilidade a abordagem do conceito moriniano na prática educativa. Para o autor:

A educação patrimonial em Contagem enfrenta, atualmente, um grave problema: o risco de um ensino hiperespecializado. O patrimônio cultural de Contagem tem sido

³⁹ SILVA, Bruno Luciano P. *Educação Patrimonial em Contagem: uma abordagem a partir do conceito de inter-poli-transdisciplinaridade de Edgar Morin*. In: Revista de Educação Patrimonial Por Dentro da História nº4, ano 3, 2011, p. 21 – 22.

abordado nas escolas da rede de uma maneira compartimentada, ou seja, tem sido trabalhado apenas por uma disciplina e não a partir de um trabalho interdisciplinar. Assim, é preciso refletir sobre a noção de educação patrimonial a partir de um novo viés: o conceito de inter-poli-transdisciplinaridade de Edgard Morin. Com isso, propomos uma reflexão sobre os rumos e desafios da educação patrimonial em Contagem. (Revista de Educação Patrimonial Por Dentro da História nº4, ano 3, 2011, p. 21)

Talvez por desconhecimento do conjunto de ações desenvolvidas nas escolas do município, o professor Bruno, faz uma crítica genérica e corre o risco de forte contestação de outros educadores que procuram nas suas práticas uma abordagem interdisciplinar no trabalho com a educação patrimonial. Ainda que os professores não conheçam o conceito moriniano, muitos se esforçam para romper com a lógica disciplinar e fragmentada em suas escolas. Ressalto também, que o desenvolvimento de atividades de educação patrimonial em uma determinada disciplina não necessariamente compromete a validade e o significado pedagógico da ação. Em seus documentos e publicações, a Casa da Cultura sempre indicou e incentivou o envolvimento mais integrado das áreas de conhecimento. Entretanto, a escolha do percurso de uma ação ou projeto deve ser pautada no princípio da autonomia pedagógica dos professores e das escolas.

O próprio conceito de educação patrimonial, ainda que seja desenvolvido por um único professor de uma disciplina específica, pressupõe a articulação de múltiplos saberes para além da sua área de especialização. Ao fazer a crítica da hiperespecialização, o autor não esclarece de forma convincente de que como isso acontece. Mais uma vez faz afirmações genéricas sem apontar evidências da sua tese. Segundo o autor:

[...] é preciso propor uma nova ideia de educação patrimonial, que permitirá a construção de uma visão global do patrimônio cultural de Contagem. Assim, possibilitará ao educando a construção de uma identidade cultural com a cidade. A construção de uma nova concepção de educação patrimonial ligado ao conceito de inter-poli-transdisciplinaridade de Morin. (Revista de Educação Patrimonial Por Dentro da História nº4, ano 3, 2011, p. 22.)

O fato do trabalho ser desenvolvido em uma disciplina não permite afirmar o comprometimento de uma visão global. Da mesma forma, uma pretensa visão global não garante a construção de uma identidade cultural com a cidade, pode significar inclusive o caminho inverso. Para o educador existe apenas um caminho para o trabalho com a educação patrimonial, numa visão determinista afirma que “Somente em um ensino interdisciplinar do patrimônio cultural, ligado ao global e ao essencial, permite desvelar toda complexidade do patrimônio cultural da cidade...”. (p. 22).

Existe também um olhar determinista de como os sujeitos devem se relacionar com a cidade e da ênfase na abordagem de Morin como “salvadora” de um pensamento indesejado. Desconsidera a possibilidade de relações identitárias já existentes das pessoas com a cidade onde vivem. Defende que a abordagem interdisciplinar produz cabeças capazes de criar uma identidade da cidade. Assim conclui o seu artigo:

Vimos, inicialmente, que a educação patrimonial está sob o risco da hiperespecialização, que impede que os educadores percebam o global e o essencial no patrimônio cultural. Com isso, recorremos como base teórica ao conceito moriniano de iner-poli-transdisciplinaridade para a elaboração de uma nova ideia de educação patrimonial. Assim, no terceiro e último momento apresentamos a nova concepção de educação patrimonial que possibilitou, com efeito, a ampliação da noção de patrimônio cultural. A maior conquista de uma abordagem interdisciplinar do patrimônio cultural de contagem está na construção de uma cabeça bem-feita, isto é, uma cabeça que seja capaz de respeitar, valorizar e preservar o patrimônio cultural e, com isso, criar uma identidade cultural com a cidade. Esse é o primeiro passo para construir uma cidade mais limpa, valorizada e preservada. (Revista de Educação Patrimonial Por Dentro da História nº4, ano 3, 201, p. 22)

Considero pertinente a sugestão da abordagem moriniana proposta por Bruno Luciano de Paiva Silva no desenvolvimento de ações e projetos de educação patrimonial. Entretanto, o educador faz uma análise superficial sobre a experiência do uso da metodologia na cidade. Sua crítica, ainda que classifique o problema da hiperespecialização como risco, não se sustenta. Ao eleger a educação patrimonial no desenvolvimento de ações educativas, mesmo que os educadores decidam por um trabalho solitário nas suas escolas, encontrarão pela frente o uso de uma metodologia que aciona variados saberes e atravessa diferentes áreas de conhecimento. Certamente o envolvimento de coletivos de educadores qualificam a ação pedagógica, mas a iniciativa individual pode apresentar resultados exitosos. A voz dissonante do professor cumpre um importante papel para reflexão das práticas de educação patrimonial em Contagem. Gestores e professores são provocados a avaliar suas experiências e a perceber possíveis aprimoramentos na proposição de ações educativas ancoradas nos princípios da educação patrimonial.

No texto, *Tecendo parcerias: o museu visita a escola*⁴⁰, a geógrafa Alessandra Godoy da Silva, da equipe técnica da Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem, faz um balanço da ação educativa da instituição

⁴⁰ GODOY, Alessandra. *Tecendo parcerias: o museu visita a escola*. In: Revista de Educação Patrimonial Por Dentro da História nº5, ano 4, agosto 2012, p. 41 – 42.

A Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem tem desenvolvido desde 2005 por meio do Programa Por Dentro da História, ações educativas junto às escolas municipais de Contagem. O eixo norteador é a educação patrimonial com intuito de divulgar a importância da preservação do patrimônio cultural do município. A reflexão promovida pelas ações favorece o sentimento de pertencimento dos cidadãos em relação à sua cidade. Existem no programa três frentes de atuação: o projeto Casa Aberta, A Turma do Contagito e a revista Por Dentro da História. Cada um desses projetos dialoga de modo diferente com o universo escolar. O primeiro media a construção de uma leitura museológica pela escola; o segundo visita as escolas intervindo no cotidiano escolar e o terceiro valoriza e divulga os bens e manifestações culturais e seus significados já “consagrados” pela população. Portanto, os projetos configuram-se como meios multidirecionais na proposição das ações. (Revista de Educação Patrimonial Por Dentro da História nº5, ano 4, agosto, 2012, p. 41)

A educadora e gestora da Casa da Cultura reafirma os objetivos desde o início da ação educativa do Museu Histórico em 2005 e revela um dos pilares fundamentais do Programa Por Dentro da História: a relação efetiva com as escolas da cidade. Neste sentido, a instituição supera com a lógica de ser exclusivamente um lugar de visitação e promove sistemáticas incursões no ambiente escolar. O rompimento da fronteira entre o universo museal e escolar potencializa os objetivos da educação patrimonial. Como constata Alessandra Godoy:

O Museu Histórico de Contagem atento à importância de ser um “espaço vivo”, dialógico e reflexivo reafirma por meio de suas práticas sociais as funções de pesquisar, conservar e comunicar sobre o patrimônio cultural. Sendo assim, o desafio consiste em comunicar e propor ações culturais bem-sucedidas em um universo complexo com a escola. Essa complexidade consiste na existência de condições materiais diversas; de organização de tempos e espaços diferentes por turno de atendimento e do nível de engajamento dos educadores com a educação patrimonial. (Revista de Educação Patrimonial Por dentro da História nº5, no 4, agosto 2012, p.41)

Concluo a análise tentando responder algumas questões levantadas sobre a prática docente ao longo do texto. Algumas das respostas partem da percepção e do contato direto com professores em cursos de formação continuada, ou seja, na condição de gestor e formador de educadores; de evidências encontradas nos relatos textuais publicados na Revista Por Dentro da História e da minha própria prática docente atuando como professor de História na Rede Municipal de Contagem.

Sobre a concentração em uma determinada área de conhecido percebo que a disciplina de História ocupa um lugar preponderante nos projetos de Educação Patrimonial desenvolvidos em Contagem. São os educadores desta área os maiores frequentadores dos cursos de formação continuada. Tanto aqueles que são licenciados em História e possuem formação específica como as educadoras (na sua maioria mulheres) dos ciclos iniciais do ensino fundamental, estudantes de 6 a 11 anos. Nos anos iniciais, os conteúdos são trabalhados por professoras

generalistas, com formação em pedagogia ou no curso normal superior. O conteúdo da história local e as diretrizes para educação patrimonial são fortemente demarcados nos referenciais curriculares na primeira etapa do ensino fundamental. O que explica em parte a grande adesão destas educadoras. No caso da forte presença dos professores de história existe uma proximidade de conceitos-chaves da Educação Patrimonial com o conteúdo que lecionam: memória, identidade, passado, patrimônio, cultura, etc. Ainda que tais conceitos não sejam exclusivos da área de história, verifico uma maior mobilização destes educadores para as ações educativas sobre o patrimônio cultural da cidade. Outra evidência são as pesquisas escolares na Casa da Cultura. De forma hegemônica são pesquisas demandadas por educadores que trabalham com o conteúdo de história.

Todavia, não é desprezível a presença de educadores de outras áreas do conhecimento, especialmente das ciências humanas e linguagens. Professores de arte, geografia e língua portuguesa também figuram com expressivo número nos cursos de formação continuada, na participação dos concursos e na busca por assessoria para o desenvolvimento de projetos. Creio que também pela proximidade dos conceitos-chave da educação patrimonial. Ressalto também os trabalhos interdisciplinares. Muitos relatos apontam nesta direção, principalmente na EJA – Educação de Jovens e Adultos e nos primeiros anos dos ciclos iniciais. Os professores do último ciclo do ensino fundamental, que lecionam para estudantes de 12 a 14 anos, encontram maior dificuldade em trabalhos coletivos pela própria fragmentação dos conteúdos curriculares organizados em disciplinas. Tanto a EJA como a primeira etapa do ensino fundamental possuem uma organização curricular mais flexível que permite com mais facilidade projetos interdisciplinares. Ainda assim, muitos professores especialistas, por meio de projetos, vêm buscando ações educativas mais integradas na última etapa do ensino fundamental.

Uma área promissora para o trabalho de educação patrimonial é a área de ciências. Poucos são os educadores deste conteúdo com envolvimento nas ações propostas pela Casa da Cultura. Digo promissora pela possível e necessária relação entre a Educação Patrimonial e Educação Ambiental. No trabalho da professora Daniela Versieux, no CENTEC, ficou evidente como essa interação é possível e saudável. Potencializa o conhecimento e a aprendizagem dos estudantes numa perspectiva curricular integrada. Mesmo do ponto de vista conceitual há uma forte proximidade quando pensamos nos conceitos de patrimônio natural, meio ambiente e paisagem, por exemplo. Inúmeras possibilidades de entrelaçamento da educação patrimonial e ambiental podem gerar projetos e ações que integre qualquer disciplina ou área de conhecimento. Se aprofundarmos nos sentidos e significados das palavras cultura e ambiente

talvez perceberemos a necessidade de criar um novo conceito, sem separação em duas expressões: Educação Patrimonial e Educação Ambiental.

O trabalho realizado no Parque Gentil Diniz foi um dos raros projetos de educação patrimonial desenvolvidos no ensino médio. Por um lado, por conta das orientações curriculares oficiais que geralmente associam o estudo da História Local e do Patrimônio Cultural ao ensino fundamental. Por outro, existe uma classificação hierárquica de conteúdos por professores do ensino médio que não consideram fundamental a abordagem destes temas nesta etapa da educação básica. O trabalho do CENTEC aponta acertadamente em outra direção. A educação patrimonial é um poderoso instrumento de articulação das áreas do conhecimento, em qualquer etapa, e sua utilização pode trazer maior sentido e significado no processo de aprendizagem dos estudantes.

Sobre a repercussão dos materiais produzidos pela Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem penso que a instituição conseguiu reverter um quadro de escassez. Se na década de 90 os materiais eram limitados, é patente o reconhecimento dos educadores que a partir de 2005 muitos produtos e recursos pedagógicos foram criados e distribuídos em larga escala para todas as escolas da cidade, não só municipais. O livro *Conhecendo Contagem com a Turma do Contagito* chegou a todas as escolas e nas casas de mais de 70 mil estudantes. Da mesma forma o Atlas Escolar foi distribuído para todas as escolas e para cada estudante da rede municipal. Sem falar nas ilustrações do kit escolar com cartilhas, agendas, calendários e cadernos com ilustrações do patrimônio cultural da cidade e da Turma do Contagito. Mas não teria sentido abundância de materiais se os mesmos não fossem utilizados pelos educadores da cidade. Nos vários relatos apresentados percebemos como os materiais estão presentes na prática educativa dos docentes.

Mas outra questão é importante para reflexão. Por maior que seja a quantidade de materiais sobre a cidade, e considero importante a produção destes recursos, algumas localidades e realidades não se sentem representadas nas narrativas apresentadas pelo poder público. Vejamos o projeto *Heranças do Madeira*. Sem documentos oficiais sobre a lugar, o professor teve como estratégia de pesquisa com seus estudantes a utilização da *história oral* e foi em busca dos vestígios e ruínas de uma fazenda e de um vilarejo submerso pela represa Vargem das Flores. O educador é também um pesquisador. Para tratar da história local, de uma cidade ou algum território dela, nem sempre teremos à mão produções ou materiais prontos sobre o objeto pesquisado. O território da cidade e a memória de seus habitantes é uma fonte inesgotável de informações sobre seu patrimônio. Precisamos explorá-lo como uma espécie de “mapeamento” ou “inventário” e buscar sistematizar um conhecimento que nem sempre estará

em outro lugar. Os educadores também são produtores e não só reprodutores das narrativas sobre a cidade e seus espaços. A cidade e seus territórios, múltiplos e diversos, são recursos pedagógicos vivos e dinâmicos. Neste sentido o educador deve e pode produzir seus próprios materiais.

Percebo em todos os relatos de experiências dos educadores, nos orais e escritos, a confirmação positiva da ressignificação do conhecimento dos estudantes sobre a cidade por meio do trabalho com a educação patrimonial. Afinal seria este um dos objetivos centrais do Programa Por Dentro da História e da ação dos docentes. O que ainda não consigo perceber, pois necessitaria de um olhar mais aprofundado da prática docente, é de como foi esse processo e quais foram as tensões vividas. Quando tratamos da relação de identidade estamos diante de um campo sensível que mexe profundamente com a subjetividade. Minha inquietação sobre essa questão permanece. Houve resistência, desinteresse ou recusa? Sei que algumas perguntas não cessam por aqui. Elas abrem caminho para novas abordagens e indagações futuras. Não pretendo aqui uma resposta definitiva. De toda forma, avalio que os objetivos do Programa Por Dentro de História, vem cumprindo com seus objetivos. O relato dos educadores e as reflexões sobre educação patrimonial mostram que a Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem conseguiu extrapolar as janelas e portas do casarão e se difundiu pela cidade. O desafio é pensar como o poder público e as próprias escolas cuidarão do legado construído nos últimos anos.

CAPÍTULO 4 – O PRODUTO EDUCATIVO: “DECIFRAR A CIDADE: VIVÊNCIAS EM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL”

Dentre as muitas inquietações vividas no percurso da análise documental, da leitura das referências bibliográficas e da rememoração da experiência como professor e gestor, a escolha de qual seria o produto educativo foi uma tarefa árdua. Pesquisei várias produções em busca de algo que aliasse inovação e real significado para o processo educativo. Minha preocupação era construir uma proposta que não ficasse somente no campo das intenções, ou seja, sem utilização concreta dos sujeitos da minha pesquisa: os educadores. Outra questão, foi o receio em propor um material similar à tantos outros já produzidos. Em Contagem, tive a oportunidade de participar, e algumas vezes coordenar, da concepção e materialização de inúmeros recursos educativos em variadas linguagens e suportes: livro, cartilha, guia, vídeo, CD, atlas e revista. Queria um produto diferente das produções anteriores. Além disso, no decorrer do trabalho, fui provocado a construir um material que pudesse ser usado por educadores de outras cidades, não só de Contagem.

Na memória dos encontros com professores, quando estive no papel de formador, recordei de um elemento muito presente nas avaliações dos cursos de formação. Os professores solicitavam, além da fundamentação teórica sobre o patrimônio cultural e a história local, o conhecimento de metodologias da prática docente: “como fazer”. Diante do exposto, decidi por um produto que contemple, além da discussão conceitual, a dimensão do planejamento do trabalho do educador e supere a visão da dicotomia entre teoria e prática nos processos de formação continuada. Tenho consciência que a proposta é fruto do acúmulo das experiências e saberes construídos na convivência com outros sujeitos e no conhecimento apropriado de inúmeros teóricos, portanto, não é uma “geração espontânea”. O termo “vivência”, presente no título do produto, foi escolhido para comunicar a ideia de uma experiência efetiva no ambiente escolar e nos espaços da cidade. Significa o processo de viver de forma intensa a ação pedagógica para de fato decifrar, decodificar, traduzir e conhecer a cidade.

Decifrar a cidade: vivências em Educação Patrimonial é uma proposta formativa para educadores interessados em conhecer e aplicar a metodologia da educação patrimonial como estratégia para o desenvolvimento do tema da história local a partir do patrimônio cultural da cidade. A sequência didática será utilizada como recurso para o planejamento das “vivências” educativas na escola e nos territórios da cidade, ou seja, uma ação pedagógica com objetivos bem definidos e articulados para orientar o trabalho dos educadores com os estudantes.

O produto é fruto da minha experiência como professor de História e formador de educadores nas prefeituras de Contagem e Belo Horizonte e da atuação como gestor na área de preservação do patrimônio cultural. O objetivo é propiciar um processo formativo com real significado para a prática educativa de professores, aproximando a discussão conceitual da experiência docente.

Busquei um percurso que possa contribuir com o trabalho sobre a história local e sobre o patrimônio cultural das cidades. Certamente, inúmeras localidades, principalmente cidades satélites de grandes centros urbanos, vivem o dilema da identidade cultural. Nesse sentido, construí uma proposta para contribuir com as estratégias de fortalecimento do sentimento de pertença às cidades. Ainda que seja desejável um mediador (formador) no processo de sensibilização e planejamento da vivência educativa, a leitura do material poderá subsidiar o planejamento do professor na relação direta com o produto. Optei por apresentar uma proposta de um produto que possibilita sua utilização por gestores de educação e cultura nos municípios com interesse em ofertar processos formativos em educação patrimonial embora sua configuração (já planejada) baseou-se em atividades vivenciadas no município de Contagem.

O produto se apresenta como uma proposta consolidada para a experimentação, mas abre caminhos para a criação de novas possibilidades educativas a partir dos saberes pedagógicos construídos na vivência dos educadores. Portanto, a metodologia da educação patrimonial não é tratada como um fim, mas como meio para a construção de novas experiências e outros produtos educativos.

1. O produto educativo como síntese da experiência profissional

Ingressei no curso de História da UFMG no ano 1995. Ao longo da minha trajetória acadêmica na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH . Além da representação discente participei de dois projetos acadêmicos. Entre 1998-1999 fui bolsista de iniciação científica no Programa de História Oral do Centro de Estudos Mineiros pelo CNPq onde iniciei uma pesquisa sobre a trajetória histórica de organização política dos catadores de papel de Belo Horizonte. De 1999 a 2000 fiz parte, como bolsista de aperfeiçoamento também pelo CNPq, da equipe do GRIS – Grupo de Estudos em Imagem e Sociabilidade do Departamento de Comunicação Social da FAFICH. Neste grupo, integrava a equipe de análise das imagens sobre o “Descobrimento do Brasil” presentes nos livros didáticos de História do ensino fundamental.

A partir do ano 2000 ingressei na carreira do magistério como professor de história na Rede Municipal de Ensino de Contagem, onde atuo até hoje. Passei também, ao longo dos anos

2000, pela Rede Estadual, Prefeitura Municipal de Betim, Fundação de Ensino de Contagem – FUNEC e atualmente possuo outro cargo de professor na Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte. Em Contagem sou professor da EJA – Educação de Jovens e Adultos e na Prefeitura de Belo Horizonte no POEINT – Barreiro, E.M. Polo de Educação Integrada, onde atuo como coordenador pedagógico e responsável pela formação continuada de monitores e professores do Programa Escola Integrada.

Minha primeira experiência de trabalho na área da memória e acervos documentais foi entre 2000 e 2002 quando preside o GETEC – Grupo de Estudos e Trabalhos em Educação Comunitária. Uma ONG localizada em Contagem, antigo CEDOC - Jovem nos anos 70 do século XX, que desenvolve projetos comunitários com foco na educação. A entidade é detentora de um importante acervo sobre a memória operária da região industrial de Contagem e do Barreiro. Uma das minhas funções na ONG era a coordenação do trabalho de identificação e conservação da documentação.

Em 2005 iniciei a experiência mais significativa, do meu percurso profissional, no campo da memória, do patrimônio cultural e da gestão cultural. Até o ano de 2009, fui diretor da Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem onde funcionava a Diretoria de Memória e Patrimônio Cultural atualmente Coordenadoria de Políticas de Preservação do Patrimônio Cultural subordinada à Fundac – Fundação Municipal de Cultura de Contagem. Dentre as atividades desenvolvidas estava a coordenação de pesquisa do patrimônio material e imaterial da cidade, a elaboração de projetos de restauração, conservação e utilização dos bens tombados do município e a elaboração dos relatórios de proteção patrimonial encaminhados ao IEPHA/MG.

A atividade de maior visibilidade e alcance da Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem foi a concepção e implementação do Programa de Educação Patrimonial “Por Dentro da História”. A atenção dispensada às ações educativas da Casa da Cultura não foi por acaso. A equipe técnica da instituição era composta majoritariamente por professores da Rede Municipal de Ensino de Contagem e da Fundação de Ensino de Contagem (Funec). Os profissionais sabiam das dificuldades que educadores encontravam nas escolas para desenvolverem projetos com a temática da história da cidade. Os materiais pedagógicos sobre a memória e o patrimônio de Contagem eram escassos. Um dos objetivos centrais era produzir materiais que pudessem contribuir com os educadores no desenvolvimento de propostas pedagógicas que trabalhassem como tema a história da cidade.

Além disso, era necessário construir estratégias e metodologias que ajudassem os educadores na utilização dos materiais. Eu mesmo, na minha prática docente como professor

de História, tive muita dificuldade de trabalhar assuntos relacionados à história e memória do município. Era necessário, antes de tudo, fazer da Casa da Cultura um lugar conhecido e consolidá-la como espaço de referência de pesquisa sobre a cidade. Muitos moradores nem sabiam da sua existência. Foi nesta perspectiva que a Secretaria de Educação e Cultura decidiu investir na produção de matérias de divulgação da instituição e do trabalho realizado por ela. O conjunto de ações desenvolvidas pelo Programa de Educação Patrimonial “Por Dentro da História” rendeu à Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade em 2008, na categoria Educação Patrimonial.

Em meados de 2009, assumi a Coordenação de Projetos Especiais da SEDUC – Secretaria de Educação e Cultura de Contagem. Era responsável por todos os projetos de caráter transitório a exemplo do Projovem, Escola Aberta e das atividades educativas complementares. Em 2010 alarguei o campo de atuação na SEDUC ao ser nomeado coordenador da CECAD – Coordenadoria de Educação Continuada, Alfabetização de Adultos e Diversidade. Assumi a coordenação de variadas frentes de trabalho: Educação de Jovens e Adultos, relações étnico-raciais e de gênero, inclusão de estudantes com deficiência, Programa de Educação Integral e Integrada.

Em 2011 fui designado para outra tarefa ainda mais desafiante: coordenar uma política intersetorial com envolvimento de oito secretarias da Prefeitura de Contagem. A coordenação da Comissão Executiva do Programa de Educação Integral e Integrada de Contagem. O objetivo deste colegiado de gestores era promover a articulação institucional e a cooperação técnica entre gestores para transpor as amarras dos setores específicos e fundar uma nova cultura na ação da política pública ancorada no princípio da integralidade da educação. A compreensão do conceito de território educativo e de cidade educadora foi processo fundamental para buscar a mobilização da comunidade em construir arranjos educativos em vários espaços da cidade.

Depois de oito anos de atuação como gestor das áreas de educação e cultura na Prefeitura de Contagem voltei a atuar, no início de 2013, nos cargos de origem como professor nas Prefeituras de Contagem e Belo Horizonte. Em Contagem leciono para a Educação de Jovens e Adultos – EJA. Em Belo Horizonte trabalho na formação de professores do ensino regular e de monitores do programa Escola Integrada. Na SMED, em 2013 e 2014 – Secretaria Municipal de Educação, fui professor formador e coordenador do Laboratório de Aprendizagem “Territórios e Memórias” destinado prioritariamente para professores de História e Geografia da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte.

O Laboratório de Aprendizagem Territórios e Memórias foi uma vivência de possibilidades de aprendizagem das Ciências Humanas articulando as áreas de História e

Geografia a partir da experimentação de atividades das Proposições Curriculares da Rede Municipal de Belo Horizonte com a metodologia da sequência didática. Algumas perguntas norteavam os percursos formativos. Como fazer com que os conhecimentos escolares tenham sentido e significado para estudantes do 3º Ciclo? Como aproximar tais conhecimentos das experiências de vida da juventude? Que metodologias podem de fato fazer diferença na prática docente? São algumas das indagações de uma formação continuada que buscava aliar a discussão conceitual da prática educativa.

No processo de formação foram pensadas novas estratégias, espaços e tempos educativos nos quais os sujeitos, educadores e educandos, possam compartilhar saberes e usufruírem os saberes dos outros. A discussão era na perspectiva da cidade educadora. Ao buscar na cidade outras experiências educativas incentivava os professores a ampliarem seu repertório curricular reconhecendo e valorizando os saberes comunitários do entorno das escolas. Neste sentido o currículo era compreendido com uma seleção cultural para além dos conhecimentos acadêmicos e/ou científicos. Ao percorrer o caminho, estabelecendo conexões, do território da escola aos territórios da cidade, as escolas e seus educadores buscarão dar sentido e significado às aprendizagens dos sujeitos educandos.

No POEINT – Barreiro, polo de Educação Integrada, espaço frequentado por outras dez escolas, a discussão também é pensada na linha dos territórios educativos: de potencializar na cidade inúmeras oportunidades de formação dos sujeitos. A estratégia é buscar a conexão e o diálogo entre o universo da educação escolar com as experiências da vida concreta: os saberes comunitários e da experiência. Outro desafio é compreender a dinâmica dos novos profissionais da educação que hoje atuam nas nossas escolas por meio dos programas e projetos de educação integral.

A construção do meu produto relaciona-se com todas as experiências da minha trajetória profissional. A vivência como gestor, das áreas de educação e cultura, possibilita um necessário diálogo entre os dois campos de atuação. Além disso, a experiência docente fomenta uma série de perguntas sobre o fazer pedagógico que contribuem para a aproximação das reflexões teóricas com a prática educativa. As indagações apresentadas estão ancoradas numa série de inquietações que acompanharam o meu percurso profissional.

Por fim, a experiência docente a partir de 2013, como coordenador de processos formativos dos meus pares trouxeram outros olhares e perguntas. Certamente as angústias e questões compartilhadas com educadores de duas redes públicas de ensino podem apontar novos caminhos para reinventar a escola e a relação da mesma com outros espaços educativos das cidades, como os museus.

E preciso ampliar a experiência educativa do Museu Histórico. O desafio é buscar conectar a escola a outros espaços educativos, como os museus, numa perspectiva integrada, ou seja, incorporados às vivências escolares e comunitárias. Compreender em uma nova dimensão os acervos e patrimônios das cidades. Reconhecer a relevância dos museus como instituição, mas também buscar os referenciais da memória individual e coletiva nas experiências concretas dos sujeitos nos territórios onde vivem: na família, na escola e na comunidade.

Nesta perspectiva, proponho um material pedagógico que contribua com o trabalho de educadores no desenvolvimento do tema da história local por meio de atividades de educação patrimonial. As repercussões das diretrizes do Programa de Educação Patrimonial “Por Dentro da História” da Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem nas práticas pedagógicas dos professores e as estratégias educativas que os mesmos encontraram para reconhecer e fortalecer o sentimento de pertença à cidade representaram importantes contribuições para a consolidação do produto.

2. A educação patrimonial como estratégia da ação educativa

O produto educativo “Decifrar a cidade: vivências em Educação Patrimonial” é um material para organização de processos formativos de educadores com objetivo de construir roteiros de atividades pedagógicas com a metodologia da educação patrimonial e uso como recurso de planejamento da prática docente a sequência didática. A proposta é incentivar práticas para conhecer a história local das cidades e seus territórios por meio do patrimônio cultural. A aplicação do produto foi organizada em quatro etapas: etapa de *sensibilização* (1ª etapa) com quatro momentos formativos, etapa de *planejamento* (2ª etapa) com dois momentos formativos, etapa da *vivência educativa* (3ª etapa) momento de desenvolvimento da ação educativa pelos educadores e etapa de *registro e reflexão da experiência* (4ª etapa) momento de avaliação e socialização do percurso e seus resultados.

Os momentos formativos da etapa de sensibilização assim estão divididos: 1º momento (Conhecendo Minha Cidade), 2º momento (Marcos Conceituais), 3º momento (Os Lugares da Memória) e 4º momento (Noções de Gestão do Patrimônio Cultural). O objetivo é sensibilizar os educadores para a importância do patrimônio cultural como meio de aprofundar o conhecimento sobre a cidade, suas histórias, signos e símbolos, e compreender os processos de preservação dos bens culturais. Vejamos mais detalhadamente os momentos da *sensibilização* (1ª etapa):

- 1º Momento (Conhecendo Minha Cidade): buscar os registros e narrativas sobre a história da cidade e fazer uma interpretação crítica das fontes e materiais que relatam a sua trajetória histórica. Propor metodologias de pesquisa para buscar outras fontes e narrativas sobre a história local;
- 2º Momento (Marcos Conceituais): refletir sobre os conceitos básicos que fundamentam a compreensão do patrimônio cultural: cultura, patrimônio, memória e identidade. Compreender os sentidos de expressões-chaves para o trabalho com o patrimônio: história local, memória social, identidade cultural, e a própria expressão: patrimônio cultural;
- 3º Momento (Os Lugares da Memória): além da discussão dos próprios territórios das cidades como lugares da memória, apresentar os conceitos e definições de instituições que preservam as memórias locais: museus, centros de memória, arquivos, bibliotecas, entre outras;
- 4º Momento (Noções de Gestão do Patrimônio Cultural): debater as legislações e os conceitos que fundamentam a gestão do patrimônio cultural (bens culturais, patrimônio material, patrimônio imaterial, patrimônio ambiental) e introduzir os métodos de proteção e salvaguarda do patrimônio cultural: identificação, inventário, tombamento e registro dos bens culturais.

A segunda etapa será dedicada ao *planejamento* da ação educativa dividida em dois momentos:

- 1º Momento (Princípios da Educação Patrimonial): serão apresentados os conceitos que fundamentam o desenvolvimento de ações e projetos educativos que utilizam os princípios da educação patrimonial;
- 2º Momento (Construindo uma Sequência Didática): apresentar a definição de sequência didática e construir plano de ação a partir da escolha de um tema sobre o patrimônio cultural da comunidade, bairro, território ou da cidade.

O educador deverá escolher um tema do seu trabalho e definir os objetivos de aprendizagem que pretende alcançar. Será apresentada um repertório de objetivos de aprendizagem com o detalhamento de competências e habilidades ligadas à área do conhecimento do patrimônio cultural. Os educadores serão orientados a especificar quais são as expectativas de aprendizagem dos seus planejamentos e quais projetos pretendem realizar ao final do desenvolvimento da sequência didática.

A sequência didática corresponde a um conjunto de atividades articuladas que são planejadas com a intenção de atingir determinado objetivo didático. A proposta é utilizar da sequência didática como recurso de planejamento da ação educativa. A sequência didática tem sido usada na produção de materiais didáticos e na formação continuada de professores da Educação Básica no âmbito de programas a exemplo do PNAIC – Programa Nacional de Alfabetização da Idade Certa do MEC – Ministério da Educação. Segundo Zabala (1998, p. 18)⁴¹, a sequência didática é “[...] um conjunto de atividades ordenadas, estruturadas e articuladas para a realização de certos objetivos educacionais, que têm um princípio e um fim conhecidos tanto pelo professor como pelos alunos”.

A sequência didática será um roteiro de trabalho com três atividades. A 1ª atividade é de apresentação do tema definido pelo educador e dos objetivos do roteiro e de ativação dos conhecimentos prévios dos estudantes. Recebe o nome "Pra início de conversa". A 2ª atividade é de desenvolvimento do tema com atividades de ensino. Serão divididas em no mínimo duas "tarefas" com elementos de aprofundamento do tema e recebe o nome de "Conversando um pouco mais". A 3ª e última atividade de cada roteiro é para consolidar, revisar e avaliar o tema desenvolvido. É o momento de construção de um produto. Recebe o nome “E ai? O que você aprendeu?”. Nesta etapa, os educadores incentivam os estudantes a interagirem com as famílias, comunidades, territórios e a cidade por meio de uma ação ou projeto nominado “Por Dentro da História”.

⁴¹ ZABALA, Antoni. *A prática pedagógica: como ensinar*. Porto Alegre, Artmed, 1998.

QUADRO 1 - Atividades dos roteiros educativos organizados numa sequência didática:

1ª ATIVIDADE	2ª ATIVIDADE	3ª ATIVIDADE
<i>Pra início de conversa</i>	<i>Conversando um pouco mais</i>	<i>E aí? O que você aprendeu?</i>
<p>Logo no início será apresentado qual o objetivo do roteiro educativo para os estudantes e qual será a atividade de interação com a comunidade ao final do processo. A primeira atividade é de ativação dos conhecimentos prévios dos educandos por meio de imagens ou textos.</p>	<p>São atividades de ensino com aprofundamento do tema do roteiro. Serão divididas em duas ou três propostas de trabalho (tarefas) com a vivência de múltiplos recursos pedagógicos. As orientações para os educadores aparecem ao longo do desenvolvimento das atividades desde a 1ª seção.</p>	<p>São tarefas de consolidação, revisão e avaliação do processo de aprendizagem. Nesta seção o educador organiza com os educandos um projeto de interação com a família e/ou comunidade. A tarefa de vivência do conhecimento construído receberá o nome de:</p> <p><i>Por Dentro da História.</i> É a tarefa de referência da ação educativa. O objetivo é estabelecer conexões da prática educativa com o território no entorno da escola.</p>

Na etapa da *vivência* (3ª etapa), os educadores, a partir do tempo estimado no planejamento da sequência didática, efetivam o desenvolvimento da ação. Após os momentos de sensibilização os profissionais terão um prazo para vivenciar as atividades. Neste período

espera-se que os educadores observem os dilemas e indagações que fundamentam a própria vivência pedagógica. Na sensibilização, estas questões serão apresentadas para incentivar um olhar crítico e questionador das suas práticas. As etapas da própria sequência contribuem para o registro do processo educativo. Embora as inquietações sobre a identidade e o pertencimento à cidade estejam presentes como dilemas em muitos lugares, como Contagem, estas questões nem sempre aparecem nos relatos das experiências dos projetos desenvolvidos. Suspeito que a estratégia dos educadores seja construir registros e relatos com foco somente nas experiências exitosas. Neste sentido, procuram elaborar uma narrativa positiva da experiência ocultando as dificuldades ou conflitos do processo.

A identificação e reflexão destes possíveis conflitos são essenciais para qualificar a proposição de um material pedagógico que pretende construir ferramentas educativas que respeitem as identidades e sentimentos dos sujeitos envolvidos, educadores e educandos, sem pretender figurar como modelo definitivo na abordagem das temáticas da história local e do patrimônio cultural da cidade. Os professores serão provocados, nos momentos de sensibilização, a buscarem percepções mais críticas das suas próprias práticas. Espera-se que a vivência do produto seja uma referência para o trabalho dos docentes sem ocupar o lugar da centralidade do processo educativo ou comprometer a autonomia pedagógica dos profissionais da educação.

A última etapa (4ª etapa), *reflexão da experiência*, os educadores são instigados a refletirem sobre o processo da *vivência educativa* e a buscar uma forma de socialização: um relato de experiência oral ou escrito, um produto educativo (artigo, vídeo, portfólio, etc.). Será momento ímpar para buscar possíveis respostas para o significado da experiência como recurso pedagógico e para a compreensão de como e de que forma aparecem na prática docente os dilemas e inquietações que fundamentam o trabalho com educação patrimonial nas cidades.

Uma estratégia de socialização da prática são as *redes de trocas*. São momentos de avaliação do processo por meio do diálogo entre os sujeitos participantes da proposta. Nos municípios que realizarem formações presenciais. Os gestores públicos ou mesmo as escolas podem pactuar com os educadores os passos para a publicação de um material de autoria coletiva. A participação dos professores no processo de concepção de um produto pedagógico a partir da reflexão das suas práticas confere legitimidade ao produto.

Além do objetivo de construção de um produto como recurso educativo, a pesquisa buscou contribuir para um possível mapeamento e divulgação de inovações pedagógicas e produção de conhecimento como frutos da prática docente. Poderá constituir um conjunto de atividades de educação patrimonial referência para outras experiências.

QUADRO 2 - Etapas de aplicação do produto educativo

ETAPAS	MOMENTOS
SENSIBILIZAÇÃO	1º CONHECENDO MINHA CIDADE
	2º MARCOS CONCEITUAIS
	3º OS LUGARES DA MEMÓRIA
	4º NOÇÕES DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
PLANEJAMENTO	1º PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL
	2º CONSTRUINDO UMA SEQUÊNCIA DIDÁTICA
VIVÊNCIA	DESENVOLVIMENTO DA AÇÃO EDUCATIVA
REFLEXÃO	AVALIAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO DA PRÁTICA DOCENTE

3. A vivência do produto educativo: um processo em permanente construção

Em Contagem, o objetivo é de continuidade da construção do produto que ainda pode repercutir em novas possibilidades. A ideia é motivar educadores para um processo de adesão na etapa de sensibilização. Uma carta convite será encaminhada a todas as escolas da Rede Municipal de Ensino de Contagem e para escolas estaduais e particulares. Na definição da lista

de participantes o objetivo será mobilizar ao menos dois professores de cada uma das oito regionais administrativas do município. A proposta é contemplar a diversidade territorial da cidade além de contar com profissionais que atuam em diferentes níveis e modalidades do ensino fundamental. Após a adesão, os professores participarão de momentos formativos na Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem ou outro local cedido pela prefeitura.

Ainda que o caminho percorrido, até aqui, na construção do produto educativo seja fruto de relatos de experiências, pesquisas documentais e escutas; considero pertinente que a produção seja aplicada. Para isso, a proposta será apresentada aos gestores das áreas de cultura e educação em Contagem, com a intenção de ofertar o processo formativo aos educadores dispostos a utilizar o material no planejamento do trabalho com seus estudantes.

O processo de construção de materiais pedagógicos sobre o patrimônio cultural e a história de Contagem nasceu da inquietação da experiência de professores de história que atuavam nas escolas do município e enfrentavam com seus estudantes o dilema da identidade local e do sentimento de pertença à cidade. Outra dificuldade da prática docente era a escassez de materiais didáticos específicos sobre a história local. A partir das diretrizes do Programa de Educação Patrimonial “Por Dentro da História” da Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem, a elaboração de produtos didáticos ampliou substancialmente os recursos para a prática pedagógica de professores direcionadas a educação patrimonial e estudo sobre da cidade. Mas os desafios do trabalho educativo sobre a cidade permanecem.

Na trajetória de conhecimento, investigação e construção, uma questão foi instigadora: os múltiplos sentidos e significados que os sujeitos atribuem ao lugar onde vivem e como os educadores promovem, em suas práticas, o debate do pertencimento e da identidade local. Ao propor um material de práticas de educação patrimonial nas escolas com o desenvolvimento de temas ligados ao debate das identidades individuais e coletivas no espaço urbano poderemos desvendar tensões e conflitos entre os sujeitos envolvidos no processo educativo. É necessário entender a escola como lugar de permanentes tensões que acionam variados sentimentos. O chão da escola não pode ser visto como um ambiente sem divergências. O conflito precisa ser compreendido como meio de aprendizagem e como pressuposto da convivência democrática,

sem o qual se reproduz um modelo de educação autoritária. Neste sentido, segundo Boaventura de Souza Santos (2009)⁴² (*apud* FREITAS; MORAES; 2009), a experiência educativa:

Tem de transformar-se ela própria em campo de possibilidade de conhecimento dentro do qual há de optar. Optam os alunos tanto quanto os professores e as opções de uns e de outros não têm de coincidir nem são irreversíveis. As opções não assentam exclusivamente em ideias já que as ideias deixaram de ser desestabilizadoras no nosso tempo. Assentam igualmente em emoções, sentimentos e paixões que conferem aos conteúdos curriculares sentidos inesgotáveis. (2009, p. 19)

A relação dos sujeitos com o espaço concreto de realização da vida na sua dimensão material e imaterial traz em Milton Santos⁴³ o conceito de território e a ideia dos lugares significados pelas pessoas que o habitam:

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi (2000, p. 96).

É no cotidiano da vida e das relações sociais que os sujeitos constroem suas identidades e, que, como sujeitos históricos, são determinadas por um conjunto de relações sociais, econômicas e culturais da sociedade em que vivem. Para Freire⁴⁴ “Cada homem está situado no espaço e no tempo, no sentido em que vive numa época precisa, num lugar preciso, num contexto social e cultural preciso. O homem é um ser de raízes espaço-temporais.”

A cidade constitui um espaço físico e simbólico em processo constante de mudança. Os sujeitos que habitam seu território constroem suas trajetórias ressignificando permanentemente os lugares onde vivem. Nessa perspectiva fiz uma escolha de buscar uma estratégia pedagógica para que os educadores e estudantes se apropriem dos bens materiais e imateriais de patrimônio cultural das suas comunidades. A proposta é reconhecer na diversidade dos moradores da cidade os modos de viver, pensar, sonhar, fazer, trabalhar, etc. A ideia é valorizar o cotidiano das pessoas em suas experiências individuais e coletivas. Neste contexto, será fundamental que todos os envolvidos no processo educativo se reconheçam como sujeitos da cidade respeitando os variados olhares e vozes de seus territórios.

⁴² SANTOS, Boaventura de Sousa (2009). *Para uma pedagogia do conflito*, in FREITAS, Ana Lúcia e MORAES, Salete Campos (Orgs.). *Contra o desperdício da experiência*. A pedagogia do conflito revisitada. Porto Alegre: Redes Editora Ltda., 2009, p. 15-40.

⁴³ SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

⁴⁴ FREIRE, Paulo. *Conscientização: Teoria e Prática da Libertação – Uma Introdução ao Pensamento de Paulo Freire*. 3ª ed. São Paulo: Centauro, 2006.

Nos múltiplos tempos e espaços do ensinar e aprender, a escola e o conhecimento escolar precisa estabelecer diálogo efetivo com as outras dimensões da vida social. Buscar conexões com os saberes comunitários e da experiência. Ao percorrer este caminho, por meio da educação patrimonial, a escola continua exercendo um papel imprescindível na sua tarefa educativa, mas não é o único espaço com autoridade e legitimidade para educar e construir conhecimento.

Daí a importância da compreensão da cidade como um território educativo no desenvolvimento de ações de educação patrimonial e da organização da sequência didática. Não basta apresentar, introduzir, aprofundar e revisar um tema sobre a cidade. É necessário vivenciar os territórios das cidades, alargando os tempos e espaços para além dos muros da escola e das salas de aula. A realização de projetos de interação com a comunidade é imprescindível para legitimar o processo de construção do conhecimento. Nesse sentido, os educadores precisam romper com a lógica dos conteúdos de uma “grade curricular” e buscar processos mais dinâmicos. A intenção da proposta de trabalho com a educação patrimonial é ampliar as noções de tempos e espaços educativos com atividades práticas de interação dos estudantes com seu meio.

O patrimônio cultural não está pronto e acabado numa lista oficial de bens tombados e registrados pelo poder público. Tampouco em materiais publicados. Ele deve ser percebido como algo vivo. A herança cultural é da condição humana. Conhecer a cidade por meio da educação patrimonial pode e deve provocar sentimentos. As memórias, tristes ou alegres, das relações das pessoas nos tempos vividos. O sentido que nos interessa na palavra “patrimônio” é do significado que ela teve para alguém e que motivou a transmissão deste significado para outro, num ímpeto de preservação e valorização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O dilema do pertencimento é algo vivo para os moradores de Contagem. A relação de identidade com o território habitado, em maior ou menor intensidade, é uma questão muito presente em lugares onde os limites espaciais entre as cidades são tênues, especialmente em tecidos urbanos conurbados, como no caso dos municípios das regiões metropolitanas. O “limite”, entendido, não somente como uma divisão administrativa, mas como sentimento e significado explicitado, por exemplo, quando fazemos uma pergunta aparentemente simples: de onde você é? Muitas poderão ser as respostas. Somos do lugar registrado na nossa certidão de nascimento? Somos do lugar onde residimos? Somos do lugar onde trabalhamos? Somos de todos os territórios por onde circulamos e atribuímos algum significado ao longo da vida? Cada sujeito é livre para responder qual é o seu “lugar” de pertencimento como elemento subjetivo da sua identidade construída nas múltiplas dimensões do viver. A identidade está ligada intrinsecamente com a memória. Ela é construída no percurso da vida por meio das relações sociais e da imersão nos meios físicos e simbólicos de cada sujeito. O “lugar” da onde somos é um dos elementos fundantes da nossa identidade.

Neste sentido, verifiquei no decorrer da pesquisa, um forte sentimento de pertença de alguns grupos de habitantes à cidade. O “orgulho contagense” é percebido, por exemplo, entre os moradores da sede do município, descendentes das famílias consideradas tradicionais. Mesmo aqueles que residem na região central da cidade, e não pertencem às famílias centenárias, mas vivem lá há muitos anos, constroem uma forte referência identitária com Contagem. De alguma forma atribuem à sede o espaço da legítima Contagem, lugar onde tudo começou e que guarda as memórias das “origens” da cidade.

Percebo também, uma relação do pertencimento dos habitantes em outras regiões por motivos localizados. Como cidade que, a partir da década de 1940 recebeu grandes fluxos migratórios, passou por profundas mudanças urbanísticas e muitos dos seus moradores engajaram-se nas lutas por infraestrutura urbana e acompanharam o crescimento populacional e as melhorias em localidades caracterizadas em décadas anteriores pela precariedade do serviço de transporte público, saneamento básico, pavimentação das vias e fornecimento de água e energia elétrica. Ao viver e acompanhar as transformações dos bairros e regiões, estes moradores criaram um vínculo afetivo como o lugar. As trajetórias de melhoria de vida de muitas famílias que fixaram moradia em Contagem, misturam-se com a história de partes da cidade e das expectativas criadas por aqueles que vieram do interior para a “cidade grande”. Em muitos territórios o sentimento de pertença localizado supera a noção de pertencimento à

cidade como totalidade, o que reforça a percepção das muitas “Contagens”, no sentido territorial, dado a sua fragmentação espacial; como também no sentido simbólico, a partir dos múltiplos significados que cada pessoa ou comunidade atribuiu ao lugar onde vive.



FIGURA 39 - Casa da Cultura Nair Mendes Moreira (conhecida na Sede do município como “Casa do Registro” e considerada a edificação mais antiga da cidade)

Fonte: Acervo da Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem

Não é possível afirmar a existência de uma ausência de identidade de parte dos moradores com a cidade. Da mesma forma, não seria prudente ignorar uma outra parte de moradores que não se sente da cidade mesmo residindo nela. Falar que é de Belo Horizonte é uma postura recorrente para aqueles que não reconhecem Contagem como lugar de pertencimento ou mesmo uma estratégia para enfrentar preconceitos e estigmas dos habitantes da capital. Na complexa relação dos “contagenses” com o lugar onde vivem, o poder público municipal procurou, nos últimos anos, implementar ações no sentido de divulgar a história e o patrimônio cultural do município. O Programa de Educação Patrimonial “ Por Dentro da História” da Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem, implementado em 2005, teve como objetivo central o reconhecimento e fortalecimento do

sentimento de pertença à cidade. Optamos, como gestores da política cultural do município, por dois verbos como eixos norteadores da ação: “reconhecer” e “fortalecer”. Incorporei também os sentidos destas duas palavras no título deste trabalho.

A ideia do reconhecimento partiu do pressuposto de compreender a cidade como espaço dinâmico com múltiplas manifestações culturais, sociais e políticas e da necessidade de conhecer e valorizar todas as identidades presentes no seu tecido urbano. Não cabe ao poder público eleger quais são as memórias e os bens culturais que representam a cidade sem um efetivo diálogo com a população. Tampouco é tarefa da administração municipal criar uma identidade cultural de um lugar com poder de estabelecer o que deve ou não ser preservado como legado simbólico de uma cidade para as futuras gerações. O poder público precisa garantir os instrumentos de identificação e proteção do patrimônio cultural legitimado pela comunidade. Ouvir as diversas vozes que constroem a história da cidade sem privilegiar determinados grupos e enfrentar, à luz do interesse público, as relações de poder que querem impor uma determinada memória. Reconhecer, neste sentido, é conhecer e valorizar a diversidade cultural.

O fortalecimento aparece no sentido de impulsionar as relações de pertencimento já existentes, com respeito às variadas formas de manifestação de identidade da população com o lugar onde vive. O poder público pode e precisa ampliar os mecanismos de salvaguarda do patrimônio cultural da comunidade. Na inquietante tarefa de pensar a gestão cultural de uma cidade, cabe ao gestor respeitar os sentimentos dos sujeitos que nela vivem. Inclusive a postura de negação. Ampliar ou ressignificar o sentimento de pertença à cidade é uma decisão dos seus habitantes. Reconhecer e fortalecer não é obrigar.

A memória social de uma cidade é um campo em permanente disputa. Desde de seus primeiros tempos, a história de Contagem não possui uma única narrativa. Não existe neutralidade na produção, leitura e interpretação das versões do processo histórico da cidade. O conflito de interesses está presente nas narrativas já existentes e na implementação de “espaços de memória” como museus. Prestes a efetivar seu segundo museu depois da Casa da Cultura Nair Mende Moreira – Museu Histórico de Contagem, a Prefeitura de Contagem debate atualmente como será a gestão do Centro de Memória do Trabalhador da Indústria. Qual será a narrativa da história da industrialização? Se é um “centro de memória do trabalhador”, qual será o diálogo com os trabalhadores? Será a reprodução do discurso do “mito do progresso” da cidade planejada ou será um espaço democrático que rememore as lutas sociais do operariado? O museu, mais que um espaço físico com acervo ordenado, precisa provocar questionamentos e reflexões não só do vivido, mas apontar para um projeto de futuro. Ao olhar para o passado e buscar compreender o que somos, penso na necessária pergunta: que cidade queremos ser? Este

é o desafio atual no trabalho com a memória: entender a cidade na sua pluralidade cultural e histórica e apontar os caminhos sustentáveis e socialmente justos para as gerações vindouras buscando o equilíbrio entre as temporalidades que a constitui. Não seria este o grande objetivo da Educação Patrimonial? Penso que sim e acredito que o Programa “Por Dentro da História”, no recorte temporal de 2005 a 2012, período de realização da maior parte das atividades relatadas e analisadas neste trabalho, cumpriu com seus objetivos.



FIGURA 40 – Praça da CEMIG (Centro do hexágono da planta da Cidade Industrial)

Fonte: Acervo da Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem



FIGURA 41 - Praça da CEMIG (2007)

Fonte: Acervo da Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem

A construção do produto educativo “Decifrar a cidade: vivências em Educação Patrimonial”, busca intensificar o diálogo com os sujeitos da pesquisa deste trabalho: os educadores da cidade. Para além dos materiais produzidos pelo poder público, é necessário buscar nos territórios da própria cidade as fontes e recursos pedagógicos para o trabalho com a história e patrimônio local. O repertório de materiais didáticos cumpre um importante papel no trabalho do educador. Entretanto, a maior riqueza de vestígios e fontes sobre a cidade encontra-se nas bases materiais e imateriais das comunidades. A estratégia de Educação Patrimonial, proposto no produto educativo, como um percurso formativo, sugere a “vivência” como ação do planejamento para conhecer e incorporar (decifrar) nas atividades pedagógicas dimensões culturais da vida dos habitantes da cidade. Ampliar as noções de tempo e espaço educativo e extrapolar os limites das escolas e das salas de aula buscando nos territórios as fontes para o trabalho do educador na perspectiva de uma “cidade educadora”.

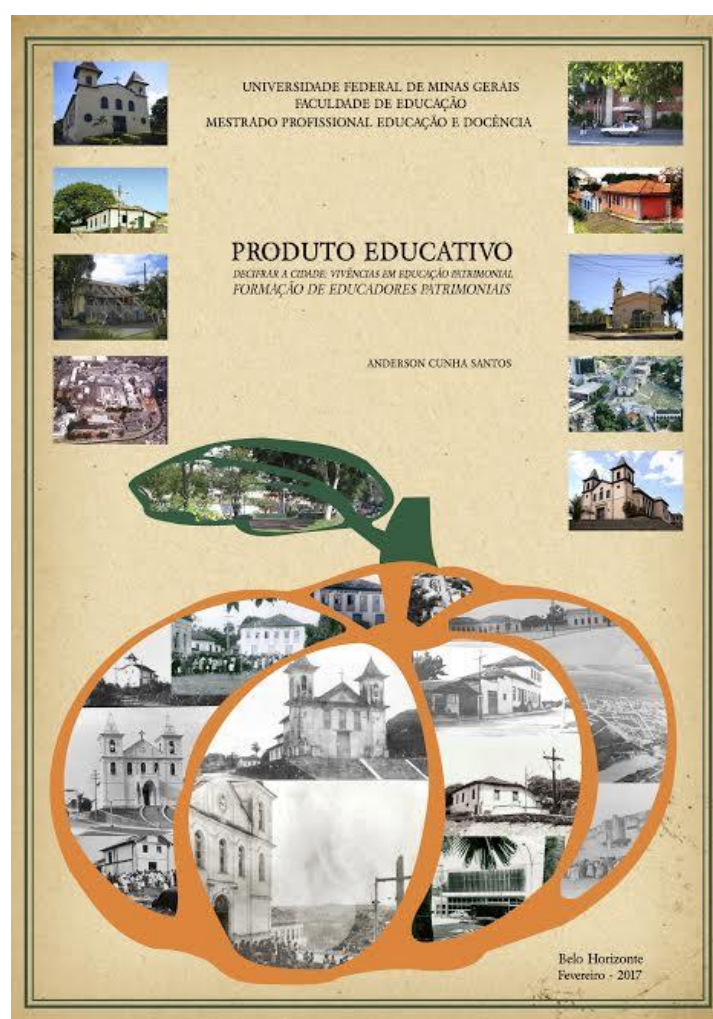


FIGURA 42 – Capa do Produto Educativo

Fonte: Ilustração de Joice Marques

Por fim, rememoro a opção de construir um texto em primeira pessoa. Na tríade da identidade do autor (educador, gestor e pesquisador), a busca do distanciamento do objeto de pesquisa no início do trabalho, partiu da preocupação em comprometer as análises e conclusões. Imaginava necessária uma postura mais imparcial. Logo percebi a impossibilidade de separar a relação direta do pesquisador com o objeto da pesquisa. O que era, aparentemente, uma desvantagem, transformou-se em recurso metodológico. A reflexão da minha prática como educador e gestor significou um importante elemento para o percurso da pesquisa e o registro dos resultados. No decorrer do texto, ao final de cada um dos quatro capítulos, fiz considerações específicas sobre as análises apresentadas dos temas propostos. Na parte final, busquei elencar algumas questões centrais que norteiam o trabalho. Neste sentido, não poderia deixar de referenciar a *Turma do Contagito*. Sem os personagens, criados por estudantes de Contagem, a ação educativa da Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem não teria chegado onde chegou. A capilaridade do Programa de Educação Patrimonial “Por Dentro da História” na cidade só foi possível pelo forte envolvimento dos educadores das escolas do município. Passados doze anos do início da proposta educativa, imagino a geração de crianças que passou pelas escolas de Contagem à época. Será a *Turma do Contagito* um marco na memória escolar destes que hoje são adolescentes e jovens adultos? Resposta para uma outra pesquisa.



FIGURA 43 – Visita escolar na Casa da Cultura Nair Mendes Moreira

Fonte: Acervo da Casa Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Noêmia Rosana de. *Conhecendo Contagem com a Turma do Contagito*. Prefeitura Municipal de Contagem, 2006.

ARAÚJO, V. B. *As contribuições dos museus históricos para o ensino da história local*. In: Revista de Educação Patrimonial Por Dentro da História. Contagem, n. 3, 2010. p. 6-8.

BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva: história antiga e história média*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. 2 v.

BARROS, Rogério G. *Heranças do Madeira*. In: Revista de Educação Patrimonial Por Dentro da História nº 1, ano 1, Contagem, 2009. p. 21-23.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Parâmetros Curriculares Nacionais*, Brasília: 1996.

CADERNOS DO PATRIMÔNIO. *Comunidade dos Arturos*. Belo Horizonte: Belo Horizonte, IEPHA, 2014.

CAMPOS, Adalgisa Arantes; ANASTASIA, Carla M.J. *Contagem: origens*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1991.

CHAGAS, M. *Museália*. Rio de Janeiro: JC Editora, 1996.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2006.

DUTRA, S.F. *A educação na fronteira entre museus e escolas: um estudo sobre as visitas escolares ao Museu Histórico Abílio Barreto*. 468 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

ELIAS, Norbet. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FERRARI, Aída. *O museu e a educação patrimonial*. In: *Reflexões e contribuições para Educação Patrimonial*, SEE/MG, 2002, p. 122.

FONSECA, Geraldo. *Contagem Perante a História*. Contagem: Prefeitura de Contagem, 1978.

FREIRE, Paulo. *Conscientização: Teoria e Prática da Libertação – Uma Introdução ao Pensamento de Paulo Freire*. 3ª ed. São Paulo: Centauro, 2006.

GODOY, Alessandra. *Tecendo parcerias: o museu visita a escola*. In: *Revista de Educação Patrimonial Por Dentro da História* nº5, ano 4, p. 41-42, Contagem, 2012. p. 41-42.

GOODEY, Brian.; MURTA, Stela Maris. *Interpretação do patrimônio para o turismo sustentado: um guia*. Belo Horizonte: SEBRAE – MG. 1995.

GROSSI, Yonne de Souza. *As greves de Contagem, 1968: notas para uma revisão crítica*. In: *Cadernos Movimentos Populares*. Belo Horizonte. DCP-UFMG, outubro de 1979, p. 48-60.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HORTA, M. de Lourdes Parreiras et al. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999.

JEUDY, Henri-Pierre. *Espelho das Cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

MAY, Tim. *Pesquisa Social: questões, métodos e processo*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina. *Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasilis, 2002.

NEVES, Magda de Almeida. *Trabalho e cidadania: as trabalhadoras da Cidade Industrial*. Belo Horizonte, Vozes, 1994.

PEREIRA, Cláudia Lopes; SILVA, Natália Álvares S. *Era uma vez... Por dentro da história*. In: Revista de Educação Patrimonial Por Dentro da História nº 1, ano 1, p. 27-29, Contagem, 2009. p. 27-29.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 1989.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2009). *Para uma pedagogia do conflito*, in FREITAS, Ana Lúcia e MORAES, Saete Campos (Orgs.). *Contra o desperdício da experiência*. A pedagogia do conflito revisitada. Porto Alegre, Redes Editora Ltda., 2009. p. 15-40.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SILVA, Bruno Luciano P. *Educação Patrimonial em Contagem: uma abordagem a partir do conceito de inter-poli-transdisciplinaridade de Edgar Morin*. In: Revista de Educação Patrimonial Por Dentro da História nº4, ano 3, Contagem, 2011. p. 21-22.

SILVA, Gilson Rodrigues M. *Casa de Cacos: potencialidades educativas*. In: Revista de Educação Patrimonial Por dentro da História nº6, ano 6, Contagem, 2015. p. 27-28.

THOMPSON, P. *A voz do passado – História Oral*. 2. edição. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

VERSIEUX, Daniela. *(Re) encontro, (re) conhecimentos, realiz(ação): a história de um lugar e o lugar de uma história* In: Revista de Educação Patrimonial Por dentro da História nº 1, ano 1, Contagem, 2009. p. 24-26.

VIEIRA, Mônica Alves. *Preservando e respeitando a diversidade*. In: Revista de Educação Patrimonial Por Dentro da História nº 4, ano 3, p. 27-28, Contagem, 2011.

WEFFORT, Francisco C. *Participação e Conflito Social: Contagem e Osasco – 1968*. In: Cadernos CEBRAP, São Paulo, nº. 5, 1972.

ZABALA, Antoni. *A prática pedagógica: como ensinar*. Porto Alegre, Artmed, 1998.